

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (152.ª Reunião / 4.ª Sessão Ordinária - Realizada em 2017/09/05):

- **Deliberação n.º 312/AML/2017 - Recomendação n.º 1/152**
- «Integração de organização de voluntariado de proteção civil na Comissão Municipal de Proteção Civil» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 2128

- **Deliberação n.º 313/AML/2017 - Recomendação n.º 4/152**
- Apresentada no âmbito do Debate de atualidade sobre Mobilidade e Transportes Públicos na Cidade de Lisboa - «Por uma Mobilidade Sustentável» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 2128

- **Deliberação n.º 314/AML/2017 - Recomendação n.º 2/152**
- «Requerimentos sem resposta da CML» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 2129

- **Deliberação n.º 315/AML/2017 - Proposta n.º 549/CM/2017** - Apreciação do ponto 1 da Proposta n.º 549/CM/2017, ponto 1 - Integração do Município de Lisboa na

«Associação Calçada Portuguesa», nos termos da proposta - Subscrita pelos Vereadores Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto, António Prôa e João Gonçalves Pereira
pág. 2130

- **Deliberação n.º 316/AML/2017 - Proposta n.º 595/CM/2017** - Apreciação da Proposta n.º 595/CM/2017 - Adenda ao Contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro
pág. 2133

- **Deliberação n.º 317/AML/2017 - Recomendação n.º 3/152**
- Resultante do Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 595/CM/2017 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 2143

- **Deliberação n.º 318/AML/2017 - Proposta n.º 529/CM/2017** - Ponto 5 da Proposta n.º 529/CM/2017 - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na Zona Ocidental, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2143

- **Deliberação n.º 319/AML/2017 - Proposta n.º 530/CM/2017** - Ponto 5 da Proposta n.º 530/CM/2017 - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na Zona Oriental, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2232

- **Deliberação n.º 320/AML/2017 - Proposta n.º 541/CM/2017** - Proposta n.º 541/CM/2017 - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para aquisição de equipamento informático, com os serviços de instalação associados, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 2233

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 68/P/2017 (Delegação e subdelegação de competências - Férias)
pág. 2326

DIREÇÕES MUNICIPAIS

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO

DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

Processos
pág. 2326

FINANÇAS

Despacho n.º 4/DMF/2017
pág. 2327

URBANISMO

DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

DIVISÃO DE PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO

Atribuição de numeração de polícia - Supressão de numeração de polícia
pág. 2328

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução
pág. 2328

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Autos de consignação dos trabalhos - Auto de vistoria para efeitos de receção provisória - Não receção da obra - Auto de vistoria para efeitos de receção provisória - Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução
pág. 2328

POLÍCIA MUNICIPAL

Edital n.º 08/PM/2017 (Viaturas abandonadas)
pág. 2329

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Processos
pág. 2329

CEMITÉRIO DO ALTO DE S. JOÃO

Petições
pág. 2330

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

Petições
pág. 2330

CEMITÉRIO DA AJUDA

Petições - Retificações
pág. 2331

CEMITÉRIO DE BENFICA

Petições
pág. 2332

CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

Petições
pág. 2332

CEMITÉRIO DO LUMIAR

Petições
pág. 2332

CEMITÉRIO DE CARNIDE

Petição
pág. 2333

HIGIENE URBANA

DEPARTAMENTO DE HIGIENE URBANA

Processos
pág. 2333

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE
E TRÁFEGO

Processos - Revogação de despachos - Retificações
pág. 2334

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Auto de vistoria para efeito de receção provisória
pág. 2336

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES

Auto de consignação dos trabalhos
pág. 2336

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXI-
MIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

Processos
pág. 2337

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NORTE

BRIGADA LX NORTE

Despacho n.º 5/UCT/UITN/BLXN/2017
pág. 2337

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
ORIENTAL

BRIGADA LX ORIENTAL

**Auto de vistoria para efeito de receção definitiva parcial
n.º 1 - Auto de vistoria para efeito de consignação da
obra - Auto de vistoria para efeito de receção provisória**
pág. 2337

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
CENTRO HISTÓRICO

Processos
pág. 2338

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

Modelo de Anúncio do Concurso Público - Declaração de prorrogação de prazo de Anúncio (Concessão, com financiamento, conceção, projeto, construção/reabilitação, conservação e exploração de bens imóveis do Município de Lisboa, no âmbito do «Programa Renda Acessível», sítos na Rua Gomes Freire - Processo n.º 49/CPI/DA/CCM/2017) **N.º 1217/UCT/UITC/2017 - N.ºs 1261/UCT/UITCH/2017, 1263/UCT/UITCH/2017, 1271/UCT/UITCH/2017, 1277/UCT/UITCH/2017 e 1283/UCT/UITCH/2017**
pág. 2339

AVISOS

N.ºs 65/2017 (Abertura do procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo com problemas de dependências) e **66/2017** (Abertura do procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de doença mental)
pág. 2345

EDITAIS

N.ºs 207/2017 (Notificação) e **208/2017** (Notificação)
pág. 2369

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

152.^a Reunião / 4.^a Sessão Ordinária - Realizada em 2017/09/05

Tema 8: Mobilidade e Segurança

Subtema: Proteção Civil

DELIBERAÇÃO Nº 312/AML/2017

Recomendação nº1/152 – “Integração de organização de voluntariado de proteção civil na Comissão Municipal de Proteção Civil”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN

Aprovada por Unanimidade

(Grupo Municipal do PNPN ausente na votação)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

“Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que permita a integração de representantes de Organizações de voluntariado de proteção civil legalmente constituídas, na respetiva Comissão Municipal de Proteção Civil.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008185,000076/index.htm>)

Subtema: Mobilidade

DELIBERAÇÃO Nº 313/AML/2017

Recomendação nº 4/152 – Apresentada no âmbito do Debate de atualidade sobre Mobilidade e Transportes Públicos na Cidade de Lisboa – “Por uma Mobilidade Sustentável”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV

Deliberada por pontos:

Ponto 1

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNPN/ 5 IND –

Contra: PSD - **Abstenção:** CDS-PP/ MPT

(Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação)

Ponto 2

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ CDS-PP/ PEV/ MPT/ PAN/ PNP/ 5 IND – **Contra:** PSD

(Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação)

Ponto 3

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNP/ 5 IND – **Contra:** PSD - **Abstenção:** CDS-PP/ MPT

(Ausência de um Deputado Municipal Independente nesta votação)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“1 - Defenda um modelo de financiamento público do sistema de transportes na Área Metropolitana de Lisboa.

2 - Pugne pelo alargamento e expansão do sistema de tarifário intermodal na Área Metropolitana de Lisboa que abranja todos os operadores de transporte, incluindo os concessionados e/ou contratualizados.

3 - Reivindique um programa de investimentos a longo prazo a promover pelo Governo na rede de transportes públicos colectivos da Área Metropolitana de Lisboa.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008195,000076/index.htm>)

Tema 9 – Outros temas

DELIBERAÇÃO Nº 314/AML/2017

Recomendação nº 2/152 – “Requerimentos sem resposta da CML”

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV

Aprovada por Unanimidade

(Grupo Municipal do PNP/ ausente na votação)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“1 - Providencie, até ao final de Setembro, as informações e esclarecimentos requeridos por escrito à Câmara Municipal pelos diferentes Grupos Municipais ou justifique, também por escrito, as razões da falta de resposta.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008186,000077/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 315/AML/2017

Proposta nº 549/CM/2017 – Apreciação do ponto 1 da Proposta 549/CM/2017, ponto 1 - Integração do Município de Lisboa na “Associação Calçada Portuguesa”, nos termos da proposta.

Subscrita pelos Senhores Vereadores Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto, António Prôa e João Gonçalves Pereira

Aprovada por Unanimidade

PROPOSTA N.º 549/2017

Assunto: Aprovar a integração do Município de Lisboa na “Associação Calçada Portuguesa”, associação de direito privado, sem fins lucrativos, como associado fundador e autorizar o seu Presidente ou quem este vier a indicar, a assinar a escritura pública de constituição da “Associação Calçada Portuguesa”, em representação da Câmara Municipal de Lisboa.

Considerando que:

1. Através da Proposta nº 725/2016, aprovada por unanimidade na Reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2016, foi deliberado autorizar o início da preparação do processo de candidatura da Calçada Portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade;
2. A calçada portuguesa constitui hoje um elemento marcante da identidade de Lisboa e de Portugal, associada a uma expressão artística de qualidade que valoriza a imagem da cidade e do País;
3. As mais diversas expressões de calçada existentes um pouco por todo Mundo estão associadas a Portugal, desde logo nos países de expressão portuguesa, mas também nas comunidades portuguesas ou em zonas em que Portugal foi, historicamente, relevante.
4. A Câmara Municipal de Lisboa, na prossecução das suas políticas cruzadas de administração do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, sua preservação, divulgação e classificação, defende a salvaguarda e valorização da calçada portuguesa enquanto expressão material que envolve um processo de criação artística e uma técnica de aplicação assentes numa tradição cultural;
5. Consciente da importância da calçada portuguesa, a Câmara Municipal de Lisboa considera importante procurar soluções inovadoras que permitam, sem descaracterizar a estética marcante da calçada portuguesa, que tanto tem valorizado o espaço público, a sua utilização como pavimento mais funcional, resistente, permeável e confortável para os seus utilizadores, desiderato a atingir através da evolução quer ao nível das técnicas de assentamento, quer ao nível do tipo de rocha e materiais utilizados, em função da utilização prevista;

6. Existe um conjunto de matérias e ações a desenvolver e aprofundar com relevância para a calçada portuguesa, enquanto património cultural, histórico e de identidade da própria cidade, relacionado com diferentes áreas, quer ligadas à criação artística, design e técnicas de aplicação, ou à sua manutenção e conservação, que importa estar presente na candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade.

7. Quer o projeto de candidatura da Calçada Portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade quer as ações tendentes à evolução técnica e artística acima mencionadas, implicam o desenvolvimento de intervenções de carácter multifacetado, bem como, o envolvimento e o compromisso de parceiros que possam aprofundar aqueles objetivos;

8. Nessa medida, a Câmara Municipal de Lisboa identificou algumas entidades que poderão, pela sua natureza e atividade assumir um papel preponderante na proteção, promoção e valorização da calçada portuguesa, trazendo-as para o projeto, em função dos contributos que o podem enriquecer, em união de esforços, conhecimento nas diversas áreas envolvidas, e conjugação de vontades na preservação de património histórico e cultural.

9. A associação da Câmara Municipal de Lisboa com outras entidades permitirá uma mais valia significativa para o projeto, tendo em atenção a partilha de conhecimento, de experiências e de boas práticas que irá adquirir.

10. Os objetivos e as áreas de intervenção que se pretendem alcançar necessitam de uma forte componente de coordenação institucional com a capacidade de articulação que a Câmara Municipal de Lisboa assegura, desde logo pelo importante papel institucional que ocupa no contexto das entidades oficiais, bem como, através do relacionamento com as diversas entidades que concorrem para os objetivos pretendidos.

11. A Câmara Municipal de Lisboa considera o modelo associativo, de direito privado e sem fins lucrativos, gerador de envolvimento e compromisso entre as entidades públicas e privadas que dele façam parte, o adequado à prossecução daqueles objetivos.

12. É assim do interesse do Município a constituição de uma Associação, que a Câmara Municipal de Lisboa integre como membro fundador, a qual terá por finalidade a proteção, a promoção e a valorização da calçada portuguesa enquanto património cultural e fator de identidade de Portugal.

13. A concretização dos objetivos da Associação Calçada Portuguesa, denominação que poderá ser alterada em resultado do pedido efetuado ao RNPC, assentará no desenvolvimento das seguintes áreas: inventariação do património; desenvolvimento de normas de aplicação e manutenção; design e sua proteção; técnicas de aplicação e sua proteção; normas de certificação; formação; valorização económica e internacionalização.

14. A Associação terá, ainda, como objetivo a preparação da candidatura da calçada portuguesa à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO) e a salvaguarda do património cultural da calçada portuguesa, devendo as atividades necessárias ao cumprimento daquele objetivo, bem como aquelas que se impuserem para a manutenção da candidatura, caso venha a ser reconhecida, ser conduzidas e coordenadas em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

15. Constitui o núcleo de entidades fundadoras da Associação, adequado ao desenvolvimento dos diversos eixos de intervenção, além da Câmara Municipal de Lisboa, a Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granito e Ramos Afins (ASSIMAGRA); a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA); e o Grupo Português da Associação Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (AIPPI).

16. As entidades fundadoras da Associação são, todas elas, especialmente vocacionadas para contribuir para o desenvolvimento dos diversos vetores de atuação da Associação.

Temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere nos termos das disposições conjugadas das alíneas t), oo) e ccc) do n.º 1 do art.º 33º, das alíneas e), k) e o) do art.º 23º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art. 56º do mesmo diploma legal:

1. Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a integração do Município de Lisboa na “Associação Calçada Portuguesa”, associação de direito privado, sem fins lucrativos, como associado fundador.
2. Autorizar o seu Presidente ou quem este vier a indicar, a assinar a escritura pública de constituição da “Associação Calçada Portuguesa”, em representação da Câmara Municipal de Lisboa.
3. Designar o Vereador do Urbanismo e Espaço Público para Presidente da Direção da “Associação Calçada Portuguesa”, nos termos dos respetivos estatutos.

DELIBERAÇÃO Nº 316/AML/2017

Proposta nº 595/CM/2017 – Apreciação da Proposta 595/CM/2017 – Adenda ao contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Abstenção:** CDS-PP/ MPT

Proposta nº 595/2017

ASSUNTO: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a celebração de adenda ao contrato de delegação de competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, bem como aprovar a respetiva minuta de adenda

Considerando que:

1. O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios, entre outros, do equipamento urbano, dos tempos livres e desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob a administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, procedeu à reorganização administração da cidade de Lisboa tendo sido atribuídas competências próprias às Juntas de Freguesia, entre elas na área da gestão, conservação e reparação de equipamentos desportivos que não se revelassem de natureza estruturante para a cidade;
4. Nos termos da Deliberação n.º 6/AML/2014, aprovada em sessão extraordinária de 21 de janeiro de 2014 e publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal de 22 de janeiro de 2014, foram identificados os equipamentos desportivos considerados de natureza estruturante;
5. No auto de efetivação da transferência da competência N.º1/JFALV/2014, assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade, se refere expressamente quais os equipamentos cuja gestão, conservação e reparação cabe à Junta de Freguesia de Alvalade;

6. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da delegação de competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
7. Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;
8. Na sequência da Deliberação n.º 156/AML/2014, sob a Proposta n.º 287/CM/2014, foi celebrado, em 25 de julho de 2014, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, contrato interadministrativo, pelo qual o primeiro delegou na segunda competências para promover as operações de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito e do Polidesportivo Telheiras Sul, requalificado em Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade;
9. Na freguesia de Alvalade se localizam as sedes sociais de algumas entidades do movimento associativo desportivo, designadamente, as seguintes: Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas de São João de Brito; Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus; Clube Atlético de Alvalade; Grupo Desportivo e Cultural FONSECAS e CALÇADA; União Desportiva Corvos XXI; Associação de Taiji e Qigong de Lisboa; Sociedade Hípica Portuguesa; Hockey Clube de Portugal; Sociedade Columbófila de Alvalade; Aero Club de Portugal; Associação Sporting Clube de Portugal Rugby; Bridge4Fun - Clube de Bridge; Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança; Centro de Voleibol de Lisboa; Centro Desportivo Universitário de Lisboa; Clube Badminton de Lisboa; Clube de Rugby São Miguel; Núcleo Cicloturista de Alvalade;
10. Na área de influência do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade se encontram, a uma distância inferior a 400 m, os seguintes estabelecimentos de ensino público: Escola Básica n.º 1 D. Luís da Cunha, Escola Básica n.º 1 das Laranjeiras, Escola Básica n.º 1 de Telheiras, JI de Telheiras e Escola Básica Integrada São Vicente/Telheiras;
11. Na área de influência do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade, a menos de 400 m, se localiza o Centro Popular de Trabalhadores do Bairro de São João Atlético Clube, cuja sede social se já encontra no território da Freguesia de São Domingos de Benfica;
12. Na área de influência do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito se encontra, a uma distância inferior a 400 m, um estabelecimento de ensino público - a Escola Secundária Padre António Vieira;
13. Na área de influência do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, a cerca de 400 m, se localizam o Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança, a Associação de Lisboa de Xadrez, o Hockey Clube de Portugal, o Núcleo Cicloturista de Alvalade, Clube de Badminton de Lisboa e a Sociedade Columbófila de Alvalade;
14. De acordo com a Carta Desportiva Municipal de Lisboa, aprovada em 2010, a área desportiva útil que corresponde ao território da atual Freguesia de Alvalade (que agrega as antigas Freguesias de Alvalade, Campo Grande e São João de Brito) é de cerca de 4,33 m² por habitante;

15. A área desportiva útil média de Lisboa é de 1,61 m² por habitante, poderíamos eventualmente considerar que esta freguesia se encontra acima da média. Todavia, muitas das instalações desportivas referenciadas na Carta não são de uso público, pelo que a preservação destas instalações desportivas municipais, em particular, e a manutenção do seu público continua a ser extremamente pertinente;
16. Nos termos da alínea a) da Cláusula Sexta do Contrato de Delegação de Competências outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, em 25 de julho de 2014, os recursos financeiros transferidos para a Freguesia de Alvalade, em sede de *superavit*, no ano de 2014, com vista à promoção da obra de requalificação do Pavilhão de Telheiras Sul num Pavilhão Desportivo Municipal ascendeu a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);
17. De acordo com informação da Junta de Freguesia de Alvalade, a intervenção naquele equipamento desportivo municipal assumiu uma relevância particular, dado que se situa em Bairro de Intervenção Prioritária e, por isso mesmo, houve que dotá-lo das características necessárias para assegurar as melhores condições desportivas aos seus utilizadores, tendo a Freguesia suportado os encargos financeiros correspondentes à diferença entre o valor transferido pelo Município de Lisboa e o valor da proposta que veio a ser adjudicada no âmbito do concurso público n.º 21/CP/JFA/2015 (€ 747.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, plasmado no Contrato n.º 61/2015), ou seja, € 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil euros) - documentação comprovativa disponível para consulta;
18. Ainda de acordo com informação da Junta de Freguesia de Alvalade, uma vez *“iniciados os trabalhos de execução da empreitada de construção do Pavilhão Municipal de Alvalade, se verificou a necessidade, imprevista, de proceder ao reforço das respetivas fundações, o que determinou a contratação da empreitada de execução de fundações indiretas do Pavilhão Municipal de Alvalade e melhoramento de solos [...] que importou um custo acrescido de € 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil euros)”*, acrescido de IVA à taxa legal em vigor - documentação comprovativa disponível para consulta;
19. A obra de requalificação do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade se encontra, no presente momento, em fase de conclusão, estando em execução, no interior do pavilhão os trabalhos de instalação dos revestimentos do pavimento e das bancadas, retificações de construção civil, bem como de conclusão das instalações de ar condicionado e ventilação e do sistema de águas quentes sanitárias, e no exterior a passagem dos ramais de água, gás e eletricidade, bem como os pavimentos pedonais envolventes ao edifício e limpezas gerais finais;
20. Relativamente à requalificação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, na decorrência do projeto vencedor do Orçamento Participativo da edição de 2010, refere o Contrato de Delegação de Competências, outorgado em 25 de julho de 2014, entre a Freguesia de Alvalade e o Município, respetivamente nas alíneas a) e b) da Cláusula Sexta, que o valor da transferência dos recursos financeiros alocados a esta delegação se orça em € 500.000,00 (quinhentos mil euros), dos quais € 300.000,00 (trezentos mil euros) em 2014, em sede de *superavit*, e € 200.000,00 (duzentos mil euros) em 2015, por via de transferência direta;

21. Mais prevê o referido Contrato, na alínea c) da Cláusula Sexta, a possibilidade de revisão das verbas a transferir em função dos documentos de despesa apresentados;
22. É facto que a Freguesia de Alvalade assumiu o compromisso de suportar o remanescente dos custos financeiros associados à promoção da obra de Requalificação e Reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, tendo adjudicado na sequência de concurso público n.º 17/CP/JFA/2016, a respetiva empreitada pelo valor de € 811.047,18, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (de acordo com o Contrato n.º 59/2016). O encargo a suportar pela Junta ascende, pois, a € 311.047,17 (trezentos e onze mil, quarenta e sete euros e dezassete cêntimos) - documentação comprovativa disponível para consulta;
23. O Contrato prevê um prazo de execução da obra em oito meses, mas decorridos que estão cinco meses a taxa de execução financeira é de 4,85%. De acordo com informação da Junta de Freguesia decorrem neste momento as diligências procedimentais, previstas em sede do Código dos Contratos Públicos, no sentido de recuperação do atraso verificado e, caso tal não ocorra, a Junta de Freguesia procederá à resolução sancionatória do contrato de empreitada;
24. A situação referenciada será objeto de acompanhamento por parte da Freguesia de Alvalade, reportando à Câmara Municipal de Lisboa o *dever* deste processo, de acordo com a responsabilidade e compromissos assumidos, nomeadamente, os constantes das alíneas e), f) e g) da Cláusula Terceira do Contrato de Delegação de Competências;
25. Perante o quadro *supra* descrito a Freguesia de Alvalade continua a mostrar disponibilidade para dar continuidade a estes processos de reabilitação e requalificação das instalações desportivas municipais em referência, por entender existir interesse, relevância e prioridade naquelas operações;
26. A Junta de Freguesia de Alvalade tem, por uma banda, uma menor dispersão de recursos, o que lhe permite uma maior celeridade no acompanhamento e gestão dos procedimentos e, por outra já iniciou os procedimentos, sendo que no caso do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade o mesmo já se encontra, no essencial, reabilitado, carecendo tão só de intervenção nos espaços exteriores e acabamentos no interior;
27. O Município, por via do seu órgão executivo, reconhece e releva a argumentação aduzida pela Freguesia de Alvalade, nomeadamente no que diz respeito à imprevisibilidade ocorrida aquando do reforço das fundações da construção do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade, no incremento e correlativo aumento dos preços das obras e empreitadas e na alteração das circunstâncias face ao momento em que o Contrato de Delegação de Competências foi outorgado, em 2014;
28. O objeto desta delegação de competências assume, no presente ano, uma importância acrescida e relevante dado que Lisboa se candidatou a «Capital Europeia do Desporto 2021». Este galardão, atribuído pela “ACES Europe - Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto”, tem como objetivo essencial a dinamização do Princípio do Desporto para Todos, que se encontra plasmado na Constituição da República Portuguesa (CRP), com vista ao alargamento e incremento da prática da atividade física e, consequentemente, à melhoria dos níveis de saúde e qualidade de vida das populações;

29. Efetivamente, o importante, por ora, não é apenas e unicamente o foco no ano de 2021 mas, sobretudo e essencialmente, a caminhada que até lá se terá de fazer. O que interessa, pois, é o caminho, o «*Road to 2021*»;
30. Face aos relatórios e informações prestadas pela Junta de Freguesia em sede de execução do Contrato de Delegação de Competências, nos termos e para os efeitos da alínea f) da Cláusula Terceira, e dado que a parte do objeto referente à requalificação e reabilitação do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade se encontra substancialmente cumprido, entende-se que o valor a transferir pelo Município de Lisboa para a Freguesia de Alvalade, no âmbito de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências, será de € 153.700,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos euros);
31. Relativamente ao cumprimento do objeto do Contrato de Delegação de Competências no que toca à requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, competirá à Freguesia de Alvalade dar continuidade ao acompanhamento das obras de acordo com as condições contratualizadas e os procedimentos legais aplicáveis, apresentando à Câmara Municipal de Lisboa os competentes relatórios e informações que permitam aferir a respetiva execução;
32. O eventual acerto dos valores a transferir para a Freguesia de Alvalade, no que se refere ao cumprimento de parte do objeto referido no considerando anterior, será feito nos termos da alínea c) da Cláusula Sexta e das demais condições contratuais e nos termos legais;
33. O prazo do Contrato de Delegação de Competências em referência ocorre no final do presente mandato autárquico;
34. Se consideram relevantes as explicações devidamente enunciadas e fundamentadas em sede de relatório entregue pela Junta de Freguesia de Alvalade - documentação comprovativa disponível para consulta - no que tange à impossibilidade objetiva de cumprimento de parte do objeto contratual, no decorrer do presente mandato, em particular, na obra de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito;
35. O plano previsto e apresentado pela Freguesia de Alvalade, no âmbito do relatório *supra* identificado, no sentido de avançar o mais rapidamente possível e, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, para o lançamento de concurso público com vista à conclusão dos trabalhos de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal, se afigura credível e factível, entende-se considerar a viabilidade de prorrogação do prazo contratual o mais tardar até 31 de dezembro de 2019;
36. A presente proposta de adenda ao contrato respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público e necessidade e suficiência de recursos;
37. De acordo com o quadro legal *supra* enunciado e, atento ainda o espírito da Recomendação n.º 1/454, aprovada pela Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegação de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (estudo já instruído no processo relativo ao Contrato de Delegação de Competências outorgado em 25 de julho de 2014 e que aqui se dá como reproduzido, dado que se mantém integralmente válido);

38. A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
39. Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, seguindo idêntico regime qualquer adenda ou alteração ao contrato celebrado;
40. Em desenvolvimento de tal desiderato, nos termos legais *supra* referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacente;
41. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade contratualizar uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências outorgado entre ambos para proceder à continuidade dos trabalhos de requalificação e reabilitação do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade e do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, com o objetivo de requalificar estes equipamentos para dar condições necessárias no sentido de aumentar em qualidade e quantidade a oferta desportiva na freguesia;

Assim, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos das disposições conjugadas no artigo 23.º, na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, nas alíneas m) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º e no artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração da Adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito da requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito e do Polidesportivo Telheiras Sul;
2. Autorizar o reforço da afetação dos recursos financeiros para o efeito, mediante a transferência de verba para a referida Freguesia de Alvalade no valor global de € 153.700,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos euros), despesa enquadrada na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, no Plano de Atividades C4.P009.04 (Desenvolvimento Desportivo - Outros) da orgânica L21.02.
3. Aprovar a respetiva minuta de Adenda ao Contrato de Delegação de Competência outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, em 25 de julho de 2014, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.

ADENDA AO
CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
Outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade
em 25 de julho de 2014

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representado pelos senhores Vereadores _____, _____, com competência delegada e subdelegada através do despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 110, de 28 de maio de 2015, com a redação do Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, e adiante designado por **Primeira Outorgante**,

E

FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva n.º 510 832 806, com sede Na Rua Conde Arnoso, n.º 5 B, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Dr. André Moz Caldas, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da delegação de competências dos municípios nas freguesias, determinado que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devem ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
2. Em 25 de julho de 2014, o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade outorgaram contrato interadministrativo, pelo qual o primeiro delegou na segunda a competência para promover as operações de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito e do Polidesportivo Municipal Telheiras Sul, requalificado em Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade;

3. Nos termos da alínea a) da Cláusula Sexta do Contrato de Delegação de Competências outorgado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, em 25 de julho de 2014, os recursos financeiros transferidos para a Freguesia de Alvalade, em sede de superavit, no ano de 2014, com vista à promoção da obra de requalificação do Pavilhão de Telheiras Sul num Pavilhão Desportivo Municipal ascendeu a € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);
4. De acordo com informação da Junta de Freguesia de Alvalade, a intervenção naquele equipamento desportivo municipal assumiu uma relevância particular, dado que se situa em Bairro de Intervenção Prioritária e, por isso mesmo, houve que dotá-lo das características necessárias para assegurar as melhores condições desportivas aos seus utilizadores, tendo a Freguesia suportado os encargos financeiros correspondentes à diferença entre o valor transferido pelo Município de Lisboa e o valor da proposta que veio a ser adjudicada;
5. Ainda de acordo com informação da Junta de Freguesia de Alvalade, uma vez *“iniciados os trabalhos de execução da empreitada de construção do Pavilhão Municipal de Alvalade, se verificou a necessidade, imprevista, de proceder ao reforço das respectivas fundações, o que determinou a contratação da empreitada de execução de fundações indiretas do Pavilhão Municipal de Alvalade e melhoramento de solos [...] que importou um custo acrescido de € 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil euros)”*, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
6. A obra de requalificação do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade se encontra, no presente momento, em fase de conclusão, estando em execução, no interior do pavilhão os trabalhos de instalação dos revestimentos do pavimento e das bancadas, rectificações de construção civil, bem como de conclusão das instalações de ar condicionado e ventilação e do sistema de águas quentes sanitárias, e no exterior a passagem dos ramais de água, gás e electricidade, bem como os pavimentos pedonais envolventes ao edifício e limpezas gerais finais;
7. Relativamente à requalificação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, nos termos das alíneas a) e b) da Cláusula Sexta do Contrato de Delegação de Competências, outorgado em 25 de julho de 2014, entre a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa, os recursos financeiros alocados a esta delegação se orça em € 500.000,00 (quinhentos mil euros);
8. O Contrato prevê um prazo de execução da obra em oito meses, mas decorridos que estão cinco meses a taxa de execução financeira é de 4,85%. De acordo com informação da Junta de Freguesia decorrem neste momento as diligências procedimentais, previstas em sede do

- Código dos Contratos Públicos, no sentido de recuperação do atraso verificado e, caso tal não ocorra, a Junta de Freguesia procederá à resolução sancionatória do contrato de empreitada;
9. A situação referenciada será objecto de acompanhamento por parte da Freguesia de Alvalade, reportando à Câmara Municipal de Lisboa o devir deste processo, de acordo com a responsabilidade e compromissos assumidos, nomeadamente, os constantes das alíneas e), f) e g) da Cláusula Terceira do Contrato de Delegação de Competências;
 10. O prazo do Contrato de Delegação de Competências em referência ocorre no final do presente mandato autárquico;
 11. O plano previsto e apresentado pela Freguesia de Alvalade, no sentido de avançar o mais rapidamente possível e, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, para o lançamento de concurso público com vista à conclusão dos trabalhos de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal, se afigura credível e fazível, entende-se considerar a viabilidade de prorrogação do prazo contratual o mais tardar até 31 de dezembro de 2019;
 12. No âmbito das competências atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade contratualizar uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências outorgado entre ambos para proceder à continuidade dos trabalhos de requalificação e reabilitação do Polidesportivo de Telheiras Sul (Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade) e do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, no sentido de aumentar a qualidade e quantidade da oferta desportiva na freguesia;

É celebrada a presente Adenda ao Contrato de Delegação de Competências outorgado em 25 de julho de 2014, nos termos e para os efeitos previstos no artigo n.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual se rege pela seguinte Cláusula Única:

Cláusula Única
(Alterações)

1. Em matéria de recursos financeiros necessários para que a Segunda Outorgante prossiga com o cumprimento do objecto do Contrato no que se refere às obras de requalificação e reabilitação do Polidesportivo de Telheiras Sul – Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade, nos termos do disposto na Cláusula Sexta, as Partes acordam afetar um reforço dos recursos financeiros no

montante global de € 153.700,00 (cento e cinquenta e três mil e setecentos euros), a transferir no ano de 2017 e após a outorga da presente Adenda.

2. O período de vigência do Contrato, inicialmente estabelecido no número 2 da Cláusula Nona, é, no que respeita à requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito, prorrogado até à data da receção definitiva da obra, e o mais tardar até 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo de obrigações que devam perdurar para além daquele prazo.

3. Mantêm-se em vigor as restantes cláusulas contidas no Contrato celebrado em 25 de julho de 2014.

Disposições Finais

Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, à presente Adenda ao Contrato foi atribuído compromisso número e a Declaração de Fundos Disponíveis (DFD) número/2017.

Depois de lida em voz alta, as Partes Outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro para ambas os direitos e deveres de cada uma das partes, como tal, vai ser assinada.

A presente Adenda ao Contrato foi celebrada em Lisboa, em de de 2017, ficando cada uma das partes outorgantes na posse de um exemplar.

A Primeira Outorgante

Os Vereadores

A Segunda Outorgante

O Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade

(André Moz Caldas)

Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema: Delegação de competências

DELIBERAÇÃO Nº 317/AML/2017

Recomendação nº 3/152 – Resultante do Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 595/CM/2017

Subscrita pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes

Aprovada por Unanimidade

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (Recomendar à CML que):

“1. Desenvolva os índices incluídos na Carta Desportiva de Lisboa, de forma a relevar a Área Desportiva Útil Média de Lisboa, não apenas da totalidade da área dos equipamentos existentes, mas igualmente da área dos equipamentos disponíveis para uso público, permitindo assim qualificar e quantificar devidamente as necessidades de investimento para o seu incremento, evitando a aparente contradição que se expressa nas al.ªs 14 e 15 dos Considerandos do presente Parecer, refletindo idênticos termos da Proposta;

2. Cuide em fundamentar completamente no texto das Propostas de Delegação de Competência as verbas que se propõe atribuir às Freguesias para tais efeitos, como no caso do custo das fundações indiretas que foi necessário efetuar na reabilitação do Pavilhão Desportivo Municipal de Alvalade, não previstas em sede de Contrato Inter-administrativo e cujo montante é, aparentemente, a causa direta da presente Proposta de Adenda e se estão ou não oneradas de IVA e a que taxa, parcial ou global.”

O Documento encontra-se disponível para consulta no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/008192,000073/index.htm>)

DELIBERAÇÃO Nº 318/AML/2017

Proposta nº 529/CM/2017 – Ponto 5 da Proposta 529/CM/2017 – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para Reabilitação de Arruamentos e Infraestruturas de Saneamento na zona Ocidental, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** 7 PS/ 3 IND/ 3 PSD/ 2 PCP - **Contra:** 1 CDS-PP

Votação na AML:

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP/ MPT

Proposta nº 529/2017

Assunto: Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 - “Reabilitação de Arruamentos e Infraestruturas de Saneamento na zona ocidental” - Processo n.º 3/CPI/DGES/ND/2017, com recurso a concurso público com publicidade internacional, aprovação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução e de nomeação do júri, bem como submeter à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

Pelouros: Obras Municipais.

Serviços: DMPO/DGES.

Considerando que:

É prioridade deste Município garantir a conservação e manutenção dos arruamentos e saneamento na zona ocidental da Cidade de Lisboa, e que carece de uma intervenção sistemática e generalizada;

Associada a esta intervenção estão previstos como objetivo principal a reabilitação ou reconstrução de arruamentos com intervenção na rede de drenagem no âmbito do Programa LX XXI, sendo os trabalhos maioritariamente constituídos por repavimentações, substituição de lancis e calçadas quando necessário, substituição/reparação de órgãos de drenagem, enquadrada nas atividades de repavimentação estando também incluída a reposição da sinalização horizontal, vertical e luminosa;

Com este objetivo, foi preparada a empreitada nº 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “Reabilitação de Arruamentos e Infraestruturas de Saneamento na zona ocidental” – Processo n.º 3/CPI/DGES/ND/2017;

Nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, fazem parte das peças de formação deste contrato, o programa de procedimento e o caderno de encargos, sendo este formado pelos elementos de solução da obra referidos no artigo 43.º do referido diploma legal, designadamente o projeto de execução;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

O contrato a celebrar, implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos com o preço base de € 4.000.000,00, com exclusão do IVA;

O prazo para a execução da obra é fixo de 730 dias, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;

Face ao preço base do concurso, o procedimento será tramitado com recurso a um concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015;

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete também à entidade competente para decisão de contratar;

Estamos, ainda, perante uma proposta de decisão de contratar e que face ao tempo de tramitação do concurso, de obtenção de visto e ao prazo de execução da obra, haverá que se proceder a uma repartição de encargos para os anos financeiros de 2017, 2018, 2019 e 2020, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%;

A assunção do compromisso plurianual desta empreitada aqui proposta, deverá, assim, ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que o investimento a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro;

Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

O enquadramento orçamental foi feito nos seguintes códigos: Ação do Plano: A4.P013; Orgânica: 09.01; Económica: 07.01.04.01.01;

A despesa relativa aos anos de 2018, 2019 e 2020 encontram-se previstas nas mesmas rubricas orgânica, económica e do plano, conforme extrato do PPI 2017-2020, aqui anexo.

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas as restantes decisões, nos termos alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Aprovar a decisão de contratar da empreitada nº 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “Reabilitação de Arruamentos e Infraestruturas de Saneamento na Zona Ocidental” – Processo n.º 3/CPI/DGES/ND/2017 e com o preço base de € 4.000.000,00 com exclusão do IVA e pelo prazo de execução fixo de 730 dias, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do referido Código e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015.

3 - Aprovar, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o programa do procedimento e o caderno de encargos, o qual é formado pelos elementos de solução de obra referidos no artigo 43º do referido diploma legal, designadamente pelo respetivo projeto de execução.

4 - Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:

EFFECTIVOS:

Presidente: Pedro Félix – Técnico Superior (Engenheiro) da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Silva Paulo – Técnica Superior (Jurista) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Vanda Oliveira - Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

3º Vogal: Carlos Laureano – Técnico Superior (Engenheiro) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

4º Vogal: Sílvia Piedade – Assistente Técnica da DMPO/DGES/DLE

SUPLENTE:

Presidente: Margarida Revés ou Ana Luísa Trindade ou Lucília Guerreiro ou Maria José Aroso ou Sandra Roque ou Luis Marrão – Técnicos Superiores (Engenheiros) ou Rui Cabral ou Cristina Cabral – Técnicos Superiores (Arquitetos), todos da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Brás ou Maria Antónia Sécio ou Amélia Talhinhos, todas Técnicas Superiores (Juristas) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Teresa Capitão - Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

3º Vogal: Luis Cabaça – Técnico Superior (Engenheiro) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

4º Vogal: Luís Santos ou Paula Castanheira – Assistentes Técnicos ou Sandra Rodrigues – Técnica Superior, todos da DMPO/DGES/DLE.

5 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2017,2018,2019 e 2020 de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro, passando, deste modo, a repartição de encargos a estar abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:

2017 - € 0,00

2018 – € 1.060.000,00

2019 - € 2.120.000,00

2020 - € 1.060.000,00.

CADERNO DE ENCARGOS DA
EMPREITADA Nº 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 -
“REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA
OCIDENTAL” -
PROCESSO Nº 003/CPI/DGES/ND/2017

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1. – CLAUSULADO

II.2. – ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DE OBRA

II.3. – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

NOTA: As eventuais referências a marcas nas peças acima mencionadas deverão ser sempre interpretadas como contendo a expressão prévia “tipo ou equivalente”, nos termos legalmente exigidos.

Em caso de contradição entre as diversas peças que constituem este caderno de encargos, este Clausulado Jurídico prevalece sobre toda e qualquer outra peça dele constante.

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de EMPREITADA Nº 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17“ - REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA OCIDENTAL”
2. A empreitada tem por objeto a realização dos seguintes trabalhos: REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA OCIDENTAL de acordo com o projecto de execução.

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, prevenção e gestão de resíduos de demolição e construção e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual,
 - b) Os anexos ao Contrato;

- c) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- d) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- e) O caderno de encargos;
- f) O projeto de execução e demais elementos da solução da obra, previstos no artigo 43.º do CCP;
- g) O Planeamento das Operações de Consignação;
- h) A proposta adjudicada;
- i) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- j) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre as cláusulas escritas do caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto:
 - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado neste caderno de encargos que constitui o Anexo I.
2. Até à data da receção provisória e nos casos em que haja alterações propostas pelo empreiteiro, este entregará ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos, elaborados em papel e igualmente em formato digital, nomeadamente através de CD, com peças gráficas em formato DWG e respetivos ficheiros de plotagem.
3. O empreiteiro deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega da compilação técnica da obra, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.^a

Modo de execução da obra – Requisição de trabalhos

1. Entre a celebração do contrato e o início da contagem do prazo de execução da empreitada, que deverá ocorrer, nos termos do disposto no CCP, na data da consignação da obra ou na data em que o empreiteiro for notificado da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, consoante aquela que tiver lugar mais tarde, o dono de obra irá fornecer um documento do qual constará uma previsão quanto aos locais a intervir, bem como a natureza dos trabalhos a executar.
2. O documento a que se refere o ponto anterior será acompanhado das requisições de trabalho correspondentes às primeiras frentes de trabalho a executar.
3. Das requisições para cada um dos locais a intervir, constará, para além da indicação precisa da natureza dos trabalhos a executar, o valor dos mesmos e o respectivo prazo de execução.
4. Após a recepção da requisição, o empreiteiro deverá apresentar, no prazo de sete dias, todos os elementos necessários à execução dos trabalhos, designadamente:
 - a) O plano de trabalhos, acompanhado do respectivo cronograma financeiro e plano de equipamento e mão-de-obra;
 - b) A adenda ao Plano de Segurança e Saúde;
 - c) O Plano de Sinalização de carácter temporário e ocupação de via pública.
5. Após a aprovação, pelo dono de obra, dos documentos referidos no ponto anterior, será o empreiteiro notificado para iniciar os trabalhos constantes da requisição, o que deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias, contados da data da notificação.
6. O prazo de execução dos trabalhos correspondentes a cada requisição conta-se a partir da data da notificação prevista no ponto anterior.
7. O disposto nos pontos anteriores aplica-se a todas as requisições entregues no período de vigência do contrato.
8. A cada obra/frente de trabalho corresponderá uma requisição.
9. A empreitada visa a execução dos trabalhos constantes do mapa de quantidades em diversos locais da cidade, de acordo com as necessidades e prioridades que vierem a ser consideradas pela entidade adjudicante durante o período de vigência do contrato e que estarão na base da cadência, volume e simultaneidade com que serão apresentadas as requisições.
10. O mapa de trabalhos patenteado a concurso foi elaborado com base no levantamento e diagnóstico das condições de conservação do espaço público nas diferentes zonas da

cidade, bem como, nos materiais e soluções técnicas que a entidade adjudicante pretende ver implementadas no âmbito das requalificações a efectuar.

11. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder a alterações nos locais a intervir e/ou na natureza das obras a executar.
12. As quantidades constantes do mapa de trabalhos correspondem ao somatório das medições parciais estimadas, apuradas nos termos do disposto no anterior ponto 10 e deverão ser consumidas no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com as medições realizadas em obra, depois de concluídos os trabalhos incluídos em cada requisição de trabalho entregue ao empreiteiro pelo dono de obra.
13. As requisições de trabalhos a entregar pelo dono de obra incluirão os trabalhos, com as quantidades e respetiva natureza, que o dono de obra entender adequadas, fixando nessas requisições o valor da obra a executar, bem como, o respectivo prazo, o qual servirá de base ao apuramento das penalizações por atraso na execução das obras ou dos prémios pela sua antecipação nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.
14. O plano de trabalhos detalhado, referido no anterior ponto 4, deve incluir, nomeadamente:
 - Um esquema em diagrama do faseamento da obra;
 - Um Plano de equipamentos;
 - Um Plano de mão-de-obra;
 - Um Plano de pagamentos/cronograma financeiro.
15. O Plano de trabalhos detalhado inclui um esquema em diagrama do faseamento da obra que deverá ser detalhado, tendo como escala de tempo a semana e sob a forma de diagrama de barras (Gráfico de GANT).
16. Para o efeito, deverá definir, com precisão, os momentos de início e de conclusão da obra, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as tarefas/trabalhos que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação.

O Plano deverá conter:

- Duração, em dias, de cada atividade;
- Precedências e ligações de cada atividade;
- Caminho crítico;
- Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão de obra e equipamento;
- Quaisquer outros recursos, exigidos ou não, no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

17. O Plano de equipamento deverá indicar o número e tipo de equipamento e a duração do seu emprego, tudo correlacionado com o planeamento dos trabalhos.
18. O Plano de mão-de-obra, elaborado em harmonia com o Plano de trabalhos, deverá indicar as categorias profissionais, número de pessoas por atividade e em valores acumulados.
19. O Plano de pagamentos, a apresentar em valor e em percentagem, deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efectuar pelo dono da obra.
20. Os documentos referidos no anterior ponto 15 devem ser apresentados em ficheiros em formato não editável e editável, designadamente *.mpp.

Cláusula 7.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - b) Realização de Ensaios e Certificações necessários ao funcionamento e utilização do edifício, incluindo as certificações energéticas;
 - c) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea b) do n.º 4 da Cláusula 6ª.
2. Caso se trate de uma obra com várias frentes de trabalhos, o empreiteiro é ainda responsável pela apresentação do pedido de emissão de “Licença Especial de Ruído” (LER), junto da Divisão de Controlo Ambiental da Direção Municipal de Ambiente Urbano, devendo cumprir todos os condicionalismos da mencionada licença, sendo responsabilizado por quaisquer reclamações sobre ruído que surjam durante a execução da empreitada.
3. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

4. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, nomeadamente:
 - a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
 - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
5. Os custos associados aos trabalhos indicados no ponto anterior deverão ser diluídos na totalidade dos preços unitários contratados, pelo que não serão aceites quaisquer reclamações relativas a encargos dessa natureza, designadamente, no que respeita aos estaleiros associados a cada uma das frentes de trabalho que venham a ter lugar no decorrer da empreitada.
6. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
 - a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
 - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
 - c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP.
7. Os prazos a considerar nas várias alíneas do número anterior são:
 - a) No prazo de 10 dias após a consignação da empreitada;
 - b) Até 10 dias após a apresentação do pedido;
 - c) No prazo de 30 dias após a data em que lhe era exigível a sua detecção.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, sob pena de caducidade deste direito.
3. A reclamação referida no número anterior deve ser apresentada pelo empreiteiro por meio de requerimento, no qual deve expor os fundamentos de facto e de direito e oferecer os documentos e demais meios probatórios que considere convenientes.
4. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de alterar o plano de trabalhos, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro ou por razões relacionadas com a execução dos trabalhos de suprimento de erros ou omissões e/ou de trabalhos a mais, no prazo de dez dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
5. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado nos termos do artigo 404.º do CCP.
6. O dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo do n.º 4 da presente cláusula no prazo de quinze dias, quando se trate de erros e omissões, ou de dez dias, quando se trate de trabalhos a mais, após a notificação da mencionada proposta, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1. O prazo de vigência do contrato é fixo de 730 dias.
2. O prazo referido no ponto anterior poderá ser reduzido por força das datas de entrega das requisições e respectivos prazos parcelares de execução, sem que de tal fato possa resultar qualquer encargo para o dono de obra, seja a que título for.

3. A redução do prazo de vigência real do contrato, que eventualmente possa ocorrer em virtude das circunstâncias referidas no ponto anterior, não confere ao empreiteiro qualquer direito a reclamar prémios por antecipação, encontrando-se tal possibilidade limitada à antecipação apenas dos prazos parcelares associados a cada requisição.
4. O empreiteiro obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução da obra na data da consignação ou, ainda, na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação ou a aprovação parcial do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
 - b) Iniciar os trabalhos constantes das diferentes requisições apresentadas pelo dono de obra no prazo de cinco dias a contar da data da sua notificação, independentemente do número de frentes de trabalho que se encontrem em execução.
 - c) Cumprir todos os prazos de execução fixados pelo dono de obra nas requisições;
 - d) A vistoria da obra para efeitos de receção provisória deverá ser solicitada pelo empreiteiro após a conclusão dos trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
5. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor para cada requisição, imputáveis ao empreiteiro, sem prejuízo da aplicação das multas contratuais definidas na cláusula 12.^a, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução, mediante a apresentação do documento referido na Cláusula 8^a, ponto 4.

Cláusula 10.^a

Prémios por antecipação dos prazos de execução previstos nas requisições de trabalhos

1. Em caso de antecipação dos prazos de execução previstos pelo dono de obra nas requisições de trabalho, poderão ser atribuídos prémios ao empreiteiro.
2. A possibilidade de atribuição do prémio é uma prerrogativa do dono da obra e depende da verificação das condições identificadas nesta cláusula.
3. Os prémios a que se refere o número anterior serão calculados para cada requisição, caso a caso, e corresponderão a 1‰ do valor correspondente ao somatório do montante aprovado nos autos de medição, na parte correspondente aos trabalhos antecipados (valor final dos trabalhos realizados ao abrigo da requisição em causa).
4. O prazo a que se refere o anterior número 1 corresponde ao prazo de execução previsto na requisição de trabalhos, sem qualquer acréscimo, seja a que título for, contado nos termos do disposto na cláusula relativa ao "Modo de execução da obra - Requisição de Trabalhos".

5. Constitui excepção ao disposto no número anterior, a suspensão total dos trabalhos a que se refere a requisição, por causas imputáveis ao dono de obra, desde que a suspensão e o recomeço dos trabalhos estejam formalizados em auto.
6. Salvo no que se refere à situação prevista no número anterior, não serão acrescidas ao prazo de execução inicial, para efeitos de atribuição de prémio, quaisquer prorrogações de prazo concedidas no âmbito da empreitada, independentemente das causas que venham a determinar a sua concessão e ainda que as mesmas sejam decorrentes de suspensões parciais dos trabalhos por motivos imputáveis ao dono de obra.
7. A data de conclusão dos trabalhos, a considerar para efeitos do apuramento do prémio a atribuir por eventuais antecipações do prazo de execução dos trabalhos previstos em cada requisição, corresponde à data indicada no respectivo “Auto de Receção Provisória Parcial”, desde que do mesmo não conste qualquer condicionante ou reserva, designadamente no que se refere a trabalhos por concluir ou corrigir.
8. O valor do prémio a atribuir, por cada requisição, não poderá ultrapassar 10% do somatório dos montantes aprovados nos autos de medição, na parte correspondente aos trabalhos antecipados (valor final dos trabalhos realizados ao abrigo da requisição em causa).
9. A atribuição de prémio ao empreiteiro depende da apresentação de pedido, o qual será objecto de análise pela fiscalização para verificação das condições de aceitação do mesmo e apuramento do cômputo final dos prémios, o qual, a ocorrer, terá lugar aquando da última receção provisória realizada no âmbito do contrato, procedendo-se, nessa fase, ao desconto de eventuais sanções que ainda não tenham sido objecto de aplicação efectiva nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informará mensalmente o diretor de fiscalização da obra, se outra periodicidade não for por este fixada, dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, através de relatórios que deverão ser entregues à fiscalização.
2. O diretor de fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança em Obra, se assim o julgar conveniente, promoverá a realização semanal de reuniões, especialmente destinadas à análise e resolução dos problemas urgentes, capazes de comprometer o cumprimento do planeamento da empreitada.
3. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número 1 desta cláusula, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

4. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no ponto 4 da Cláusula 8.^a.

Cláusula 12.^a

Multas por violação contratual

1. Em caso de atraso na apresentação dos documentos necessários à execução dos trabalhos relativos a cada requisição, designadamente, o plano de trabalhos, acompanhado do respectivo cronograma financeiro e plano de equipamento e mão-de-obra, a adenda ao Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Sinalização de carácter temporário e ocupação de via pública, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço indicado na requisição.
2. Por cada dia de atraso verificado no início da execução dos trabalhos relativos a cada requisição, derivado da não aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS), por causa imputável ao empreiteiro, designadamente, por atraso na apresentação de documentos, de esclarecimentos, de rectificações ou complementos a peças já anteriormente apresentadas ou de quaisquer outro elemento que o dono de obra considere necessários à avaliação e aprovação do PSS e à Comunicação Prévia da Abertura de Estaleiro, será aplicada uma sanção contratual de 1 ‰ do valor da requisição, valor que poderá sofrer um agravamento de 0,05 ‰, a cada novo pedido de elementos a efectuar pelo dono de obra, nos casos em que os pedidos anteriores não tenham sido respondidos de forma a sanar as faltas ou desconformidades apontadas pelo dono de obra.
3. A multa a que se refere o ponto anterior será calculada tendo em conta o número de dias decorrido entre a data do primeiro pedido de elementos, após a entrega inicial dos documentos efectuada pelo empreiteiro na sequência da entrega da requisição, e a aprovação do PSS.
4. Para efeitos do apuramento do número de dias referido no ponto anterior, deverá ser considerado o prazo consumido pelo dono de obra na análise dos elementos entregues, prazo esse que não deverá ultrapassar cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil a seguir à entrada dos elementos na CML.
5. Caso o prazo de cinco dias referido no ponto anterior seja ultrapassado, o período adicional consumido pelo dono de obra na apreciação dos elementos entregues pelo empreiteiro não será incluído no montante da sanção a aplicar.

6. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução de cada uma das obras requisitadas, por facto imputável ao empreiteiro, designadamente por falta de aprovação do PSS, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço indicado na requisição.
7. Para efeitos da aplicação de sanções contratuais por atraso na execução de cada requisição, o não cumprimento do respectivo plano de trabalhos, por facto imputável ao empreiteiro, será avaliado e medido com base na execução financeira prevista no respectivo cronograma financeiro.
8. Nos termos do número anterior, será aplicada uma sanção contratual, relativa ao mês a que corresponde o auto, em que se verifica o desvio referente à requisição em causa, em valor correspondente 1 ‰ da diferença entre o valor acumulado dos trabalhos executados, incluídos nos autos de medição mensais contratuais e o valor acumulado previsto no cronograma financeiro em vigor para o mês a que se refere o cálculo, por cada dia desse mesmo mês.
9. Para efeitos do apuramento do valor da multa diária prevista no número anterior, o valor de 1 ‰ é aplicado sobre a diferença verificada entre os montantes incluídos nos autos de medição, relativos à parte dos mesmos correspondente à requisição a que se refere a sanção e o valor acumulado previsto no cronograma financeiro relativo a essa mesma requisição.
10. A actualização do valor diário da multa a aplicar, para cada requisição, será efectuada mensalmente, após a validação do valor de cada auto.
11. A aplicação de sanções contratuais por atraso na execução de cada requisição manter-se-á até que os desvios sejam recuperados, ou seja, até que o valor dos trabalhos realizados seja igual ou superior ao valor acumulado previsto no cronograma financeiro.
12. As multas por atraso no cumprimento do plano de trabalhos, relativas a cada requisição, serão anuladas, no final dos trabalhos incluídos na mesma, em caso de recuperação dos atrasos e conclusão dos trabalhos requisitados dentro do prazo estabelecido para o efeito, acrescido das prorrogações de prazo concedidas pelo dono de obra a título legal, relativas à requisição em causa.
13. Em caso de incumprimento de ordens do diretor da fiscalização, incluindo as relativas à segurança e saúde no trabalho, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço relativo ao conjunto das requisições em curso.

14. Pela falta de cumprimento dos prazos estabelecido para remediar os defeitos encontrados em determinada obra, a multa de 0,5 % do preço indicado na respectiva requisição por cada dia de atraso no início ou na conclusão das reparações e em relação aos prazos estabelecidos na notificação. Esta multa será aplicada por cada trabalho ou parte do mesmo.
15. Pela não cumprimento da obrigação proceder à entrega da compilação técnica da obrado disposto do até à data da receção provisória, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, a multa de 0,5 % do preço contratual por cada dia de atraso.
16. Pela falta de comparência do Diretor Técnico da empreitada no local e horário acordados com a fiscalização, a multa de 0,5 % do preço relativo ao conjunto das requisições em curso, por cada falta.
17. Pela falta de comparência do empreiteiro ou seu representante às medições dos trabalhos executados ou às vistorias para efeitos de receções provisórias, a multa de 0,5 % do preço relativo ao conjunto das requisições em curso, por cada falta.
18. As multas previstas na presente cláusula poderão ser, a requerimento do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, reduzidas a montante adequado, sempre que se mostrem desajustadas em relação aos prejuízos reais sofridos pelo dono da obra.
19. O montante das multas calculadas e aplicadas poderão ser descontadas em qualquer crédito existente a favor do empreiteiro no âmbito do contrato, incluindo no valor dos prémios atribuídos pelo dono de obra, conforme estabelecido no presente Caderno de Encargos.
20. As multas serão descontadas no primeiro crédito verificado a favor do empreiteiro no âmbito do contrato, imediatamente após a respectiva decisão de aplicação.

Cláusula 13.ª

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 14.^a

Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratuamente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2.^a.
3. Após a adjudicação e antes da consignação o empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, não se obrigando o dono da obra a considerá-las todas ou mesmo a autorizá-las. Para o efeito, deverá o empreiteiro proceder à atualização da documentação entregue e eventualmente aprovada.

Cláusula 15.^a

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.
3. Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de

suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 5% do preço contratual.

4. O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.
5. O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
6. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua detenção.
7. Todos os elementos necessários à correta definição das obras a executar durante o período de vigência do contrato serão fornecidas juntamente com as requisições, sendo aplicável aos trabalhos requisitados o regime de suprimento de erros e omissões em fase de execução do contrato, conforme previsto nos artigos 376º a 378º do Código dos Contratos Públicos.
8. Tendo em conta o disposto no ponto anterior, nos termos do disposto no artigo 378º, o empreiteiro poderá reclamar, no prazo de trinta dias, contra eventuais erros e omissões, identificados no conteúdo das requisições correspondentes a cada frente de trabalho, a contar da data da sua recepção ou a contar da data em que lhe for exigível a detecção dos erros e omissões, quando tal não seja possível na data da recepção da requisição.

Cláusula 16.^a

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 17.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o empreiteiro obriga-se a executar à sua custa uma tabuleta, devidamente pintada, sujeita a aprovação da fiscalização, para ser colocada em local bem visível junto da obra. Esta tabuleta que deverá ser colocada na data da consignação, terá a dimensão máxima de 2.00m x 1.20m e nela se farão as inscrições previstas no artigo 348º do Código dos Contratos Públicos. Esta placa deverá ser retirada à data da recepção provisória dos trabalhos de construção, devendo, nos casos de empreitadas com períodos de manutenção, ser substituída por uma outra, com dimensão máxima de 0.60m x 0.40m, a colocar em local a acordar com a fiscalização. Esta tabuleta deverá conter as mesmas inscrições referidas anteriormente, acrescidas da menção “obra em manutenção de dd/mm/aa até dd/mm/aa”. Findo este período, a placa deverá ser retirada no prazo máximo de 5 dias.
3. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual, o Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de Procedimento de Segurança e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

6. A CML não cobrará qualquer taxa pela ocupação do terreno para a implantação do estaleiro da obra.
7. As eventuais instalações cedidas pela CML para exploração no âmbito do estaleiro deverão ser devolvidas nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra, sendo expressamente proibida a instalação dentro do estaleiro de qualquer pessoa que não seja empregado da obra.
8. O empreiteiro obriga-se ainda, a ter patente no local da obra a Comunicação Prévia (casos aplicáveis) e restante documentação de acordo com o estabelecido em legislação aplicável em matéria de SHST.

Cláusula 18.^a

Ensaios

1. Os ensaios laboratoriais ou outros a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 19.^a

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos na requisição de trabalhos, devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto de medições a apresentar pelo empreiteiro.
2. O referido auto de medições deverá ser constituído por um mapa geral elaborado com base no mapa de quantidades que integra o presente Caderno de Encargos, onde conste o somatório das quantidades executadas em cada uma das frentes de trabalho (“por requisição”), bem como, por um mapa de medições para cada uma das requisições, que permita apurar, por

aplicação dos respectivos preços unitários, o valor mensal de trabalhos efectuados em cada frente de trabalho, no seu todo e para cada espécie de actividade.

3. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
4. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 20.^a

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 21.^a

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução da empreitada ou outros prejuízos.
3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de

serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 22.ª

Encargos do empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos em património municipal ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.
3. São, ainda, encargos do empreiteiro:
 - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos por este contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e neste Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) A execução de todos os trabalhos indispensáveis à perfeita realização do objeto da empreitada, ainda que não expressamente mencionados, no projeto;

- d) A iluminação, vigilância, sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
 - e) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
 - f) Todas as licenças municipais necessárias à execução da empreitada;
 - g) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da empreitada;
 - h) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada e/ou quaisquer outros relativos às concessionárias de serviços;
 - i) Todos os trabalhos mencionados nas notas do mapa de quantidades.
4. Todos os encargos relativos a policiamento serão suportados pelo empreiteiro. Não obstante o empreiteiro não o ter solicitado, sempre que a fiscalização entender necessário o policiamento, determinará a sua realização.

Cláusula 23.^a

Trabalho em horário extraordinário

1. Sempre que esteja em causa a perturbação do fluxo viário e a segurança de pessoas e bens na zona da obra o dono de obra poderá, por sua conveniência, ordenar que os mesmos sejam executados em período nocturno, ao fim de semana ou feriados.
2. Aos trabalhos executados nessas condições e que se encontrem devidamente assinalados no mapa de trabalhos, será aplicado um coeficiente de 20% sobre o respectivo valor.
3. O disposto no ponto anterior aplica-se apenas e exclusivamente aos trabalhos que forem expressamente ordenados pelo dono de obra.
4. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, poderá o empreiteiro propor a realização de trabalho em horário extraordinário, sujeita a aprovação pelo dono de obra.
5. A aprovação prevista no ponto anterior não confere ao empreiteiro o direito ao acréscimo previsto no anterior ponto 2.

Cláusula 24.^a

Outros encargos do empreiteiro

1. Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão, ainda, por conta do empreiteiro, que se considerará, para o efeito, o único responsável:

- a) Reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao empreiteiro, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros, fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
- b) Indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada;
- c) Não permitir o acesso indiferenciado ao local da obra a todo e qualquer indivíduo que não se encontre autorizado para o efeito, devendo providenciar, à sua custa, os meios necessários para esse controlo;
- d) Obter, por sua conta e iniciativa, todas e quaisquer autorizações e licenças, incluindo as licenças necessárias à execução dos trabalhos, nos termos que sejam previstos no Contrato, nas leis e regulamentos aplicáveis e ainda as relativas à certificação energética e da qualidade do ar interior (CE);
- e) Cumprir, em todas as questões emergentes da execução do Contrato, disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as decisões administrativas emanados das autoridades competentes.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 25.^a

Obrigações gerais

- 1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2. O empreiteiro será responsável por não empregar na empreitada, em qualquer momento, mão-de-obra clandestina ou infantil.
- 3. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 4. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

5. As quantidades e a respetiva qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, para cumprimento do respetivo plano.

Cláusula 26.ª

Horário de trabalho

1. O empreiteiro obriga-se a manter no local da obra o horário de trabalho em vigor, devendo cumprir com a legislação aplicável a esta matéria.
2. O empreiteiro terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
3. O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.
4. A não obtenção da autorização mencionada no número anterior não confere ao empreiteiro qualquer direito em obter a prorrogação dos prazos de execução da empreitada.
5. Só poderão ser realizados trabalhos fora das horas regulamentares desde que autorizados pela fiscalização.

Cláusula 27.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua exclusiva conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de procedimento de Segurança, o(as) qual(ais) deverá(ão) ser definido(as) e aprovado(as) previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
3. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento de um Plano de Segurança e Saúde, o qual deverá ser definido e aprovado previamente ao começo dos trabalhos, devendo

para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.

4. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
5. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
6. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos na Cláusula 28.^a.
7. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
8. Em caso de acidente grave, o empreiteiro compromete-se a:
 - a) Além de tomar as necessárias medidas de assistência às vítimas, comunicar o acidente à Autoridade para as Condições do Trabalho no mais curto prazo possível, não podendo exceder as vinte e quatro horas, e em seguida ao Técnico ou Coordenador de Segurança em Obra bem como ao dono da obra;
 - b) Suspender quaisquer trabalhos sob sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente, sem prejuízo de assistência a prestar às vítimas;
 - c) Impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.
9. O empreiteiro fica obrigado, em caso de eventual extinção do contrato e independentemente do seu motivo, a manter em condições de segurança os locais já intervencionados, dando cumprimento à legislação aplicável nesta matéria, até à posse efetiva pelo dono da obra.
10. De igual modo e até à referida posse, fica o empreiteiro obrigado, sempre que ocorra a extinção do contrato, a proceder à entrega dos elementos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro e respeitantes aos trabalhos executados e locais intervencionados.

Seguros

Cláusula 28.ª

Contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar e a manter em vigor durante toda a execução do contrato o contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante todo o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nos números anteriores e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
3. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
7. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
8. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 29.ª

Outros sinistros

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, cuja apólice deverá abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.
2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 30.ª

Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de €(no limite máximo de **€ 4.000.000,00**), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 19.ª.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
5. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade sito no Campo Grande, n.º 25, 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente o seguinte número único do processo

_____ e número de compromisso _____, sob pena de devolução das mesmas.”

6. Cada auto de medição, a apresentar de acordo com o estabelecido neste Caderno de Encargos, deve referir todos os trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
7. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
8. O preço a pagar e respetivos prazos de execução por trabalhos a mais e trabalhos respeitantes ao suprimento de erros e omissões são fixados nos seguintes termos:
 - a) Tratando-se de preços de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Para trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.
9. O dono da obra deverá pronunciar-se sobre a proposta do empreiteiro no prazo de 10 dias, podendo, em caso da sua não aceitação, apresentar uma contraproposta.
10. Enquanto não houver acordo sobre os preços a aplicar aos trabalhos a mais estes serão liquidados com base nos preços constantes da contraproposta do dono da obra referida no número anterior, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, de acordo com a decisão arbitral sobre a matéria.
11. O pagamento de trabalhos a mais e trabalhos de suprimento de erros e omissões é efetuado nos termos dos números 2 a 6 anteriores.
12. A realização de trabalhos a mais ou a menos, que se destinem à realização da mesma empreitada, serão obrigatoriamente executados pelo empreiteiro, após ordem escrita do dono da obra e fornecimento dos elementos técnicos indispensáveis à sua execução e realização das respetivas medições.

Cláusula 31.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. O empreiteiro gozará de privilégio mobiliário especial, graduado em primeiro lugar, sobre os materiais e equipamentos a que respeitem o adiantamento concedido, nos termos do artigo 293.º do CCP.
5. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 32.ª

Descontos nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
2. Nos pagamentos respeitantes a trabalhos a mais e a revisões de preços, a percentagem a deduzir é a que corresponder à soma das fixadas para a caução e seus reforços, ou seja 10%.
3. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 33.^a

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 34.^a

Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula geral prevista no artigo 6º deste diploma.
2. A fórmula a adoptar é a seguinte:

Salários	(S) = 0,20
Inertes	(M03) =0,22
Chapa de aço galvanizada	(M15) =0,02
Betumes a granel	(M18) =0,15
Cimento em saco	(M20) =0,01
Gasóleo-	(M22) = 0,04
Madeiras de pinho	(M24) =0,01
Tintas para estradas	(M30) =0,02
Tubo de PVC	(M32) =0,03
Manilhas de betão	(M35) =0,03
Perfilados pesados e ligeiros	(M45) =0,02
Equipamento de apoio	(E) =0,15
Constante	(Cte) =0,10

A fórmula a adoptar é a seguinte:

$$Ct = 0,20 \times St / So + 0,22 \times M03,t / M03,o + 0,02 \times M15,t / M15,o + 0,15 \times M18,t / M18,o + 0,01 \times M20,t / M20,o + 0,04 \times M22,t / M22,o + 0,01 \times M24,t / M24,o + 0,02 \times M30,t / M30,o + 0,03 \times M32,t / M32,o + 0,03 \times M35,t / M35,o + 0,02 \times M45,t / M45,o + 0,15 \times E,t / E,o + 0,10$$

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.
4. A revisão de preços relativa a períodos de prorrogação, só será de atender quando resulte de trabalhos a mais ou outras situações imputáveis ao dono de obra e se verificar que o prazo

global de execução daí decorrente obrigou ao aumento do *caminho crítico* do plano definitivo de trabalhos aprovados.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 35.^a

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Técnico com a qualificação específica adequada para dirigir obras cuja natureza predominante não seja a obra de edifícios (Espaços exteriores), de categoria III, nos termos do quadro n.º 2 do Anexo II da Lei n.º 40/2015 de 1 de junho que Republica a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda que o mesmo pertence ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O Diretor de Obra, bem como o Coordenador de Segurança em Obra deverão estar afetos à mesma em regime de exclusividade, estando-lhes expressamente vedado o acompanhamento qualquer outra empreitada no período de vigência do contrato.
6. Sempre que o volume e/ou a natureza dos trabalhos em execução simultaneamente o justifique, poderá o dono de obra impor o reforço da equipa encarregue da direcção da obra.
7. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
8. No impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

9. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea b) do n.º 4 da cláusula 6.ª, o qual, nos termos do disposto anteriormente, deverá estar afeto à empreitada em regime de exclusividade.

Cláusula 36.ª

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 37.ª

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
 - a) Início e conclusão das fases mais importantes dos trabalhos;
 - b) Alterações ao projeto, ordenadas ou aceites pela CML;
 - c) Alterações ao plano de trabalhos, ordenadas ou aceites pela CML;
 - d) Paralisação dos trabalhos, fornecimentos e montagens e suas causas;
 - e) Ocorrências anormais prejudiciais ao regular andamento da empreitada e suas causas;

- f) Acidentes de trabalho;
 - g) Aprovação e rejeição dos materiais e equipamentos pela fiscalização;
 - h) Pedidos e/ou datas de vistorias e reuniões;
 - i) Aprovação dos preços apresentados nos termos do nº 2 do artigo 373.º do CCP;
 - j) Casos de realização de trabalhos que, por iniciativa da responsabilidade do empreiteiro, sejam executadas fora das horas regulamentares.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 38.^a

Receção provisória

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra e o cumprimento do nº 3 da cláusula 5^a.
2. A vistoria da obra para efeitos de receção provisória deverá ser efectuada para os trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
3. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
4. A receção provisória da empreitada não poderá efetuar-se sem que o empreiteiro tenha procedido à desocupação e remoção de todas as instalações, obras provisórias e equipamento, bem como a limpeza e regularização das áreas respetivas, sendo também necessário verificar-se, com as necessárias adaptações, os pressupostos constantes nas alíneas a) e b) do número 3 da cláusula 38.^a
5. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 39.^a

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.

Sem prejuízo do disposto no Despacho normativo n.º 9/2014 de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP, para efeitos da liberação da caução, deverá considera-se os prazos de garantia indicados nos artigos do documento “Prazos de Garantia da Obra” do Projecto de Execução.
2. Para efeitos de libertação da caução, devem ser observadas as regras do artigo 295º do CCP e do Despacho Normativo n.º 9/2014 de julho de 2014.
3. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
4. O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia respetivo fixados nas alíneas a) a c) do número 1, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato.
5. Em caso de divergência, os prazos de garantia referidos nesta cláusula prevalecem sobre quaisquer outros inscritos nos elementos da solução da obra.

Cláusula 40.^a

Receção definitiva

1. No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. A vistoria da obra para efeitos de receção definitiva deverá ser efectuada para os trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
3. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
4. A receção definitiva será formalizada em auto e depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
5. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 41.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, sendo também promovida a extinção da caução prestada pelo empreiteiro.
2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do n.º 5 do artigo 295º do CCP.
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 42.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 43.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar partes dos trabalhos da empreitada às entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é exclusivamente do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

9. O empreiteiro tomará as providências indicadas pelo diretor da fiscalização para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

Cláusula 44.^a

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos caso em que a tal esteja obrigado;
 - h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
 - l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
 - m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
 - n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos

previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.
3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 45.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
- h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
- i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
- ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 46.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 47.^a

Arbitragem

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
 - a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;
 - b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
 - c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
 - d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.
2. O Tribunal Arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Cláusula 48.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 49.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLAÚSULAS TÉCNICAS GERAIS

No que respeita às exigências técnicas gerais, seguir-se-ão as cláusulas técnicas gerais do Edital n.º 73/79 da CML, na parte aplicável, publicado no DR III Série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 1980 e, ainda, quando omissas, as boas regras de construção para as quais se deverá obter a concordância da Câmara Municipal de Lisboa.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**EMPREITADA Nº 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA OCIDENTAL”**

(PROCESSO N.º 003/CPI/DGES/ND/2017)

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1 – CLAUSULADO

II.2 – ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DE OBRA

II.3 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE / FASE DE PROJECTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

Índice:

1. Designação da empreitada e consulta do processo
2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso
3. Erros e Omissões do Caderno de Encargos
4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados
5. Agrupamentos
6. Modo de apresentação das Propostas
7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas
8. Documentos da Proposta
9. Idioma dos documentos da Proposta e indicação do Preço
10. Propostas variantes
11. Abertura das Propostas, Análise das Propostas e Relatório Preliminar de Adjudicação, Audiência Prévía e Relatório Final
12. Preço Anormalmente Baixo
13. Esclarecimentos das Propostas
14. Critério de Adjudicação
15. Notificação da decisão de Adjudicação, Notificação para Apresentação de Documentos de Habilitação e dos Documentos relativos ao PSS (Fase de Obra) e Comunicação Prévía
16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos
17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma
18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação
19. Causas de caducidade da adjudicação
20. Modo de Prestação da Caução
21. Celebração do Contrato
22. Outorga do Contrato
23. Legislação aplicável
24. Anexos e Modelos

1. Identificação geral do concurso; entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar; acesso às peças do procedimento:

1.1. O presente concurso destina-se à formação do contrato da Empreitada n.º 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA OCIDENTAL” - Processo n.º 003/CPI/DGES/ND/2017.

1.2. A entidade adjudicante é o Município de Lisboa.

1.3. O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Lisboa, por Deliberação datada de de de, exarada na Proposta n.º/....., de acordo com as competências próprias conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho.

1.4. Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento são as indicadas no respectivo índice geral, estando disponíveis para *download* gratuito na plataforma eletrónica. Paralelamente, o processo do concurso encontra-se patente para consulta na Divisão de Lançamento de Empreitadas do Departamento de Gestão de Empreendimentos e Segurança da Direção Municipal de Projetos e Obras, sita no Campo Grande, n.º 13 – 6º – 1700-087 Lisboa – Telefone: 21 780 61 00, onde pode ser examinado, das 9.30 às 12.30 horas e das 14.00 às 16.00 horas, desde a data do respectivo anúncio no Diário da República, até ao último dia do prazo de entrega das propostas.

1.5. O preço base do concurso é de **€ 4.000.000,00** (quatro milhões de euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

1.6. Por força do preço base, o concurso é público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015.

2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso:

- 2.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, competindo a prestação de resposta ou ao Júri nomeado neste procedimento ou à Chefia da Divisão de Lançamento de Empreitadas.
- 2.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pela entidade referida em 2.1, através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, nos termos e prazos previstos em 2.1 e 2.2.
- 2.4. Os esclarecimentos e retificações serão juntos às peças do processo de concurso, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 2.5. Na falta de resposta dentro do prazo referido no ponto 2.2, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 2.6. Quando as retificações referidas no ponto 2.3 implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

3. Erros e omissões do caderno de encargos:

- 3.1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os concorrentes devem apresentar à entidade que preside ao concurso, via plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões do Caderno de Encargos por eles detetados, nos termos do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3.2. Para os erros e omissões detetados no mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades patenteados a concurso, o concorrente deverá apresentar à entidade que preside

ao concurso um mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades na qual identifiquem as parcelas dos artigos onde foram detetados os erros e omissões, assim como a incorporação das medições detalhadas e respetivas quantidades de novos artigos que possam surgir decorrentes dos erros e omissões.

3.3. A apresentação da lista referida no ponto 3.1 suspende o prazo para a apresentação de propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo, até à publicitação da decisão prevista no ponto 3.4 ou, não havendo decisão, até ao termo do mesmo prazo.

3.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, será disponibilizada a pronuncia-se sobre a lista referida no ponto 3.1, sendo tal decisão junta às peças do procedimento e notificada a todos os concorrentes que tenham acedido às referidas peças.

3.5. Quando a aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação dos erros ou das omissões.

4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados:

4.1. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, a entidade que preside ao mesmo pode decidir prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicitada por aviso, no Diário da Republica e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido às peças do procedimento.

5. Agrupamentos:

5.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 8.1, alínea f) deste Programa de Concurso, podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.

- 5.2.** Os membros do agrupamento não podem ser concorrentes no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.
- 5.3.** Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena da adjudicação caducar.
- 5.4.** Com exceção do documento previsto na alínea f) do ponto 8.1 deste Programa de Concurso, os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respectivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
- 5.5.** Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

6. Modo de apresentação das propostas:

- 6.1.** Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4 deste Programa, até ao termo do prazo fixado estipulado no ponto 7.1 do presente Programa de Concurso.
- 6.2.** O documento identificado na alínea d) do ponto 8.1, ou seja, a lista de preços unitários é preenchida diretamente na “matriz de quantidades” da plataforma eletrónica, nos exatos moldes definidos na referida alínea.
- 6.3.** A receção das candidaturas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas:

- 7.1.** O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4.

7.2. O prazo para a manutenção das propostas é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7.3. Até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade que preside ao concurso.

7.4. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos anteriores, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no ponto 7.1.

8. Documentos da proposta:

8.1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar, do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada conforme Anexo I do presente Programa de Concurso;
- b) Documento que contenha os atributos da proposta, submetidas à concorrência pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo II;
- c) Documento que contenha o esclarecimento para a apresentação de uma proposta com preço anormalmente baixo, considerando-se para os efeitos deste concurso, como tal o valor de € **2.800.000,00** ou inferior a este;
- d) Lista de preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução, a qual deverá ser preenchida obrigatoriamente na “Matriz” da plataforma eletrónica;

NOTA: Na formação do preço da sua proposta os candidatos devem ter em conta as seguintes questões:

- Os preços unitários devem ser inseridos na plataforma com arredondamento às duas casas decimais;
- O produto das quantidades pelos preços unitários (subtotais) é automaticamente arredondado pela Plataforma eletrónica às duas casas decimais;
- A soma de todos os subtotais é arredondada às duas casas decimais, automaticamente pela Plataforma eletrónica.
- É este valor que a Plataforma transporta automaticamente para o Formulário Principal, como Valor global da proposta e que não pode ser alterado pelo candidato.

- e) Plano de trabalhos, em conformidade com o disposto na cláusula 6.^a do Caderno de Encargos, o qual deve conter:
 - Plano de trabalhos;
 - Plano de equipamentos;
 - Plano de mão-de-obra e
 - Plano de pagamentos.
- f) Em caso de agrupamentos, cada agrupamento concorrente deve entregar uma declaração, assinada por todos os membros, em como, em caso de adjudicação, se agruparão na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária;
- g) Declaração sob compromisso de honra em como procederá ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, elaborado conforme modelo constante do Anexo III;
- h) Documento em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, elaborado conforme modelo constante do Anexo IV.
- i) Em caso de agrupamento, deve ser cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos e apresentado documento que indique os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

9. Idioma dos documentos da proposta e indicação do preço:

- 9.1. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 9.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 9.3. Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 9.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Abertura das propostas, análise e avaliação das propostas, relatório preliminar de adjudicação, audiência prévia e relatório final:

11.1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, realizar-se-á a abertura das propostas, procedendo-se à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica,

11.2. Finda esta formalidade, o Júri analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no ponto 14 do Programa de Concurso, excluindo as propostas que:

- a)** Não apresentem alguns dos atributos exigidos nos termos do ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso;
- b)** Que, sem prejuízo do disposto no artigo 49.º n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do Código dos Contratos Públicos, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c)** Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
- d)** O preço contratual seja superior ao preço base;
- e)** O preço contratual seja anormalmente inferior ao preço base, conforme ponto 8.1, alínea c) deste Programa de Concurso e cujos esclarecimentos não tenham sido prestados ou não tenham sido considerados adequados pelo Júri, nos termos do ponto 13 do Programa de Concurso;
- f)** O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g)** Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- h)** Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- i)** Que sejam apresentadas por agrupamentos concorrentes, em violação do disposto no ponto 5.2 deste Programa de Concurso;
- j)** Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

- k) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do ponto 8 do Programa de Concurso;
- l) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- m) Que sejam apresentadas como variantes uma vez que estas não são admitidas por este Programa de Concurso;
- n) Que não observem as formalidades do modo de apresentação de propostas fixadas nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos;
- o) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, desde que este Programa de Concurso assim o preveja expressamente;
- q) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

11.3. A exclusão das propostas com fundamento nas alíneas e) e g) serão comunicadas de imediato à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

11.4. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o aos concorrentes para que, num prazo de 5 dias, se pronunciem por escrito.

11.5. Após o disposto no ponto anterior, o Júri elabora o relatório final fundamentado, cumprindo-se o disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

12. Preço anormalmente baixo:

Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

13. Esclarecimentos das propostas:

13.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

13.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes nos documentos que as constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do n.º 1 alínea a) do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

13.3. Os esclarecimentos são notificados a todos os concorrentes.

14. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa de acordo com os seguintes factores:

- Equilíbrio dos preços propostos;
- Preço da proposta;

Os valores para os coeficientes de ponderação são os seguintes:

- 60% para o Preço da proposta;
- 40% para o Equilíbrio dos preços propostos;

A pontuação final de cada concorrente é obtida através da seguinte fórmula:

$$PF = 0,60 \times (y) + 0,40 \times (EQ)$$

Em que:

PF - Pontuação final;

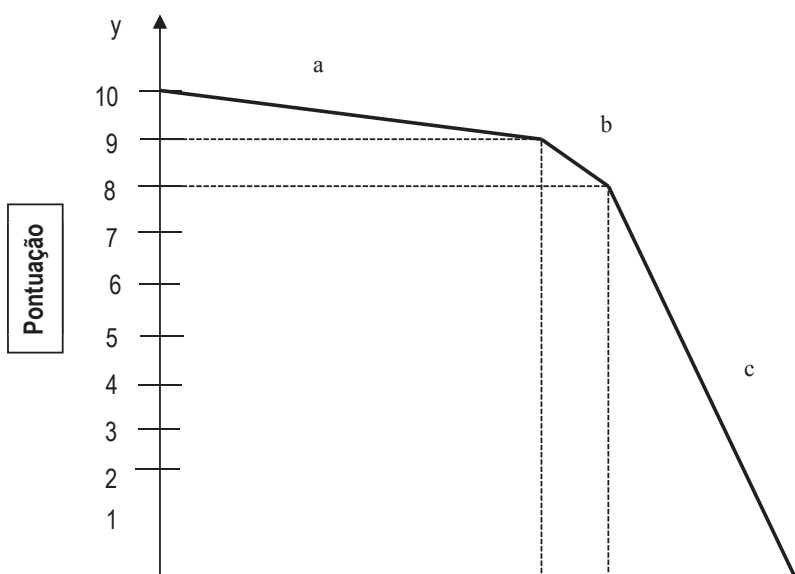
y - Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

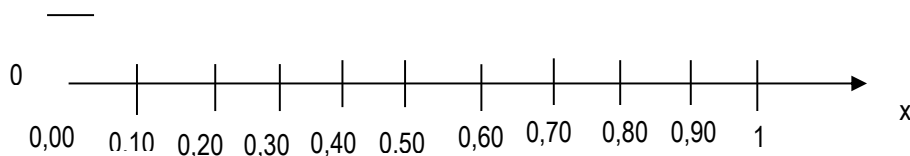
EQ - Pontuação para o equilíbrio dos preços propostos de cada concorrente;

A avaliação final resulta da aplicação dos seguintes factores:

1. Para o factor Preço da Proposta (y): (60%)

A pontuação das propostas no que se refere ao factor Preço da proposta será calculada de acordo com o seguinte gráfico;





Fracção do preço base

Fracção do Preço base: $x = (P_{\text{concorrente}} / P_{\text{base}})$

Em que:

$P_{\text{concorrente}}$ – Preço da proposta do concorrente

P_{base} – Preço Base

- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $\leq 0,60$** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

➤ Equação da recta a: **$y = 10 - (x / 0,60)$**

- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $> 0,60$ e $\leq 0,70$** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

➤ Equação da recta b: **$y = 9 + (0,60 - x) / 0,10$**

- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $> 0,70$ e ≤ 1** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

➤ Equação da recta c: **$y = (8 - 8 x) / 0,30$**

Em que:

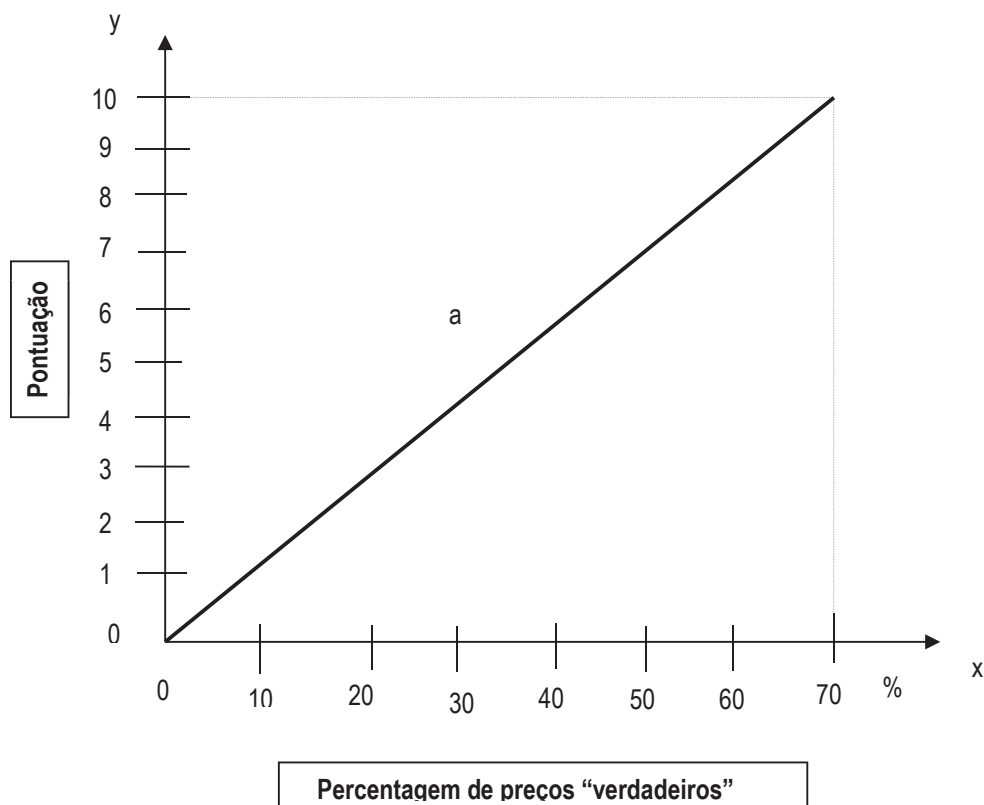
y – Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

x – Fração do Preço base;

2. Para o factor Equilíbrio dos Preços Propostos (EQ): (40%)

2.1 Subfactor “Coerência dos Preços Propostos” (30%)

A pontuação das propostas no que se refere ao subfactor coerência dos preços propostos será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Para efeitos de avaliação deste subfactor, serão contabilizados 70% dos preços verdadeiros que neste caso corresponde a **95 artigos**.

- A pontuação para o subfactor “coerência dos preços propostos” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

➤ Equação da recta a: $y = \frac{1}{7}(x)$

Em que:

y – Pontuação para a coerência dos preços propostos de cada concorrente;

x – Percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente;

Caso a percentagem de preços “verdadeiros” for superior a 70%, o (y) será pontuado com 10 pontos.

Os preços “**verdadeiros**”, são os preços unitários dos concorrentes que se encontrarem dentro do seguinte intervalo:

$$(P_{cml} - 20\% \text{ do } P_{cml}) \leq P_{con.} \leq (P_{cml} + 20\% \text{ do } P_{cml})$$

Em que:

P_{cml} – Preço unitário da CML;

$P_{con.}$ – Preço unitário do concorrente;

A percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente é calculada da seguinte forma:

$$\text{➤ } x = (NV / N) \times 100$$

Em que:

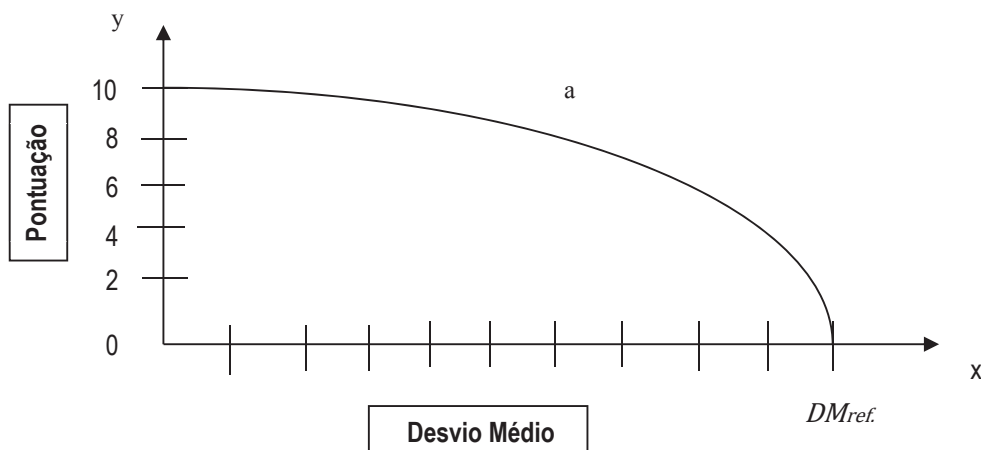
x – Percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente;

NV – Número de preços verdadeiros de cada concorrente;

N – Número total de artigos;

2.2 Subfactor “Relevância dos Preços Propostos” (70%)

A pontuação das propostas no que se refere ao subfactor relevância dos preços proposto será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Equação do segmento da elipse a: $y = \sqrt{100 - 100 \left(\frac{DM^2_{conc}}{DM^2_{ref.}} \right)}$

Em que:

y – Pontuação para a relevância dos preços propostos de cada concorrente;

DM_{conc} – Desvio médio de cada concorrente;

DM_{ref.} – Desvio médio de referencia;

O cálculo do desvio médio de referência é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } DM_{ref.} = \sum |X_{ref.} - X_{iref.}| / NR$$

$$DM_{ref.} = 8016,765755$$

Em que:

DM_{ref.} – Desvio médio de referência;

$|X_{ref.} - X_{iref.}|$ – Desvio de referência;

X_{ref.} – Média de referência dos artigos mais relevantes;

X_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

NR - Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo da média de referência dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{ref.} = \sum X_{iref.} / NR$$

Em que:

X_{ref.} – Média de referência dos artigos mais relevantes;

X_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

NR – Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo do parâmetro de referência dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{iref.} = (Q_{iref.} \times P_{iref.}) / P_{iref.}$$

Em que:

X_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

Q_{iref.} – Quantidade referente ao artigo mais relevante;

P_{iref.} – Preço unitário referente ao artigo mais relevante;

O cálculo do desvio médio de cada concorrente é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } DM_{conc} = \sum |X_{conc} - X_{irconc}| / NR$$

Em que:

DM_{conc} – Desvio médio de cada concorrente;

$|X_{conc} - X_{irconc}|$ – Desvio de cada concorrente;

X_{conc} – Média de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

x_{irconc} – Parâmetro de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

NR - Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo da média de cada concorrente dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{conc} = \sum x_{irconc} / NR$$

Em que:

X_{conc} – Média de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

x_{irconc} – Parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes;

NR – Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo do parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } x_{irconc} = (Q_{iref} \times P_{icon}) / P_{iref}$$

Em que:

x_{irconc} – Parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes;

Q_{iref} – Quantidade referente ao artigo mais relevante;

P_{icon} – Preço unitário de cada concorrente;

P_{iref} – Preço unitário referente ao artigo mais relevante;

Caso a (DM_{conc}) seja superior ao (DM_{ref}), o (y) será pontuado com 0 pontos.

Os artigos mais relevantes do mapa de quantidades são os seguintes:

2.1.1 Remoção incluindo carga (mecânica) e descarga de terras provenientes de escavações, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranter, de acordo com o PPG ou local a indicar pela Fiscalização.

2.2.1 Remoção incluindo carga (mecânica) e descarga de terras provenientes de escavações, para vazadouro não municipal, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

3.4 Fornecimento e colocação de betão-armado, em lajes (B20 (C16/20),A400) incluindo vibração mecanica, cofragem e descofragem, e todos os trabalhos acessórios e complementares.

4.1.1 Fornecimento e execução de tout-venant, c/ 0,15m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Em fundação na faixa de rodagem, é espalhado mecanicamente com espalhadora) (a)

4.1.2 Fornecimento e execução de tout-venant, c/ 0,20m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários (Em fundação na faixa de rodagem, é espalhado mecanicamente com espalhadora).

4.1.3 Fornecimento e execução de camada em agregado britado de granulometria extensa tratado com cimento, na razão de 110Kg/m³, c/ 0,20m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários (o AGECE tem de ser espalhado mecanicamente com espalhadora). (a)

4.1.4 Fornecimento e execução de macadame betuminoso c/ 0,10 m de espessura após o recalque, incluindo rega de colagem com emulsão betuminosa modificada, termoaderente, ou rega de impregnação, espalhamento, compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.1.5 Fornecimento e execução de Mistura Betuminosa AC 16 REG/BIN 10/20 tipo "Alto Módulo", com 0,10 m de espessura após recalque, incluindo rega de colagem ou de impregnação com emulsão betuminosa modificada, termoaderente, e todos os trabalhos acessórios e complementares. (a)

4.2.1 Arranque de betão betuminoso incluindo cubos e camadas de fundação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e ainda a remoção, e transporte e encaminhamento a destino final adequado do material sobranço de acordo com o PPG.

4.2.3 Fresagem de pavimento betuminoso, até 4cm de profundidade, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranço, de acordo com o PPG. (a)

4.2.4 Fresagem de pavimento betuminoso, de 4 a 6cm de profundidade, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.2.5 Fornecimento e aplicação de mistura betuminosa densa em preenchimento de depressões ou reforço de fundações, incluindo rega de colagem ou de impregnação com emulsão betuminosa modificada termoaderente e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários, transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranço, de acordo com o PPG. (a)

4.2.6 Fornecimento e execução de tapete em betão betuminoso c/ 0,05m depois do recalque, c/ gravilha de basalto ou de granito (cor a definir pela Fiscalização), incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente ou rega de impregnação, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.2.7 Fornecimento e execução de tapete em betão betuminoso c/ 0,05m depois do recalque, c/ gravilha de calcário, incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente ou rega de impregnação, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

4.2.8 Fornecimento e execução de betão betuminoso rugoso, c/ 0,04m de espessura após o recalque, c/ gravilha de basalto ou de granito (cor a definir pela Fiscalização), incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente, e todos os trabalhos acessórios e complementares. (a)

4.2.9 Execução de revestimento de superfície em pavimento de estacionamento de bicicletas e motociclos, constituído por duas camadas tipo 'Slurry' acrílico colorido, cor laranja ou cor verde ou outra cor a indicar pela Fiscalização, (2x1kg/m²), ou equivalente, incluindo trabalhos de preparação do suporte, e todos os trabalhos e materiais necessário ao perfeito acabamento das superfícies.

5.6 Fornecimento e execução calçada de cubos de vidro rijo, 1ª escolha, aparelhado, c/ 0,05 a 0,07m de aresta, sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, de espessura média de 0,04m,

incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:4 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.8 Fornecimento e execução de calçada de cubos de vidro rijo, 1ª escolha, aparelhados c/ 0,10m de aresta, assentes a fio (em espinha) sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:3 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.9 Fornecimento e execução de calçada de cubos de granito, c/ 0,10m de aresta, assentes a fio (em espinha) sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:3 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.10 Fornecimento e espalhamento de betão tipo "UniPavi Branco Lisboa", Secil, ou equivalente, com 0.06m de espessura, armado com rede tipo "capoeira" com face texturada, c/ superfície tratada com hidrófugo tipo "SecilTEK AD 40" ou equivalente ou protetor Anti-Graffiti, tipo "Barbot Ref.ª 6835" ou equivalente, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.11 Fornecimento e espalhamento de betão tipo "UniPavi Branco Lisboa", Secil, ou equivalente, com 0.10m de espessura, armado com rede eletrosoldada tipo "malhasol AQ30" ou equivalente, com face texturada, c/ superfície tratada com hidrófugo tipo "SecilTEK AD 40" ou equivalente ou protetor Anti-Graffiti, tipo "Barbot Ref.ª 6835" ou equivalente, incluindo cofragem (em troços retos e curvos) e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

6.4 Fornecimento e assentamento de lancil de vidro rijo, com as características definidas no CE, c/ 0,13x0,22m, sobre fundação de 0,30x0,50m em betão simples, incluindo escavação da vala e remoção das terras ou cofragem quando necessária e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Considera-se incluído lancil curvo, quando necessário, para raios de curvatura inferiores a 12,0m).

6.5 Fornecimento e assentamento lancil de vidro rijo, com as características definidas no CE, c/ 0,25x0,22m, sobre fundação de 0,30x0,50m em betão simples, incluindo escavação da vala e remoção das terras ou cofragem quando necessária e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Considera-se incluído lancil curvo, quando necessário, para raios de curvatura inferiores a 12,0m).

6.7 Fornecimento e assentamento de chapa de aço, metalizado a quente, com 10 cm de altura e 3mm de espessura, em troço retos ou curvos, no limite do pavimento pedonal em betão contínuo, incluindo fundação em betão simples, c/ 0,20x0,20m, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.8.1 Fornecimento e assentamento de colector de diâmetro de 300 mm em tubos de PVC e SN=8, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.9.1 Fornecimento e assentamento de colector (0,315m) em tubo de polietileno de alta densidade, PN10, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.12.1 Execução sumidouro com grade de ferro (classe D400 com dispositivo anti-roubo) de 0,60x0,35m, c/ sifão, incluindo todos os fornecimentos e trabalhos complementares necessários.

8.1.1 Fornecimento e marcação no pavimento com Sprayplástico, de acordo com indicação da Fiscalização, incl. Pré-marcação e todos os trabalhos necessários, com diferentes larguras de traços: 0,12m; 0,15m; 0,20m; 0,25m e 0,30m.

8.2.6 Fornecimento e marcação no pavimento com tinta termoplástica branca, incl. pré-marcação e todos os trabalhos necessários, dos seguintes traços: traço 0.20m; traço 0.30m; traço 0.50m (passadeiras e barras de STOP)

Os arredondamentos da pontuação final serão feitos até à segunda casa decimal.

Em caso de igualdade pontual e pós eventuais correcções ao valor das propostas dos concorrentes por parte do Júri do Procedimento, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:

- 1) Pelo arredondamento da pontuação final até à casa decimal onde se verifique o desempate;
- 2) O Concorrente que apresentar maior pontuação no factor 1 “Preço da Proposta”;
- 3) O Concorrente que apresentar maior pontuação no factor 2 “Equilíbrio dos Preços Propostos”;
- 4) O Concorrente que apresentar maior pontuação no subfactor 2.1 “Coerência dos Preços Propostos”;
- 5) O Concorrente que apresentar maior pontuação no subfactor 2.2 “Relevância dos Preços Propostos”;
- 6) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 4 “PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS”;
- 7) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 5 “PAVIMENTOS EM ZONAS PEDONAIS”;

15. Notificação da decisão de adjudicação, notificação para apresentação dos documentos de habilitação e dos documentos relativos ao Plano de Segurança e Saúde (Fase de Obra) e comunicação prévia:

15.1. A entidade que preside ao concurso, notifica o adjudicatário da decisão de adjudicação, solicitando ao mesmo que:

- a) Apresente os documentos de habilitação exigidos no ponto 15.2 deste Programa de Concurso;
- b) Preste caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do Código dos Contratos Públicos, de montante correspondente a 5% do preço contratual ou 10% se a adjudicação for feita a uma proposta de preço anormalmente baixo, no prazo máximo de 10 dias. Nos casos em que não seja exigível a prestação de caução, será esta substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, no termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Confirme, no prazo máximo de 10 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

15.2. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O alvará ou o título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar;
- d) Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos previstos no ponto 15.7 deste Programa de Concurso.

15.3. Para efeitos de apresentação do documento previsto na alínea c) do ponto anterior, o adjudicatário deverá ser detentor da:

- a) A 1ª subcategoria da 2ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- b) As 1ª, 6ª, 8ª e 11ª subcategorias da 2ª categoria, as 9ª e 17ª subcategorias da 4ª categoria e a 2ª subcategoria da 5ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida do n.º 3 do artigo 81º do CCP e desde que não seja posto em causa o artigo 383º do referido código;

O concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve apresentar os alvarás ou títulos de registo da titularidade dos subempreiteiros possuidores das autorizações respetivas, os quais tem de ser acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

15.4. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, consoante o caso, deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

15.5. Os documentos a que se refere o número anterior não são exigíveis a concorrentes nacionais de outro Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, quando nesse Estado aqueles documentos não sejam emitidos, devendo porém ser substituídos por uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que os documentos em causa não são emitidos nesse Estado.

15.6. A entidade que preside ao concurso pode sempre solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas

para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º, n.º1 alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

15.7. O Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra:

- a) O adjudicatário deve entregar, no prazo fixado na notificação de adjudicação, o Plano de Segurança e Saúde para a execução de Obra, resultante do desenvolvimento e especificação do PSS – Fase de Projeto integrante do Concurso e adequado à obra posta a concurso.
- b) O referido Plano de Segurança e Saúde é aprovado pela entidade adjudicante. Verificando-se a sua não aprovação, pela entidade adjudicante e cumpridas que sejam as formalidades legais aplicáveis, sem que os vícios ou incorreções tenham sido sanadas, entende-se que para efeito de habilitação do adjudicatário, o documento é inexistente e consequentemente facto gerador de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

15.8. Elementos para a Comunicação Prévia à IGT de Abertura do Estaleiro:

O adjudicatário deve entregar no ACTO DE CONSIGNAÇÃO os elementos informativos constantes do Anexo VI – Modelo 1 do Programa de Concurso;

O adjudicatário deve, ainda, entregar as seguintes declarações, conforme minuta do Anexo VI do Programa de Concurso:

- Declaração da Entidade Executante – Modelo 2;
- Declaração do Representante da Entidade Executante – Modelo 3;
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada identificando o Estaleiro e as datas previsíveis de início e termo dos trabalhos – Modelo 4.

16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos:

16.1. No caso da adjudicação ser feita a um Agrupamento seguir-se-ão as seguintes regras:

- a) Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do ponto 15.2 devem ser apresentados por todos os seus membros;

- b) Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem apresentar o respectivo alvará ou título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o agrupamento aproveita das habilitações de cada um dos seus membros os quais no seu conjunto ou individualmente devem perfazer todas as habilitações previstas nas alíneas a) e b) do ponto 15.3;
- c) Os documentos referidos nos pontos 15.3 a 15.5 devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade.

16.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 15.5 do Programa de Concurso.

17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma:

17.1. Os documentos de habilitação são apresentados em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, estarem acompanhados de tradução devidamente legalizada, sob pena de caducidade da adjudicação.

17.2. Os documentos deverão ser apresentados, até ao fim do prazo fixado na respetiva notificação, no endereço identificado no ponto 1.4 deste Programa de Concurso.

17.3. Para os documentos referidos na alínea b) e c) do ponto 15.2, quando se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário indicar à entidade adjudicante o endereço e o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que aqueles estejam em língua portuguesa.

17.4. Desde que devidamente fundamentada, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário a apresentação de originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do ponto 17.1 do Programa de Concurso.

18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação:

A entidade que preside ao concurso notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta na morada indicada no ponto 1.4. deste Programa de Concurso.

19. Causas de caducidade da adjudicação:

19.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 19.2 e de outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação;
- b) Não apresentação ou não aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos do ponto 15.7 deste Programa de Concurso;
- c) Não apresentação dos documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
- d) Não prestação da caução por facto imputável ao adjudicatário;
- e) Não confirmação dos compromissos, nos termos do artigo 92.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário;
- g) Pela não associação dos membros de um agrupamento, na modalidade exigida no ponto 5.3 deste Programa de Concurso;
- h) Pela falsidade de documentos e declarações apresentados.

19.2. Quando as situações anteriores se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, a entidade que preside ao concurso concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

19.3. A entidade que preside ao concurso comunica ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P a caducidade da adjudicação.

20. Modo de Prestação da Caução:

20.1. Nos 10 dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve prestar a caução exigida no ponto 15.1, alínea b) do Programa de Concurso e comprovar essa situação junto da entidade que preside ao concurso, sob pena de caducidade da adjudicação e comunicação ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

20.2. A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos Pública, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso.

20.3. As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.

20.4. O adjudicatário que preste caução sob a forma de garantia bancária deve escolher uma das minutas de garantia bancária constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso. Uma minuta corresponde ao tipo de garantia bancária sem prazo e a outra ao de garantia bancária automaticamente renovável. Para efeitos do cálculo do prazo inicial aposto neste segundo tipo de garantia bancária, determina-se que este corresponde ao dobro do prazo fixado para a execução do contrato de empreitada ou, caso esse prazo seja inferior a 6 (seis) meses, ao prazo de 1 (um) ano, por forma a acautelar todas as eventuais vicissitudes que possam ocorrer e atrasem a execução da empreitada.

Ao prazo contabilizado nos termos atrás referidos, acresce o maior prazo legal de garantia que seja aplicável à empreitada. A título de exemplo, uma empreitada cujo prazo de execução seja de 1 (um) ano e cujo maior prazo legal de garantia aplicável seja de 5 (cinco) anos, terá de apor como prazo na garantia bancária automaticamente renovável 7 (sete) anos. Se tendo decorrido o prazo fixado na garantia bancária, o contrato de empreitada ainda não estiver integralmente executado ou ainda não tiver decorrido o seu período de garantia ou tendo decorrido esse período foram atempadamente detetados defeitos da responsabilidade do empreiteiro justificativos da sua não liberação, a garantia bancária renovar-se-á automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, promovendo-se a sua extinção quando aquelas situações deixarem de subsistir.

21. Celebração do Contrato:

21.1. Após a prestação da caução e aprovação da minuta do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a entidade que preside ao concurso notifica-a ao adjudicatário para que este, no prazo máximo de 5 dias, apresente o que tiver por conveniente.

21.2. A minuta do contrato considera-se tacitamente aceite se o adjudicatário nada disser dentro do prazo referido em 21.1.

21.3. Em caso de reclamação da minuta por parte do adjudicatário, a entidade que preside ao concurso, nos 10 dias a contar da receção da reclamação, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à sua rejeição.

21.4. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação a concurso, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

22. Outorga do Contrato:

22.1. A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

22.2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, perdendo o adjudicatário, a favor da entidade adjudicante, a caução prestada e sendo tal situação comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

22.3. Se a não outorga do contrato for imputável à entidade adjudicante, e sem prejuízo de poder exigir a sua celebração judicialmente, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo a entidade adjudicante liberar a caução, sem prejuízo do direito a indemnizar o adjudicatário por todas as despesas e encargos que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e prestação da caução.

22.4. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

23. Legislação aplicável:

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXOS E MODELOS

ANEXO I

**[Artigo 57.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 8.1, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condena dos por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] ("):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas

alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), (data), [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

NOTA: A redação da alínea f) do ponto 4 foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO II

[Ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso]

Identificação da empresa concorrente (ou das empresas concorrentes, no caso de se tratar de Agrupamento), declara que os atributos da sua proposta são os seguintes:

1. O valor da proposta é de € (valor numérico e por extenso), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, que já inclui o suprimento dos erros e omissões aceites, no valor de € (valor numérico e por extenso), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
2. O prazo de execução da obra é de (numérico e por extenso) dias, acrescidos de (numérico e por extenso) dias para a manutenção dos espaços verdes, conforme plano de trabalhos anexo à proposta. (SE APLICÁVEL)
3. Memória Descritiva do Modo de Execução da Empreitada (SE APLICÁVEL)
4. Plano de Trabalhos, Plano de Meios Técnicos/Equipamentos e Plano de Mão-de-Obra/Meios Humanos. (SE APLICÁVEL)
5. Plano de Remoção de Amianto. (SE APLICÁVEL)
6. Outros...

NOTA: Para o correto preenchimento deste anexo, o concorrente deverá verificar o critério de adjudicação aplicável à empreitada.

ANEXO III

[Modelo relativo à Declaração de Compromisso, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, para cumprimento da alínea g) Ponto 8.1 do Programa de Concurso]

F.....(indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma e sede), titular do Alvará de Construção (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros aprovados do Estado)(indicar o número), contendo a(s) autorização(ções) (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do anúncio, datado de, obriga-se ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Data:

Assinatura:

ANEXO V

**[Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 15.2, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código(6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos

termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º.

NOTA: A redação da alínea c) foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO VI

Modelo n.º 1

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

1 – DATA DA COMUNICAÇÃO: _____

2 – ESTALEIRO:

ENDEREÇO:

3 – NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 – DONO DA OBRA:

NOME:

ENDEREÇO:

5 – AUTOR (ES) DO PROJECTO:

NOME:

ENDEREÇO:

6 – ENTIDADE EXECUTANTE:

NOME:

ENDEREÇO:

7 – FISCAL (IS) DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

8 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO EMPREENDIMENTO

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

9 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

10 – DIRECTOR TÉCNICO DA EMPREITADA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

11 – REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

12 – DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO (A INDICAR PELO EMPREITEIRO)

INÍCIO: ____/____/____

DATA DE TERMO: ____/____/____

13 – CRITÉRIO DE ENVIO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

- ☐ UM PRAZO TOTAL SUPERIOR A 30 DIAS E, EM QUALQUER MOMENTO, A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE 20 TRABALHADORES;
- ☐ UM TOTAL DE 500 DIAS DE TRABALHO, CORRESPONDENTE AO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES.

14 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO: _____

15 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____

Nota: Poderão ser feitas as alterações e/ou atualizações posteriores que se desejarem por parte do Dono de Obra com a condicionante de atualizar a informação afixada no estaleiro e a informação veiculada à entidade fiscalizadora do trabalho.

Modelo n.º 2
DECLARAÇÃO
(Entidade Executante)

(Nome da Empresa)

Pessoa Coletiva n.º, com sede em,
..... e escritório em
..... telefone n.º e fax n.º
....., declara para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29
de Outubro, na qualidade de adjudicatário, da empreitada com a
designação.....que o estaleiro
será localizado em, com o
início de trabalhos previsto para// e o termo previsto para//

Lisboa,

Assinatura,

(Carimbo)

Modelo n.º 3

DECLARAÇÃO

(Representante da Entidade Executante)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em..... Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Representante da Entidade Executante (empregado), da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para// e o termo previsto para//

Lisboa,

Assinatura,

Modelo n.º 4
DECLARAÇÃO
(Diretor Técnico da Empreitada)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em.....Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e Fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Diretor Técnico da Empreitada, da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para / / e o termo previsto para / /

Lisboa,

Assinatura,

ANEXO VII

(Artigo 90.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos e Ponto 20.2 e 20.4 do Programa de Concurso)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Sem prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Com prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) (doravante, a “Ordenante”) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Ordenante assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia constitui uma garantia a solicitação permanente, mantendo-se em vigor nos estritos termos aqui previstos, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias ou da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Banco pela Ordenante, da liquidação ou dissolução da Ordenante, da nomeação de um administrador de insolvência ou liquidatário judicial para toda ou qualquer parte do seu património, ou da emissão de decisão a declarar a insolvência.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma tem o prazo de duração de ... anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, mantendo-se em vigor até à sua extinção.

A Garantia caducará apenas na data em que seja entregue, pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Ordenante, ao Banco, documento assinado pelo Diretor do Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Lisboa com o teor do documento que consta como Anexo, nada mais podendo ser exigido ao Banco pela Câmara Municipal de Lisboa a partir dessa data.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

**Modelo de guia de depósito
(dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)**

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a empreitada de, para os efeitos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

DELIBERAÇÃO Nº 319/AML/2017

Proposta nº 530/CM/2017 – Ponto 5 da Proposta 530/CM/2017 – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para Reabilitação de Arruamentos e Infraestruturas de Saneamento na Zona Oriental, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** 7 PS/ 3 IND/ 3 PSD/ 2 PCP - **Contra:** 1 CDS-PP

Votação na AML:

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNPN/ 6 IND – **Contra:** CDS-PP/ MPT

Proposta nº 530/2017

Assunto: Aprovar a decisão de contratar a Empreitada n.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 - “Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na Zona Oriental” - Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017, com recurso a concurso público com publicidade internacional, aprovação das peças procedimentais, incluindo o projeto de execução e nomeação do júri, bem como submeter à Assembleia Municipal a aprovação da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

Pelouros: Obras Municipais.

Serviços: DMPO/DGES.

Considerando que:

É prioridade deste Município garantir a conservação e manutenção dos arruamentos e saneamento na zona oriental da Cidade de Lisboa, e que carece de uma intervenção sistemática e generalizada;

Associada a esta intervenção estão previstos como objetivo principal a reabilitação ou reconstrução de arruamentos com intervenção na rede de drenagem no âmbito do Programa LX XXI, sendo os trabalhos maioritariamente constituídos por repavimentações, substituição de lancis e calçadas quando necessário, substituição/reparação de órgãos de drenagem, enquadrada nas atividades de repavimentação estando também incluída a reposição da sinalização horizontal, vertical e luminosa;

Para o efeito, foi preparada a empreitada n.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na Zona Oriental” - Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017;

Nos termos do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, fazem parte das peças de formação deste contrato, o programa de procedimento e o caderno de encargos, sendo este formado pelos elementos de solução da obra referidos no artigo 43.º do referido diploma legal, designadamente o projeto de execução;

As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;

O contrato a celebrar, implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta empreitada se encontra fixado no caderno de encargos com o preço base de € 4.000.000,00, com exclusão do IVA;

O prazo para a execução da obra é fixo de 730 dias, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;

Face ao preço base do concurso, o procedimento será tramitado com recurso a um concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015;

Nos termos do disposto no artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, a qual compete também à entidade competente para decisão de contratar;

Estamos, ainda, perante uma proposta de decisão de contratar e que face ao tempo de tramitação do concurso, de obtenção de visto e ao prazo de execução da obra, haverá que se proceder a uma

repartição de encargos para os anos financeiros de 2017, 2018, 2019 e 2020, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%;

A assunção do compromisso plurianual desta empreitada aqui proposta, deverá, assim, ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que o investimento a realizar não se encontra coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro;

Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

O enquadramento orçamental foi feito nos seguintes códigos: Ação do Plano: A4.P013; Orgânica: 09.01; Económica: 07.01.04.01.01;

A despesa relativa aos anos de 2018, 2019 e 2020 encontram-se previstas nas mesmas rubricas orgânica, económica e do plano, conforme extrato do PPI 2017-2020, aqui anexo.

Por último, a Câmara Municipal é o órgão competente para todas as restantes decisões, nos termos alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do diploma preambular que aprovou o Código dos Contratos Públicos e, ainda, da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1 - Aprovar a decisão de contratar da empreitada n.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento na Zona Oriental” - Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017, com o preço base de € 4.000.000,00, com exclusão do IVA e pelo prazo de execução fixo de 730 dias, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos.

2 - Aprovar, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do artigo 19º do referido Código e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015.

3 - Aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos, as peças de formação deste contrato, de onde fazem parte o programa do procedimento e o caderno de encargos, o qual é formado pelos elementos de solução de obra referidos no artigo 43º do referido diploma legal, designadamente pelo respetivo projeto de execução.

4 - Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do Procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:

EFFECTIVOS:

Presidente: Margarida Revês – Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DGES

1º Vogal: Antónia de Oliveira Sécio – Técnica Superior (Jurista) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Teresa Capitão - Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

3º Vogal: Arlindo Bento - Técnico Superior (Engenheiro) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

4º Vogal: Paula Castanheira – Assistente Técnica da DMPO/DGES/DLE

SUPLENTE:

Presidente: Pedro Félix ou Ana Luísa Trindade ou Lucília Guerreiro ou Maria José Aroso ou Sandra Roque ou Luís Marrão – Técnicos Superiores (Engenheiros) ou Rui Cabral ou Cristina Cabral – Técnicos Superiores (Arquitetos), todos da DMPO/DGES

1º Vogal: Susana Brás ou Susana Silva Paulo ou Amélia Talhinhos, todas Técnicas Superiores (Juristas) da DMPO/DGES/DLE

2º Vogal: Vanda Oliveira - Técnica Superior (Engenheira) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

3º Vogal: Carlos Laureano – Técnico Superior (Engenheiro) da DMPO/DIVPS/DIVPOA

4º Vogal: Luís Santos ou Sílvia Piedade – Assistentes Técnicos ou Sandra Rodrigues – Técnica Superior todos da DMPO/DGES/DLE.

5 - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual, com repartição de encargos para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, uma vez que os encargos a assumir não se encontram a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 600/2016, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 22 de novembro e publicada no 2º Suplemento do Boletim Municipal nº 1193, de 29 de dezembro, passando, deste modo, a repartição de encargos a estar abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%:

2017 - 0,00 €

2018 - 1 060 000,00 €

2019 - 2 120 000,00 €

2020 - 1 060 000,00 €.

CADERNO DE ENCARGOS DA
EMPREITADA N.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA ORIENTAL”
(Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017)

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1. – CLAUSULADO

II.2. – ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DE OBRA

II.3. – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

NOTA: As eventuais referências a marcas nas peças acima mencionadas deverão ser sempre interpretadas como contendo a expressão prévia “tipo ou equivalente”, nos termos legalmente exigidos.

Em caso de contradição entre as diversas peças que constituem este caderno de encargos, este Clausulado Jurídico prevalece sobre toda e qualquer outra peça dele constante.

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada n.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA ORIENTAL” - Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017.
2. A empreitada tem por objeto a realização dos seguintes trabalhos: REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA ORIENTAL, de acordo com o projecto de execução.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a empreitada

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”);
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho, prevenção e gestão de resíduos de demolição e construção e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual,
 - b) Os anexos ao Contrato;
 - c) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;

- d) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- e) O caderno de encargos;
- f) O projeto de execução e demais elementos da solução da obra, previstos no artigo 43.º do CCP;
- g) O Planeamento das Operações de Consignação;
- h) A proposta adjudicada;
- i) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- j) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre as cláusulas escritas do caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
3. No caso de divergência entre as várias peças do projeto:
 - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
 - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;
 - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas c) a i) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1. As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª

Projeto

1. O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado neste caderno de encargos que constitui o Anexo I.
2. Até à data da receção provisória e nos casos em que haja alterações propostas pelo empreiteiro, este entregará ao dono da obra uma coleção atualizada de todos os desenhos, elaborados em papel e igualmente em formato digital, nomeadamente através de CD, com peças gráficas em formato DWG e respetivos ficheiros de plotagem.
3. O empreiteiro deverá, até à data da receção provisória, proceder à entrega da compilação técnica da obra, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Modo de execução da obra – Requisição de trabalhos

1. Entre a celebração do contrato e o início da contagem do prazo de execução da empreitada, que deverá ocorrer, nos termos do disposto no CCP, na data da consignação da obra ou na data em que o empreiteiro for notificado da aprovação do Plano de

- Segurança e Saúde, consoante aquela que tiver lugar mais tarde, o dono de obra irá fornecer um documento do qual constará uma previsão quanto aos locais a intervir, bem como a natureza dos trabalhos a executar.
2. O documento a que se refere o ponto anterior será acompanhado das requisições de trabalho correspondentes às primeiras frentes de trabalho a executar.
 3. Das requisições para cada um dos locais a intervir, constará, para além da indicação precisa da natureza dos trabalhos a executar, o valor dos mesmos e o respectivo prazo de execução.
 4. Após a recepção da requisição, o empreiteiro deverá apresentar, no prazo de sete dias, todos os elementos necessários à execução dos trabalhos, designadamente:
 - a) O plano de trabalhos, acompanhado do respectivo cronograma financeiro e plano de equipamento e mão-de-obra;
 - b) A adenda ao Plano de Segurança e Saúde;
 - c) O Plano de Sinalização de carácter temporário e ocupação de via pública.
 5. Após a aprovação, pelo dono de obra, dos documentos referidos no ponto anterior, será o empreiteiro notificado para iniciar os trabalhos constantes da requisição, o que deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias, contados da data da notificação.
 6. O prazo de execução dos trabalhos correspondentes a cada requisição conta-se a partir da data da notificação prevista no ponto anterior.
 7. O disposto nos pontos anteriores aplica-se a todas as requisições entregues no período de vigência do contrato.
 8. A cada obra/frente de trabalho corresponderá uma requisição.
 9. A empreitada visa a execução dos trabalhos constantes do mapa de quantidades em diversos locais da cidade, de acordo com as necessidades e prioridades que vierem a ser consideradas pela entidade adjudicante durante o período de vigência do contrato e que estarão na base da cadência, volume e simultaneidade com que serão apresentadas as requisições.
 10. O mapa de trabalhos patenteado a concurso foi elaborado com base no levantamento e diagnóstico das condições de conservação do espaço público nas diferentes zonas da cidade, bem como, nos materiais e soluções técnicas que a entidade adjudicante pretende ver implementadas no âmbito das requalificações a efectuar.
 11. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, a entidade adjudicante reserva-se o direito de proceder a alterações nos locais a intervir e/ou na natureza das obras a executar.

12. As quantidades constantes do mapa de trabalhos correspondem ao somatório das medições parciais estimadas, apuradas nos termos do disposto no anterior ponto 10 e deverão ser consumidas no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com as medições realizadas em obra, depois de concluídos os trabalhos incluídos em cada requisição de trabalho entregue ao empreiteiro pelo dono de obra.
13. As requisições de trabalhos a entregar pelo dono de obra incluirão os trabalhos, com as quantidades e respetiva natureza, que o dono de obra entender adequadas, fixando nessas requisições o valor da obra a executar, bem como, o respectivo prazo, o qual servirá de base ao apuramento das penalizações por atraso na execução das obras ou dos prémios pela sua antecipação nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.
14. O plano de trabalhos detalhado, referido no anterior ponto 4, deve incluir, nomeadamente:
 - Um esquema em diagrama do faseamento da obra;
 - Um Plano de equipamentos;
 - Um Plano de mão-de-obra;
 - Um Plano de pagamentos/cronograma financeiro.
15. O Plano de trabalhos detalhado inclui um esquema em diagrama do faseamento da obra que deverá ser detalhado, tendo como escala de tempo a semana e sob a forma de diagrama de barras (Gráfico de GANT).
16. Para o efeito, deverá definir, com precisão, os momentos de início e de conclusão da obra, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as tarefas/trabalhos que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação.

O Plano deverá conter:

 - Duração, em dias, de cada atividade;
 - Precedências e ligações de cada atividade;
 - Caminho crítico;
 - Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão de obra e equipamento;
 - Quaisquer outros recursos, exigidos ou não, no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.
17. O Plano de equipamento deverá indicar o número e tipo de equipamento e a duração do seu emprego, tudo correlacionado com o planeamento dos trabalhos.
18. O Plano de mão-de-obra, elaborado em harmonia com o Plano de trabalhos, deverá indicar as categorias profissionais, número de pessoas por atividade e em valores acumulados.

19. O Plano de pagamentos, a apresentar em valor e em percentagem, deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efectuar pelo dono da obra.
20. Os documentos referidos no anterior ponto 15 devem ser apresentados em ficheiros em formato não editável e editável, designadamente *.mpp.

Cláusula 7.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1. O empreiteiro é responsável:
 - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
 - b) Realização de Ensaios e Certificações necessários ao funcionamento e utilização do edifício, incluindo as certificações energéticas;
 - c) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea b) do n.º 4 da Cláusula 6ª.
2. Caso se trate de uma obra com várias frentes de trabalhos, o empreiteiro é ainda responsável pela apresentação do pedido de emissão de “Licença Especial de Ruído” (LER), junto da Divisão de Controlo Ambiental da Direção Municipal de Ambiente Urbano, devendo cumprir todos os condicionalismos da mencionada licença, sendo responsabilizado por quaisquer reclamações sobre ruído que surjam durante a execução da empreitada.
3. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.
4. O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, nomeadamente:
 - a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
 - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
 - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.
5. Os custos associados aos trabalhos indicados no ponto anterior deverão ser diluídos na totalidade dos preços unitários contratados, pelo que não serão aceites quaisquer reclamações relativas a encargos dessa natureza, designadamente, no que respeita aos estaleiros associados a cada uma das frentes de trabalho que venham a ter lugar no decorrer da empreitada.
6. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:
- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
 - b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
 - c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP.
7. Os prazos a considerar nas várias alíneas do número anterior são:
- a) No prazo de 10 dias após a consignação da empreitada;
 - b) Até 10 dias após a apresentação do pedido;
 - c) No prazo de 30 dias após a data em que lhe era exigível a sua detecção.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, sob pena de caducidade deste direito.

3. A reclamação referida no número anterior deve ser apresentada pelo empreiteiro por meio de requerimento, no qual deve expor os fundamentos de facto e de direito e oferecer os documentos e demais meios probatórios que considere convenientes.
4. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de alterar o plano de trabalhos, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro ou por razões relacionadas com a execução dos trabalhos de suprimento de erros ou omissões e/ou de trabalhos a mais, no prazo de dez dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
5. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado nos termos do artigo 404.º do CCP.
6. O dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo do n.º 4 da presente cláusula no prazo de quinze dias, quando se trate de erros e omissões, ou de dez dias, quando se trate de trabalhos a mais, após a notificação da mencionada proposta, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.
7. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1. O prazo de vigência do contrato é fixo de 730 dias.
2. O prazo referido no ponto anterior poderá ser reduzido por força das datas de entrega das requisições e respectivos prazos parcelares de execução, sem que de tal fato possa resultar qualquer encargo para o dono de obra, seja a que título for.
3. A redução do prazo de vigência real do contrato, que eventualmente possa ocorrer em virtude das circunstâncias referidas no ponto anterior, não confere ao empreiteiro qualquer direito a reclamar prémios por antecipação, encontrando-se tal possibilidade limitada à antecipação apenas dos prazos parcelares associados a cada requisição.

4. O empreiteiro obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução da obra na data da consignação ou, ainda, na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação ou a aprovação parcial do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
 - b) Iniciar os trabalhos constantes das diferentes requisições apresentadas pelo dono de obra no prazo de cinco dias a contar da data da sua notificação, independentemente do número de frentes de trabalho que se encontrem em execução.
 - c) Cumprir todos os prazos de execução fixados pelo dono de obra nas requisições;
 - d) A vistoria da obra para efeitos de receção provisória deverá ser solicitada pelo empreiteiro após a conclusão dos trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
5. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor para cada requisição, imputáveis ao empreiteiro, sem prejuízo da aplicação das multas contratuais definidas na cláusula 12.^a, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução, mediante a apresentação do documento referido na Cláusula 8.^a, ponto 4.

Cláusula 10.^a

Prémios por antecipação dos prazos de execução previstos nas requisições de trabalhos

1. Em caso de antecipação dos prazos de execução previstos pelo dono de obra nas requisições de trabalho, poderão ser atribuídos prémios ao empreiteiro.
2. A possibilidade de atribuição do prémio é uma prerrogativa do dono da obra e depende da verificação das condições identificadas nesta cláusula.
3. Os prémios a que se refere o número anterior serão calculados para cada requisição, caso a caso, e corresponderão a 1‰ do valor correspondente ao somatório do montante aprovado nos autos de medição, na parte correspondente aos trabalhos antecipados (valor final dos trabalhos realizados ao abrigo da requisição em causa).
4. O prazo a que se refere o anterior número 1 corresponde ao prazo de execução previsto na requisição de trabalhos, sem qualquer acréscimo, seja a que título for, contado nos termos do disposto na cláusula relativa ao "Modo de execução da obra - Requisição de Trabalhos".
5. Constitui exceção ao disposto no número anterior, a suspensão total dos trabalhos a que se refere a requisição, por causas imputáveis ao dono de obra, desde que a suspensão e o recomeço dos trabalhos estejam formalizados em auto.

6. Salvo no que se refere à situação prevista no número anterior, não serão acrescidas ao prazo de execução inicial, para efeitos de atribuição de prémio, quaisquer prorrogações de prazo concedidas no âmbito da empreitada, independentemente das causas que venham a determinar a sua concessão e ainda que as mesmas sejam decorrentes de suspensões parciais dos trabalhos por motivos imputáveis ao dono de obra.
7. A data de conclusão dos trabalhos, a considerar para efeitos do apuramento do prémio a atribuir por eventuais antecipações do prazo de execução dos trabalhos previstos em cada requisição, corresponde à data indicada no respectivo “Auto de Receção Provisória Parcial”, desde que do mesmo não conste qualquer condicionante ou reserva, designadamente no que se refere a trabalhos por concluir ou corrigir.
8. O valor do prémio a atribuir, por cada requisição, não poderá ultrapassar 10% do somatório dos montantes aprovados nos autos de medição, na parte correspondente aos trabalhos antecipados (valor final dos trabalhos realizados ao abrigo da requisição em causa).
9. A atribuição de prémio ao empreiteiro depende da apresentação de pedido, o qual será objecto de análise pela fiscalização para verificação das condições de aceitação do mesmo e apuramento do cômputo final dos prémios, o qual, a ocorrer, terá lugar aquando da última receção provisória realizada no âmbito do contrato, procedendo-se, nessa fase, ao desconto de eventuais sanções que ainda não tenham sido objecto de aplicação efectiva nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1. O empreiteiro informará mensalmente o diretor de fiscalização da obra, se outra periodicidade não for por este fixada, dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor, através de relatórios que deverão ser entregues à fiscalização.
2. O diretor de fiscalização e/ou o Coordenador de Segurança em Obra, se assim o julgar conveniente, promoverá a realização semanal de reuniões, especialmente destinadas à análise e resolução dos problemas urgentes, capazes de comprometer o cumprimento do planeamento da empreitada.
3. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número 1 desta cláusula, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

4. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no ponto 4 da Cláusula 8.^a.

Cláusula 12.^a

Multas por violação contratual

1. Em caso de atraso na apresentação dos documentos necessários à execução dos trabalhos relativos a cada requisição, designadamente, o plano de trabalhos, acompanhado do respectivo cronograma financeiro e plano de equipamento e mão-de-obra, a adenda ao Plano de Segurança e Saúde e o Plano de Sinalização de carácter temporário e ocupação de via pública, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço indicado na requisição.
2. Por cada dia de atraso verificado no início da execução dos trabalhos relativos a cada requisição, derivado da não aprovação do Plano de Segurança e Saúde (PSS), por causa imputável ao empreiteiro, designadamente, por atraso na apresentação de documentos, de esclarecimentos, de rectificações ou complementos a peças já anteriormente apresentadas ou de quaisquer outro elemento que o dono de obra considere necessários à avaliação e aprovação do PSS e à Comunicação Prévia da Abertura de Estaleiro, será aplicada uma sanção contratual de 1 ‰ do valor da requisição, valor que poderá sofrer um agravamento de 0,05 ‰, a cada novo pedido de elementos a efectuar pelo dono de obra, nos casos em que os pedidos anteriores não tenham sido respondidos de forma a sanar as faltas ou desconformidades apontadas pelo dono de obra.
3. A multa a que se refere o ponto anterior será calculada tendo em conta o número de dias decorrido entre a data do primeiro pedido de elementos, após a entrega inicial dos documentos efectuada pelo empreiteiro na sequência da entrega da requisição, e a aprovação do PSS.
4. Para efeitos do apuramento do número de dias referido no ponto anterior, deverá ser considerado o prazo consumido pelo dono de obra na análise dos elementos entregues, prazo esse que não deverá ultrapassar cinco dias, contados a partir do primeiro dia útil a seguir à entrada dos elementos na CML.
5. Caso o prazo de cinco dias referido no ponto anterior seja ultrapassado, o período adicional consumido pelo dono de obra na apreciação dos elementos entregues pelo empreiteiro não será incluído no montante da sanção a aplicar.

6. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução de cada uma das obras requisitadas, por facto imputável ao empreiteiro, designadamente por falta de aprovação do PSS, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço indicado na requisição.
7. Para efeitos da aplicação de sanções contratuais por atraso na execução de cada requisição, o não cumprimento do respectivo plano de trabalhos, por facto imputável ao empreiteiro, será avaliado e medido com base na execução financeira prevista no respectivo cronograma financeiro.
8. Nos termos do número anterior, será aplicada uma sanção contratual, relativa ao mês a que corresponde o auto, em que se verifica o desvio referente à requisição em causa, em valor correspondente 1 ‰ da diferença entre o valor acumulado dos trabalhos executados, incluídos nos autos de medição mensais contratuais e o valor acumulado previsto no cronograma financeiro em vigor para o mês a que se refere o cálculo, por cada dia desse mesmo mês.
9. Para efeitos do apuramento do valor da multa diária prevista no número anterior, o valor de 1 ‰ é aplicado sobre a diferença verificada entre os montantes incluídos nos autos de medição, relativos à parte dos mesmos correspondente à requisição a que se refere a sanção e o valor acumulado previsto no cronograma financeiro relativo a essa mesma requisição.
10. A actualização do valor diário da multa a aplicar, para cada requisição, será efectuada mensalmente, após a validação do valor de cada auto.
11. A aplicação de sanções contratuais por atraso na execução de cada requisição manter-se-á até que os desvios sejam recuperados, ou seja, até que o valor dos trabalhos realizados seja igual ou superior ao valor acumulado previsto no cronograma financeiro.
12. As multas por atraso no cumprimento do plano de trabalhos, relativas a cada requisição, serão anuladas, no final dos trabalhos incluídos na mesma, em caso de recuperação dos atrasos e conclusão dos trabalhos requisitados dentro do prazo estabelecido para o efeito, acrescido das prorrogações de prazo concedidas pelo dono de obra a título legal, relativas à requisição em causa.
13. Em caso de incumprimento de ordens do diretor da fiscalização, incluindo as relativas à segurança e saúde no trabalho, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço relativo ao conjunto das requisições em curso.

14. Pela falta de cumprimento dos prazos estabelecido para remediar os defeitos encontrados em determinada obra, a multa de 0,5 ‰ do preço indicado na respectiva requisição por cada dia de atraso no início ou na conclusão das reparações e em relação aos prazos estabelecidos na notificação. Esta multa será aplicada por cada trabalho ou parte do mesmo.
15. Pela não cumprimento da obrigação proceder à entrega da compilação técnica da obrado disposto do até à data da receção provisória, conforme artigo 16.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, a multa de 0,5 ‰ do preço contratual por cada dia de atraso.
16. Pela falta de comparência do Diretor Técnico da empreitada no local e horário acordados com a fiscalização, a multa de 0,5 ‰ do preço relativo ao conjunto das requisições em curso, por cada falta.
17. Pela falta de comparência do empreiteiro ou seu representante às medições dos trabalhos executados ou às vistorias para efeitos de receções provisórias, a multa de 0,5 ‰ do preço relativo ao conjunto das requisições em curso, por cada falta.
18. As multas previstas na presente cláusula poderão ser, a requerimento do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, reduzidas a montante adequado, sempre que se mostrem desajustadas em relação aos prejuízos reais sofridos pelo dono da obra.
19. O montante das multas calculadas e aplicadas poderão ser descontadas em qualquer crédito existente a favor do empreiteiro no âmbito do contrato, incluindo no valor dos prémios atribuídos pelo dono de obra, conforme estabelecido no presente Caderno de Encargos.
20. As multas serão descontadas no primeiro crédito verificado a favor do empreiteiro no âmbito do contrato, imediatamente após a respectiva decisão de aplicação.

Cláusula 13.^a

Atos e direitos de terceiros

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 14.^a

Condições gerais de execução dos trabalhos

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2.^a.
3. Após a adjudicação e antes da consignação o empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, não se obrigando o dono da obra a considerá-las todas ou mesmo a autorizá-las. Para o efeito, deverá o empreiteiro proceder à atualização da documentação entregue e eventualmente aprovada.

Cláusula 15.^a

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1. O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
2. O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.
3. Só pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões quando o somatório do preço atribuído a tais trabalhos com o preço de anteriores trabalhos de

suprimento de erros e omissões e de anteriores trabalhos a mais não exceder 5% do preço contratual.

4. O dono da obra é responsável pelos trabalhos de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.
5. O empreiteiro é responsável por metade do preço dos trabalhos de suprimentos de erros ou omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º do CCP, exceto pelos que hajam sido identificados pelos concorrentes na fase de formação do contrato mas que não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
6. O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação dos contratos, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua detenção.
7. Todos os elementos necessários à correta definição das obras a executar durante o período de vigência do contrato serão fornecidas juntamente com as requisições, sendo aplicável aos trabalhos requisitados o regime de suprimento de erros e omissões em fase de execução do contrato, conforme previsto nos artigos 376º a 378º do Código dos Contratos Públicos.
8. Tendo em conta o disposto no ponto anterior, nos termos do disposto no artigo 378º, o empreiteiro poderá reclamar, no prazo de trinta dias, contra eventuais erros e omissões, identificados no conteúdo das requisições correspondentes a cada frente de trabalho, a contar da data da sua recepção ou a contar da data em que lhe for exigível a deteção dos erros e omissões, quando tal não seja possível na data da recepção da requisição.

Cláusula 16.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1. Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
2. Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3. Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 17.^a

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o empreiteiro obriga-se a executar à sua custa uma tabuleta, devidamente pintada, sujeita a aprovação da fiscalização, para ser colocada em local bem visível junto da obra. Esta tabuleta que deverá ser colocada na data da consignação, terá a dimensão máxima de 2.00m x 1.20m e nela se farão as inscrições previstas no artigo 348º do Código dos Contratos Públicos. Esta placa deverá ser retirada à data da recepção provisória dos trabalhos de construção, devendo, nos casos de empreitadas com períodos de manutenção, ser substituída por uma outra, com dimensão máxima de 0.60m x 0.40m, a colocar em local a acordar com a fiscalização. Esta tabuleta deverá conter as mesmas inscrições referidas anteriormente, acrescidas da menção “obra em manutenção de dd/mm/aa até dd/mm/aa”. Findo este período, a placa deverá ser retirada no prazo máximo de 5 dias.
3. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual, o Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de Procedimento de Segurança e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
4. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
5. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

6. A CML não cobrará qualquer taxa pela ocupação do terreno para a implantação do estaleiro da obra.
7. As eventuais instalações cedidas pela CML para exploração no âmbito do estaleiro deverão ser devolvidas nas condições iniciais uma vez concluída a execução da obra, sendo expressamente proibida a instalação dentro do estaleiro de qualquer pessoa que não seja empregado da obra.
8. O empreiteiro obriga-se ainda, a ter patente no local da obra a Comunicação Prévia (casos aplicáveis) e restante documentação de acordo com o estabelecido em legislação aplicável em matéria de SHST.

Cláusula 18.^a

Ensaaios

1. Os ensaios laboratoriais ou outros a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 19.^a

Medições

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos na requisição de trabalhos, devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto de medições a apresentar pelo empreiteiro.
2. O referido auto de medições deverá ser constituído por um mapa geral elaborado com base no mapa de quantidades que integra o presente Caderno de Encargos, onde conste o somatório das quantidades executadas em cada uma das frentes de trabalho (“por requisição”), bem como, por um mapa de medições para cada uma das requisições, que permita apurar, por

aplicação dos respectivos preços unitários, o valor mensal de trabalhos efectuados em cada frente de trabalho, no seu todo e para cada espécie de actividade.

3. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
4. A realização das medições obedece aos seguintes critérios:
 - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
 - b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 20.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra, correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.
2. No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 21.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1. O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.
2. Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução da empreitada ou outros prejuízos.
3. Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de

serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4. No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:
 - a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
 - b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 22.ª

Encargos do empreiteiro

1. Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos em património municipal ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de proteção ou segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.
2. Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.
3. São, ainda, encargos do empreiteiro:
 - a) Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos por este contrato, de acordo com a melhor técnica e regras de arte de construir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no projeto e neste Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
 - b) O reforço dos meios de ação necessários para a recuperação de atrasos no andamento dos trabalhos que lhe seja exigível;
 - c) A execução de todos os trabalhos indispensáveis à perfeita realização do objeto da empreitada, ainda que não expressamente mencionados, no projeto;

- d) A iluminação, vigilância, sinalização e, se necessário, a vedação das obras e instalações para o pessoal;
 - e) As medidas necessárias para evitar ou reduzir os incómodos provocados a terceiros;
 - f) Todas as licenças municipais necessárias à execução da empreitada;
 - g) A conservação e a limpeza da obra e de eventuais vias afetadas, até à receção provisória da empreitada;
 - h) Todos os encargos decorrentes dos consumos de água e de eletricidade, durante a execução da empreitada e/ou quaisquer outros relativos às concessionárias de serviços;
 - i) Todos os trabalhos mencionados nas notas do mapa de quantidades.
4. Todos os encargos relativos a policiamento serão suportados pelo empreiteiro. Não obstante o empreiteiro não o ter solicitado, sempre que a fiscalização entender necessário o policiamento, determinará a sua realização.

Cláusula 23.^a

Trabalho em horário extraordinário

1. Sempre que esteja em causa a perturbação do fluxo viário e a segurança de pessoas e bens na zona da obra o dono de obra poderá, por sua conveniência, ordenar que os mesmos sejam executados em período nocturno, ao fim de semana ou feriados.
2. Aos trabalhos executados nessas condições e que se encontrem devidamente assinalados no mapa de trabalhos, será aplicado um coeficiente de 20% sobre o respectivo valor.
3. O disposto no ponto anterior aplica-se apenas e exclusivamente aos trabalhos que forem expressamente ordenados pelo dono de obra.
4. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, poderá o empreiteiro propor a realização de trabalho em horário extraordinário, sujeita a aprovação pelo dono de obra.
5. A aprovação prevista no ponto anterior não confere ao empreiteiro o direito ao acréscimo previsto no anterior ponto 2.

Cláusula 24.^a

Outros encargos do empreiteiro

1. Salvo disposição em contrário deste caderno de encargos, correrão, ainda, por conta do empreiteiro, que se considerará, para o efeito, o único responsável:
 - a) Reparação e indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao empreiteiro, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo

de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros, fornecedores e do deficiente comportamento ou de falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

- b) Indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de prédios particulares necessários à execução da empreitada;
- c) Não permitir o acesso indiferenciado ao local da obra a todo e qualquer indivíduo que não se encontre autorizado para o efeito, devendo providenciar, à sua custa, os meios necessários para esse controlo;
- d) Obter, por sua conta e iniciativa, todas e quaisquer autorizações e licenças, incluindo as licenças necessárias à execução dos trabalhos, nos termos que sejam previstos no Contrato, nas leis e regulamentos aplicáveis e ainda as relativas à certificação energética e da qualidade do ar interior (CE);
- e) Cumprir, em todas as questões emergentes da execução do Contrato, disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as decisões administrativas emanados das autoridades competentes.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 25.^a

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O empreiteiro será responsável por não empregar na empreitada, em qualquer momento, mão-de-obra clandestina ou infantil.
3. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
4. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

5. As quantidades e a respetiva qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, para cumprimento do respetivo plano.

Cláusula 26.^a

Horário de trabalho

1. O empreiteiro obriga-se a manter no local da obra o horário de trabalho em vigor, devendo cumprir com a legislação aplicável a esta matéria.
2. O empreiteiro terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
3. O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.
4. A não obtenção da autorização mencionada no número anterior não confere ao empreiteiro qualquer direito em obter a prorrogação dos prazos de execução da empreitada.
5. Só poderão ser realizados trabalhos fora das horas regulamentares desde que autorizados pela fiscalização.

Cláusula 27.^a

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua exclusiva conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou Fichas de procedimento de Segurança, o(as) qual(ais) deverá(ão) ser definido(as) e aprovado(as) previamente ao começo dos trabalhos, devendo para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.
3. O empreiteiro deverá ter um Responsável pelo cumprimento de um Plano de Segurança e Saúde, o qual deverá ser definido e aprovado previamente ao começo dos trabalhos, devendo

para o efeito solicitar ao dono da obra todos os elementos de que eventualmente necessite para aquele fim.

4. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
5. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
6. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos na Cláusula 28.^a.
7. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
8. Em caso de acidente grave, o empreiteiro compromete-se a:
 - a) Além de tomar as necessárias medidas de assistência às vítimas, comunicar o acidente à Autoridade para as Condições do Trabalho no mais curto prazo possível, não podendo exceder as vinte e quatro horas, e em seguida ao Técnico ou Coordenador de Segurança em Obra bem como ao dono da obra;
 - b) Suspender quaisquer trabalhos sob sua responsabilidade que sejam suscetíveis de destruir ou alterar os vestígios do acidente, sem prejuízo de assistência a prestar às vítimas;
 - c) Impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.
9. O empreiteiro fica obrigado, em caso de eventual extinção do contrato e independentemente do seu motivo, a manter em condições de segurança os locais já intervencionados, dando cumprimento à legislação aplicável nesta matéria, até à posse efetiva pelo dono da obra.
10. De igual modo e até à referida posse, fica o empreiteiro obrigado, sempre que ocorra a extinção do contrato, a proceder à entrega dos elementos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro e respeitantes aos trabalhos executados e locais intervencionados.

Seguros

Cláusula 28.^a

Contratos de seguro

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar e a manter em vigor durante toda a execução do contrato o contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante todo o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nos números anteriores e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
3. O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 da Cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
5. O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
6. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
7. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
8. Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 29.^a

Outros sinistros

1. O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, cuja apólice deverá abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.
2. O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 30.^a

Preço e condições de pagamento

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total de €(no limite máximo de € 4.000.000,00), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.
2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 19.^a.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
5. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade sito no Campo Grande, n.º 25, 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente o seguinte número único do processo

_____ e número de compromisso _____, sob pena de devolução das mesmas.”

6. Cada auto de medição, a apresentar de acordo com o estabelecido neste Caderno de Encargos, deve referir todos os trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
7. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
8. O preço a pagar e respetivos prazos de execução por trabalhos a mais e trabalhos respeitantes ao suprimento de erros e omissões são fixados nos seguintes termos:
 - a) Tratando-se de preços de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no Contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
 - b) Para trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no Contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.
9. O dono da obra deverá pronunciar-se sobre a proposta do empreiteiro no prazo de 10 dias, podendo, em caso da sua não aceitação, apresentar uma contraproposta.
10. Enquanto não houver acordo sobre os preços a aplicar aos trabalhos a mais estes serão liquidados com base nos preços constantes da contraproposta do dono da obra referida no número anterior, efetuando-se, se for caso disso, a correspondente correção, de acordo com a decisão arbitral sobre a matéria.
11. O pagamento de trabalhos a mais e trabalhos de suprimento de erros e omissões é efetuado nos termos dos números 2 a 6 anteriores.
12. A realização de trabalhos a mais ou a menos, que se destinem à realização da mesma empreitada, serão obrigatoriamente executados pelo empreiteiro, após ordem escrita do dono da obra e fornecimento dos elementos técnicos indispensáveis à sua execução e realização das respetivas medições.

Cláusula 31.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. O empreiteiro gozará de privilégio mobiliário especial, graduado em primeiro lugar, sobre os materiais e equipamentos a que respeitem o adiantamento concedido, nos termos do artigo 293.º do CCP.
5. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 32.ª

Descontos nos pagamentos

1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento.
2. Nos pagamentos respeitantes a trabalhos a mais e a revisões de preços, a percentagem a deduzir é a que corresponder à soma das fixadas para a caução e seus reforços, ou seja 10%.
3. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 33.^a

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 34.^a

Revisão de preços

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula geral prevista no artigo 6º deste diploma.

Com os seguintes coeficientes:

Salários -----	(S) = 0,20
Inertes -----	(M03) =0,22
Chapa de aço galvanizada-----	(M15) =0,02
Betumes a granel-----	(M18) =0,15
Cimento em saco -----	(M20) =0,01
Gasóleo-----	(M22) = 0,04
Madeiras de pinho -----	(M24) =0,01
Tintas para estradas -----	(M30) =0,02
Tubo de PVC -----	(M32) =0,03
Manilhas de betão -----	(M35) =0,03
Perfilados pesados e ligeiros -----	(M45) =0,02
Equipamento de apoio -----	(E) =0,15
Constante -----	(Cte) =0,10

2. A fórmula a adoptar é a seguinte:

$$Ct = 0,20 \times St / So + 0,22 \times M03,t / M03,o + 0,02 \times M15,t / M15,o + 0,15 \times M18,t / M18,o + 0,01 \times M20,t / M20,o + 0,04 \times M22,t / M22,o + 0,01 \times M24,t / M24,o + 0,02 \times M30,t / M30,o + 0,03 \times M32,t / M32,o + 0,03 \times M35,t / M35,o + 0,02 \times M45,t / M45,o + 0,15 \times E,t / E,o + 0,10$$

3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

4. A revisão de preços relativa a períodos de prorrogação, só será de atender quando resulte de trabalhos a mais ou outras situações imputáveis ao dono de obra e se verificar que o prazo global de execução daí decorrente obrigou ao aumento do *caminho crítico* do plano definitivo de trabalhos aprovados.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 35.^a

Representação do empreiteiro

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Técnico com a qualificação específica adequada para dirigir obras cuja natureza predominante não seja a obra de edifícios (Espaços exteriores), de categoria III, nos termos do quadro n.º 2 do Anexo II da Lei n.º 40/2015 de 1 de junho que Republica a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
3. Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda que o mesmo pertence ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
5. O Diretor de Obra, bem como o Coordenador de Segurança em Obra deverão estar afetos à mesma em regime de exclusividade, estando-lhes expressamente vedado o acompanhamento qualquer outra empreitada no período de vigência do contrato.
6. Sempre que o volume e/ou a natureza dos trabalhos em execução simultaneamente o justifique, poderá o dono de obra impor o reforço da equipa encarregue da direcção da obra.
7. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

8. No impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
9. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea *b)* do n.º 4 da cláusula 6.^a, o qual, nos termos do disposto anteriormente, deverá estar afeto à empreitada em regime de exclusividade.

Cláusula 36.^a

Representação do dono da obra

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 37.^a

Livro de registo da obra

1. O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
2. Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
 - a) Início e conclusão das fases mais importantes dos trabalhos;
 - b) Alterações ao projeto, ordenadas ou aceites pela CML;

- c) Alterações ao plano de trabalhos, ordenadas ou aceites pela CML;
 - d) Paralisação dos trabalhos, fornecimentos e montagens e suas causas;
 - e) Ocorrências anormais prejudiciais ao regular andamento da empreitada e suas causas;
 - f) Acidentes de trabalho;
 - g) Aprovação e rejeição dos materiais e equipamentos pela fiscalização;
 - h) Pedidos e/ou datas de vistorias e reuniões;
 - i) Aprovação dos preços apresentados nos termos do nº 2 do artigo 373.º do CCP;
 - j) Casos de realização de trabalhos que, por iniciativa da responsabilidade do empreiteiro, sejam executadas fora das horas regulamentares.
3. O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 38.^a

Receção provisória

- 1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra e o cumprimento do nº 3 da cláusula 5.^a.
- 2. A vistoria da obra para efeitos de receção provisória deverá ser efectuada para os trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
- 3. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
- 4. A receção provisória da empreitada não poderá efetuar-se sem que o empreiteiro tenha procedido à desocupação e remoção de todas as instalações, obras provisórias e equipamento, bem como a limpeza e regularização das áreas respetivas, sendo também necessário verificar-se, com as necessárias adaptações, os pressupostos constantes nas alíneas a) e b) do número 3 da cláusula 38.^a.
- 5. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 39.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;
 - b) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;
 - c) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Sem prejuízo do disposto no Despacho normativo n.º 9/2014 de 31 de Julho de 2014 e no artigo 295.º do CCP, para efeitos da liberação da caução, deverá considera-se os prazos de garantia indicados nos artigos do documento “Prazos de Garantia da Obra” do Projecto de Execução.
3. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.
4. O empreiteiro tem a obrigação de corrigir, a expensas suas, todos os defeitos da obra e dos equipamentos nela integrados que sejam identificados até ao termo do prazo de garantia respetivo fixados nas alíneas a) a c) do número 1, entendendo-se como tais, designadamente, quaisquer desconformidades entre a obra executada e os equipamentos fornecidos ou integrados e o estabelecido no Contrato.
5. Em caso de divergência, os prazos de garantia referidos nesta cláusula prevalecem sobre quaisquer outros inscritos nos elementos da solução da obra.

Cláusula 40.ª

Receção definitiva

1. No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
2. A vistoria da obra para efeitos de receção definitiva deverá ser efectuada para os trabalhos relativos a cada requisição, especificamente.
3. Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
4. A receção definitiva será formalizada em auto e depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
 - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
5. No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 41.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito, sendo também promovida a extinção da caução prestada pelo empreiteiro.
2. Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do nº 5 do artigo 295º do CCP.
3. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a libertação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 42.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 43.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. O empreiteiro pode subcontratar partes dos trabalhos da empreitada às entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
3. Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
4. O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
6. No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é exclusivamente do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
8. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

9. O empreiteiro tomará as providências indicadas pelo diretor da fiscalização para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

Cláusula 44.^a

Resolução do contrato pelo dono da obra

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
 - b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
 - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa-fé;
 - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
 - h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
 - l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
 - m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
 - n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos

- previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.
3. No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 45.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
- h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
- i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
- ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 46.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 47.^a

Arbitragem

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do Contrato podem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:
 - a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem respeita as regras processuais propostas pelos árbitros;
 - b) O Tribunal Arbitral tem sede em Lisboa e é composto por três árbitros;
 - c) O dono da obra designa um árbitro, o empreiteiro designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
 - d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro-presidente, deve esse ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.
2. O Tribunal Arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

Cláusula 48.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 49.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLAÚSULAS TÉCNICAS GERAIS

No que respeita às exigências técnicas gerais, seguir-se-ão as cláusulas técnicas gerais do Edital nº 73/79 da CML, na parte aplicável, publicado no DR III Série, n.º 24, de 29 de Janeiro de 1980 e, ainda, quando omissos, as boas regras de construção para as quais se deverá obter a concordância da Câmara Municipal de Lisboa.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

**EMPREITADA Nº 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E
INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA ORIENTAL”**

(PROCESSO N.º 004/CPI/DGES/ND/2017)

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

II – CADERNO DE ENCARGOS

II.1 – CLAUSULADO

II.2 – ELEMENTOS DE SOLUÇÃO DE OBRA

II.3 – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE / FASE DE PROJECTO

I – PROGRAMA DO CONCURSO

Índice:

1. Designação da empreitada e consulta do processo
2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso
3. Erros e Omissões do Caderno de Encargos
4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados
5. Agrupamentos
6. Modo de apresentação das Propostas
7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas
8. Documentos da Proposta
9. Idioma dos documentos da Proposta e indicação do Preço
10. Propostas variantes
11. Abertura das Propostas, Análise das Propostas e Relatório Preliminar de Adjudicação, Audiência Prévia e Relatório Final
12. Preço Anormalmente Baixo
13. Esclarecimentos das Propostas
14. Critério de Adjudicação
15. Notificação da decisão de Adjudicação, Notificação para Apresentação de Documentos de Habilitação e dos Documentos relativos ao PSS (Fase de Obra) e Comunicação Prévia
16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos
17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma
18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação
19. Causas de caducidade da adjudicação
20. Modo de Prestação da Caução
21. Celebração do Contrato
22. Outorga do Contrato
23. Legislação aplicável
24. Anexos e Modelos

1. Identificação geral do concurso; entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar; acesso às peças do procedimento:

1.1. O presente concurso destina-se à formação do contrato da **Empreitada n.º 7/DMPO/DIVPS/DIVPOA/17 – “REABILITAÇÃO DE ARRUAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO NA ZONA ORIENTAL” (Processo n.º 004/CPI/DGES/ND/2017).**

1.2. A entidade adjudicante é o Município de Lisboa.

1.3. O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Lisboa, por Deliberação datada de de de, exarada na Proposta n.º/....., de acordo com as competências próprias conferidas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

1.4. Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma com o endereço em <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica. As peças do procedimento são as indicadas no respectivo índice geral, estando disponíveis para *download* gratuito na plataforma eletrónica. Paralelamente, o processo do concurso encontra-se patente para consulta na Divisão de Lançamento de Empreitadas do Departamento de Gestão de Empreendimentos e Segurança da Direção Municipal de Projetos e Obras, sita no Campo Grande, n.º 13 – 6º – 1700-087 Lisboa – Telefone: 21 780 61 00, onde pode ser examinado, das 9.30 às 12.30 horas e das 14.00 às 16.00 horas, desde a data do respectivo anúncio no Diário da República, até ao último dia do prazo de entrega das propostas.

1.5. O preço base do concurso é de **€ 4.000.000,00 (quatro milhões de euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

1.6. Por força do preço base, o concurso é público, com publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º conjugado com a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos e, ainda, de acordo com o Regulamento n.º 2015/2342 da Comissão Europeia, de 15 de dezembro de 2015.

2. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do concurso:

- 2.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito e via plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, competindo a prestação de resposta ou ao Júri nomeado neste procedimento ou à Chefia da Divisão de Lançamento de Empreitadas.
- 2.2.** Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pela entidade referida em 2.1, através da plataforma eletrónica, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2.3.** O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso, nos termos e prazos previstos em 2.1 e 2.2.
- 2.4.** Os esclarecimentos e retificações serão juntos às peças do processo de concurso, prevalecendo sobre as restantes peças em caso de divergência.
- 2.5.** Na falta de resposta dentro do prazo referido no ponto 2.2, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período igual ao do atraso verificado.
- 2.6.** Quando as retificações referidas no ponto 2.3 implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

3. Erros e omissões do caderno de encargos:

- 3.1.** Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os concorrentes devem apresentar à entidade que preside ao concurso, via plataforma eletrónica, uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões do Caderno de Encargos por eles detetados, nos termos do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3.2.** Para os erros e omissões detetados no mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades patenteados a concurso, o concorrente deverá apresentar à entidade que preside ao concurso um mapa de medições detalhadas e respetivas quantidades na qual identifiquem

as parcelas dos artigos onde foram detetados os erros e omissões, assim como a incorporação das medições detalhadas e respetivas quantidades de novos artigos que possam surgir decorrentes dos erros e omissões.

3.3. A apresentação da lista referida no ponto 3.1 suspende o prazo para a apresentação de propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo, até à publicitação da decisão prevista no ponto 3.4 ou, não havendo decisão, até ao termo do mesmo prazo.

3.4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, será disponibilizada a pronuncia-se sobre a lista referida no ponto 3.1, sendo tal decisão junta às peças do procedimento e notificada a todos os concorrentes que tenham acedido às referidas peças.

3.5. Quando a aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação dos erros ou das omissões.

4. Prorrogação do prazo de apresentação de propostas a pedido dos interessados:

4.1. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, a entidade que preside ao mesmo pode decidir prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, por período adequado, o qual aproveita a todos os interessados, sendo a decisão publicitada por aviso, no Diário da Republica e notificada, via plataforma eletrónica, a todos os interessados que tenham acedido às peças do procedimento.

5. Agrupamentos:

5.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 8.1, alínea f) deste Programa de Concurso, podem ser concorrentes ao concurso agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas desenvolvida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que não se enquadrem nas situações expressamente previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, caso em que serão excluídos do concurso.

5.2. Os membros do agrupamento não podem ser concorrentes no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento concorrente, sob pena de exclusão das respetivas propostas.

5.3. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena da adjudicação caducar.

5.4. Com exceção do documento previsto na alínea f) do ponto 8.1 deste Programa de Concurso, os membros que integram o agrupamento concorrente podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respectivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

5.5. Não existindo representante comum, as propostas e restante documentação relativa ao procedimento são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

6. Modo de apresentação das propostas:

6.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4 deste Programa, até ao termo do prazo fixado estipulado no ponto 7.1 do presente Programa de Concurso.

6.2. O documento identificado na alínea d) do ponto 8.1, ou seja, a lista de preços unitários é preenchida diretamente na “matriz de quantidades” da plataforma eletrónica, nos exatos moldes definidos na referida alínea.

6.3. A receção das candidaturas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo da receção.

7. Prazo para apresentação e manutenção das propostas:

7.1. O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.4.

7.2. O prazo para a manutenção das propostas é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

7.3. Até ao termo do prazo para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade que preside ao concurso.

7.4. Os interessados que tenham retirado a sua proposta, nos termos anteriores, podem apresentar nova proposta, desde que a mesma seja apresentada no prazo indicado no ponto 7.1.

8. Documentos da proposta:

8.1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração, assinada pelo concorrente ou por quem tenha poderes para o obrigar, do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada conforme Anexo I do presente Programa de Concurso;
- b) Documento que contenha os atributos da proposta, submetidas à concorrência pelo Caderno de Encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, podendo para o efeito ser usado o modelo constante do Anexo II;
- c) Documento que contenha o esclarecimento para a apresentação de uma proposta com preço anormalmente baixo, considerando-se para os efeitos deste concurso, como tal o valor de € **2.800.000,00** ou inferior a este;
- d) Lista de preços unitários dos trabalhos previstos no projeto de execução, a qual deverá ser preenchida obrigatoriamente na “Matriz” da plataforma eletrónica;

NOTA: Na formação do preço da sua proposta os candidatos devem ter em conta as seguintes questões:

- Os preços unitários devem ser inseridos na plataforma com arredondamento às duas casas decimais;
- O produto das quantidades pelos preços unitários (subtotais) é automaticamente arredondado pela Plataforma eletrónica às duas casas decimais;
- A soma de todos os subtotais é arredondada às duas casas decimais, automaticamente pela Plataforma eletrónica.
- É este valor que a Plataforma transporta automaticamente para o Formulário Principal, como Valor global da proposta e que não pode ser alterado pelo candidato.

- e) Plano de trabalhos, em conformidade com o disposto na cláusula 6.^a do Caderno de Encargos, o qual deve conter:
 - Plano de trabalhos;
 - Plano de equipamentos;
 - Plano de mão-de-obra e
 - Plano de pagamentos.
- f) Em caso de agrupamentos, cada agrupamento concorrente deve entregar uma declaração, assinada por todos os membros, em como, em caso de adjudicação, se agruparão na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária;
- g) Declaração sob compromisso de honra em como procederá ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, elaborado conforme modelo constante do Anexo III;
- h) Documento em conformidade com o previsto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, elaborado conforme modelo constante do Anexo IV.
- i) Em caso de agrupamento, deve ser cumprido o disposto no n.º 5 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos e apresentado documento que indique os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

9. Idioma dos documentos da proposta e indicação do preço:

- 9.1. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.
- 9.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 9.3. Quando os preços da proposta também forem indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os algarismos.
- 9.4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Abertura das propostas, análise e avaliação das propostas, relatório preliminar de adjudicação, audiência prévia e relatório final:

- 11.1.** No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, realizar-se-á a abertura das propostas, procedendo-se à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica,
- 11.2.** Finda esta formalidade, o Júri analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no ponto 14 do Programa de Concurso, excluindo as propostas que:
- a) Não apresentem alguns dos atributos exigidos nos termos do ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso;
 - b) Que, sem prejuízo do disposto no artigo 49.º n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do Código dos Contratos Públicos, apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c) Seja impossível a sua avaliação em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - d) O preço contratual seja superior ao preço base;
 - e) O preço contratual seja anormalmente inferior ao preço base, conforme ponto 8.1, alínea c) deste Programa de Concurso e cujos esclarecimentos não tenham sido prestados ou não tenham sido considerados adequados pelo Júri, nos termos do ponto 13 do Programa de Concurso;
 - f) O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g) Revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - h) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - i) Que sejam apresentadas por agrupamentos concorrentes, em violação do disposto no ponto 5.2 deste Programa de Concurso;
 - j) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - k) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do ponto 8 do Programa de Concurso;

- l) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- m) Que sejam apresentadas como variantes uma vez que estas não são admitidas por este Programa de Concurso;
- n) Que não observem as formalidades do modo de apresentação de propostas fixadas nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos;
- o) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- p) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, desde que este Programa de Concurso assim o preveja expressamente;
- q) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

11.3. A exclusão das propostas com fundamento nas alíneas e) e g) serão comunicadas de imediato à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.

11.4. Elaborado o relatório preliminar, o Júri procede à audiência prévia, enviando-o aos concorrentes para que, num prazo de 5 dias, se pronunciem por escrito.

11.5. Após o disposto no ponto anterior, o Júri elabora o relatório final fundamentado, cumprindo-se o disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.

12. Preço anormalmente baixo:

Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado, prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos construtivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

13. Esclarecimentos das propostas:

13.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

13.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes nos documentos que as constituem as propostas, nem alterar ou completar os respetivos atributos nem podem suprir as omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do n.º 1 alínea a) do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

13.3. Os esclarecimentos são notificados a todos os concorrentes.

14. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa de acordo com os seguintes factores:

- Equilíbrio dos preços propostos;
- Preço da proposta;

Os valores para os coeficientes de ponderação são os seguintes:

- 60% para o Preço da proposta;
- 40% para o Equilíbrio dos preços propostos;

A pontuação final de cada concorrente é obtida através da seguinte fórmula:

$$PF = 0,60 \times (y) + 0,40 \times (EQ)$$

Em que:

PF - Pontuação final;

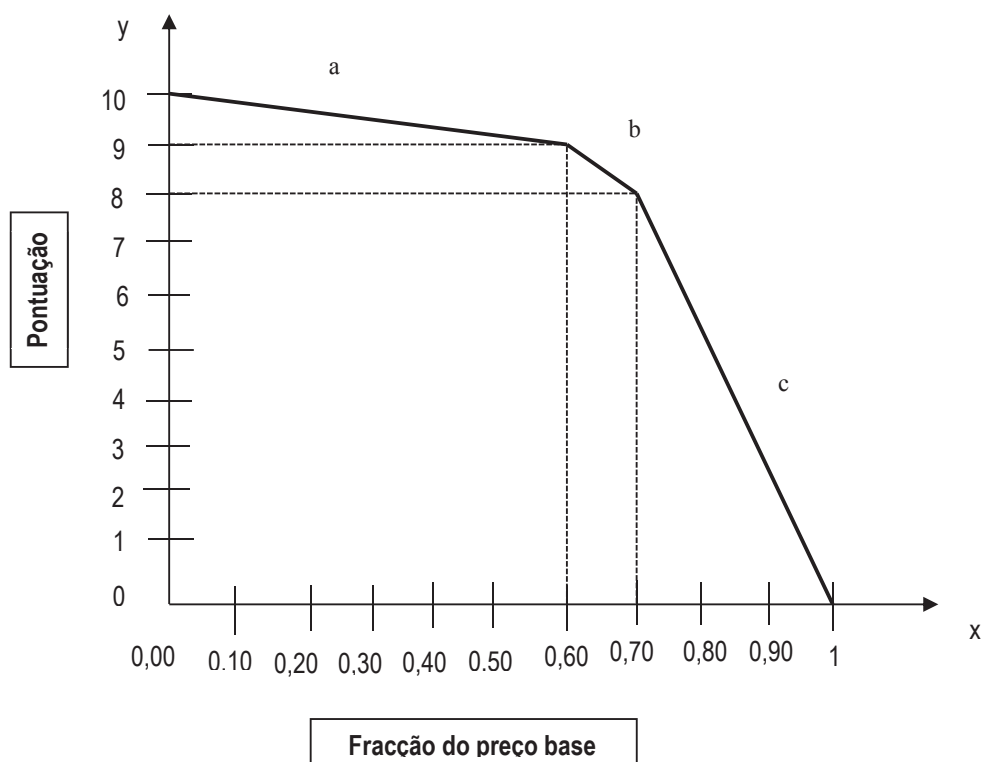
y – Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

EQ – Pontuação para o equilíbrio dos preços propostos de cada concorrente;

A avaliação final resulta da aplicação dos seguintes factores:

1. Para o factor Preço da Proposta (y): (60%)

A pontuação das propostas no que se refere ao factor Preço da proposta será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Fração do Preço base: $x = (P_{\text{concorrente}} / P_{\text{base}})$

Em que:

$P_{\text{concorrente}}$ – Preço da proposta do concorrente

P_{base} – Preço Base

- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $\leq 0,60$** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:
 - Equação da recta **a**: $y = 10 - (x / 0,60)$
- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $> 0,60$ e $\leq 0,70$** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:
 - Equação da recta **b**: $y = 9 + (0,60 - x) / 0,10$
- Se a fracção do preço base de cada concorrente **for $> 0,70$ e ≤ 1** , a pontuação do factor “Preço da Proposta” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:
 - Equação da recta **c**: $y = (8 - 8 x) / 0,30$

Em que:

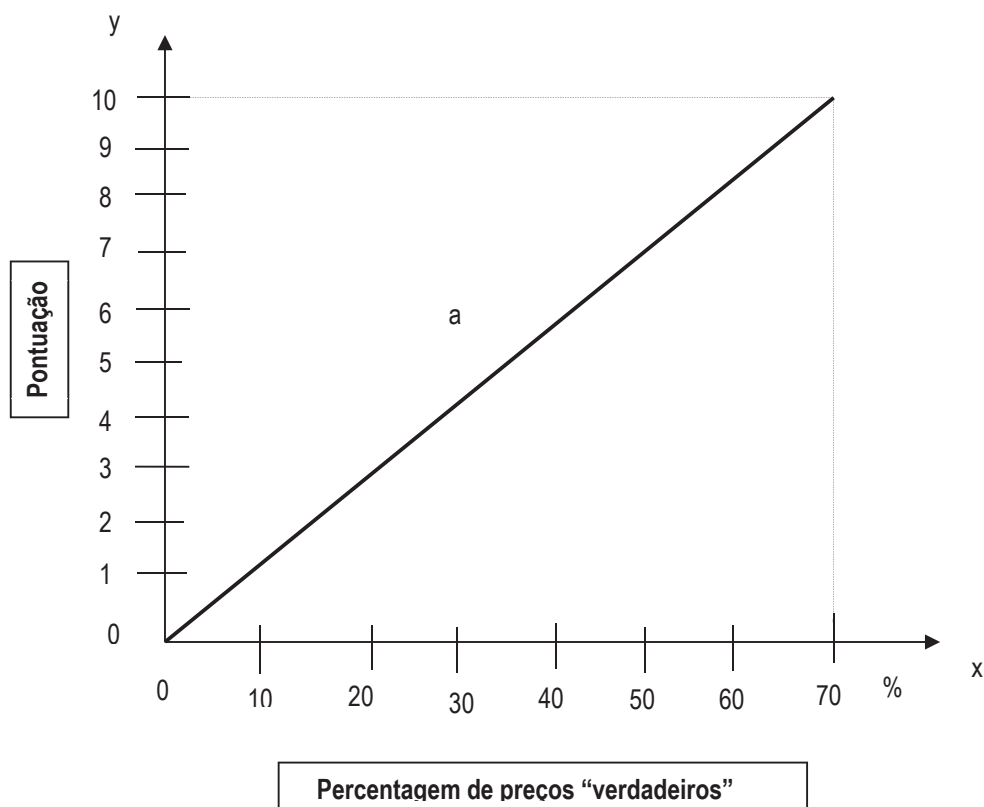
y – Pontuação para o preço da proposta de cada concorrente;

x – Fração do Preço base;

2. Para o factor Equilíbrio dos Preços Propostos (EQ): (40%)

2.1 Subfactor “Coerência dos Preços Propostos” (30%)

A pontuação das propostas no que se refere ao subfactor coerência dos preços propostos será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Para efeitos de avaliação deste subfactor, serão contabilizados 70% dos preços verdadeiros que neste caso corresponde a **94 artigos**.

- A pontuação para o subfactor “coerência dos preços propostos” é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

➤ Equação da recta a: $y = \frac{1}{7}(x)$

Em que:

y – Pontuação para a coerência dos preços propostos de cada concorrente;

x – Percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente;

Caso a percentagem de preços “verdadeiros” for superior a 70%, o (y) será pontuado com 10 pontos.

Os preços “**verdadeiros**”, são os preços unitários dos concorrentes que se encontrarem dentro do seguinte intervalo:

$$(P_{cml} - 20\% \text{ do } P_{cml}) \leq P_{con.} \leq (P_{cml} + 20\% \text{ do } P_{cml})$$

Em que:

P_{cml} – Preço unitário da CML;

$P_{con.}$ – Preço unitário do concorrente;

A percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente é calculada da seguinte forma:

$$\text{➤ } x = (NV / N) \times 100$$

Em que:

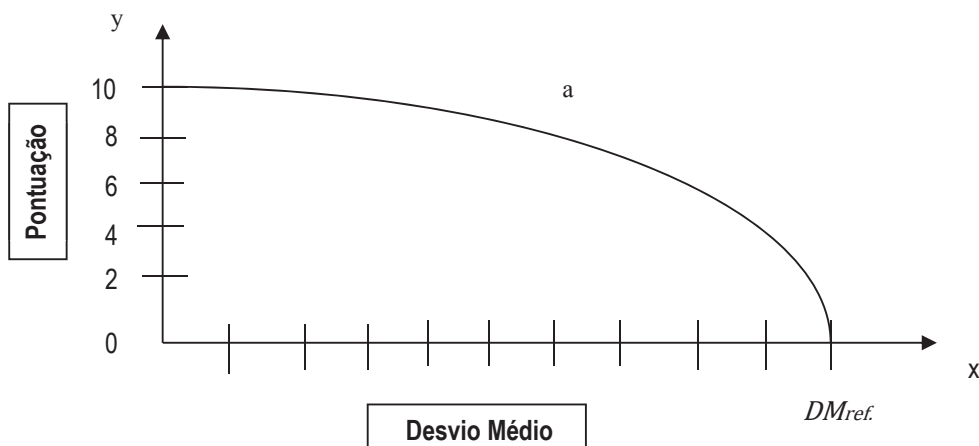
x – Percentagem de preços “verdadeiros” de cada concorrente;

NV – Número de preços verdadeiros de cada concorrente;

N – Número total de artigos;

2.2 Subfactor “Relevância dos Preços Propostos” (70%)

A pontuação das propostas no que se refere ao subfactor relevância dos preços proposto será calculada de acordo com o seguinte gráfico;



Equação do segmento da elipse a: $y = \sqrt{100 - 100\left(\frac{DM^2_{conc}}{DM^2_{ref.}}\right)}$

Em que:

y – Pontuação para a relevância dos preços propostos de cada concorrente;

DM_{conc} – Desvio médio de cada concorrente;

DM_{ref.} – Desvio médio de referencia;

O cálculo do desvio médio de referência é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } DM_{ref.} = \sum |X_{ref.} - X_{iref.}| / NR$$

$$DM_{ref.} = 8281,511111$$

Em que:

DM_{ref.} – Desvio médio de referência;

$|X_{ref.} - X_{iref.}|$ – Desvio de referência;

X_{ref.} – Média de referência dos artigos mais relevantes;

x_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

NR - Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo da média de referência dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{ref.} = \sum x_{iref.} / NR$$

Em que:

X_{ref.} – Média de referência dos artigos mais relevantes;

x_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

NR – Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo do parâmetro de referência dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } x_{iref.} = (Q_{iref.} \times P_{iref.}) / P_{iref.}$$

Em que:

x_{iref.} – Parâmetro de referência dos artigos mais relevantes;

Q_{iref.} – Quantidade referente ao artigo mais relevante;

P_{iref.} – Preço unitário referente ao artigo mais relevante;

O cálculo do desvio médio de cada concorrente é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } DM_{\text{conc}} = \sum |X_{\text{conc}} - X_{\text{irconc}}| / NR$$

Em que:

DM_{conc} – Desvio médio de cada concorrente;

| X_{conc} - X_{irconc} | – Desvio de cada concorrente;

X_{conc.} – Média de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

X_{irconc} – Parâmetro de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

NR - Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo da média de cada concorrente dos artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{\text{conc}} = \sum X_{\text{irconc}} / NR$$

Em que:

X_{conc.} – Média de cada concorrente dos artigos mais relevantes;

X_{irconc.} – Parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes;

NR – Numero total de artigos mais relevantes;

O cálculo do parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes é feito de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{➤ } X_{\text{irconc}} = (Q_{\text{iref.}} \times P_{\text{icon}}) / P_{\text{iref.}}$$

Em que:

X_{irconc.} – Parâmetro de cada concorrente para os artigos mais relevantes;

Q_{iref.} – Quantidade referente ao artigo mais relevante;

P_{icon} – Preço unitário de cada concorrente;

P_{iref.} – Preço unitário referente ao artigo mais relevante;

Caso a (DM_{conc}) seja superior ao (DM_{ref}), o (y) será pontuado com 0 pontos.

Os artigos mais relevantes do mapa de quantidades são os seguintes:

2.1.1 Remoção incluindo carga (mecânica) e descarga de terras provenientes de escavações, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranter, de acordo com o PPG ou local a indicar pela Fiscalização.

2.2.1 Remoção incluindo carga (mecânica) e descarga de terras provenientes de escavações, para vazadouro não municipal, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

3.4 Fornecimento e colocação de betão-armado, em lajes (B20 (C16/20),A400) incluindo vibração mecânica, cofragem e descofragem, e todos os trabalhos acessórios e complementares.

4.1.1 Fornecimento e execução de tout-venant, c/ 0,15m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Em fundação na faixa de rodagem, é espalhado mecanicamente com espalhadora) (a)

4.1.2 Fornecimento e execução de tout-venant, c/ 0,20m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários (Em fundação na faixa de rodagem, é espalhado mecanicamente com espalhadora).

4.1.3 Fornecimento e execução de camada em agregado britado de granulometria extensa tratado com cimento, na razão de 110Kg/m³, c/ 0,20m depois do recalque, incluindo espalhamento e compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários (o AGECE tem de ser espalhado mecanicamente com espalhadora). (a)

4.1.4 Fornecimento e execução de macadame betuminoso c/ 0,10 m de espessura após o recalque, incluindo rega de colagem com emulsão betuminosa modificada, termoaderente, ou rega de impregnação, espalhamento, compactação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.1.5 Fornecimento e execução de Mistura Betuminosa AC 16 REG/BIN 10/20 tipo "Alto Módulo", com 0,10 m de espessura após recalque, incluindo rega de colagem ou de impregnação com emulsão betuminosa modificada, termoaderente, e todos os trabalhos acessórios e complementares. (a)

4.2.1 Arranque de betão betuminoso incluindo cubos e camadas de fundação e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e ainda a remoção,e transporte e encaminhamento a destino final adequado do material sobranter de acordo com o PPG.

4.2.3 Fresagem de pavimento betuminoso, até 4cm de profundidade, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários e transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranter, de acordo com o PPG. (a)

4.2.4 Fresagem de pavimento betuminoso, de 4 a 6cm de profundidade, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.2.5 Fornecimento e aplicação de mistura betuminosa densa em preenchimento de depressões ou reforço de fundações,incluindo rega de colagem ou de impregnação com emulsão betuminosa modificada termoaderente e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários, transporte e encaminhamento a destino final adequado, do material sobranter, de acordo com o PPG. (a)

4.2.6 Fornecimento e execução de tapete em betão betuminoso c/ 0,05m depois do recalque, c/ gravilha de basalto ou de granito (cor a definir pela Fiscalização), incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente ou rega de impregnação, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (a)

4.2.7 Fornecimento e execução de tapete em betão betuminoso c/ 0,05m depois do recalque, c/ gravilha de calcário, incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente ou rega de impregnação, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

4.2.8 Fornecimento e execução de betão betuminoso rugoso, c/ 0,04m de espessura após o recalque, c/ gravilha de basalto ou de granito (cor a definir pela Fiscalização), incluindo a rega de colagem c/ emulsão betuminosa modificada termoaderente, e todos os trabalhos acessórios e complementares. (a)

4.2.9 Execução de revestimento de superfície em pavimento de estacionamento de bicicletas e motociclos, constituído por duas camadas tipo 'Slurry' acrílico colorido, cor laranja ou cor verde ou outra cor a indicar pela Fiscalização, (2x1kg/m²), ou equivalente, incluindo trabalhos de preparação do suporte, e todos os trabalhos e materiais necessário ao perfeito acabamento das superfícies.

5.6 Fornecimento e execução calçada de cubos de vidro rijo, 1ª escolha, aparelhado, c/ 0,05 a 0,07m de aresta, sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, de espessura média de 0,04m, incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:4 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.8 Fornecimento e execução de calçada de cubos de vidro rijo, 1ª escolha, aparelhados c/ 0,10m de aresta, assentes a fio (em espinha) sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:3 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.9 Fornecimento e execução de calçada de cubos de granito, c/ 0,10m de aresta, assentes a fio (em espinha) sobre mistura seca de cimento e areia do rio lavada ao traço 1:4, incluindo fecho de juntas ao traço seco 1:3 de cimento e areia do rio lavada e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.10 Fornecimento e espalhamento de betão tipo "UniPavi Branco Lisboa", Secil, ou equivalente, com 0.06m de espessura, armado com rede tipo "capoeira" com face texturada, c/ superfície tratada com hidrófugo tipo "SecilTEK AD 40" ou equivalente ou protetor Anti-Graffiti, tipo "Barbot Ref.ª 6835" ou equivalente, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

5.11 Fornecimento e espalhamento de betão tipo "UniPavi Branco Lisboa", Secil, ou equivalente, com 0.10m de espessura, armado com rede eletrosoldada tipo "malhasol AQ30" ou equivalente, com face texturada, c/ superfície tratada com hidrófugo tipo "SecilTEK AD 40" ou equivalente ou protetor Anti-Graffiti, tipo "Barbot Ref.ª 6835" ou equivalente, incluindo cofragem (em troços retos e curvos) e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

6.4 Fornecimento e assentamento de lancil de vidro rijo, com as características definidas no CE, c/ 0,13x0,22m, sobre fundação de 0,30x0,50m em betão simples, incluindo escavação da vala e remoção das terras ou cofragem quando necessária e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Considera-se incluído lancil curvo, quando necessário, para raios de curvatura inferiores a 12,0m).

6.5 Fornecimento e assentamento lancil de vidro rijo, com as características definidas no CE, c/ 0,25x0,22m, sobre fundação de 0,30x0,50m em betão simples, incluindo escavação da vala e remoção das terras ou cofragem quando necessária e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários. (Considera-se incluído lancil curvo, quando necessário, para raios de curvatura inferiores a 12,0m).

6.7 Fornecimento e assentamento de chapa de aço, metalizado a quente, com 10 cm de altura e 3mm de espessura, em troço retos ou curvos, no limite do pavimento pedonal em betão contínuo, incluindo fundação em betão simples, c/ 0,20x0,20m, e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.8.1 Fornecimento e assentamento de colector de diâmetro de 300 mm em tubos de PVC e SN=8, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.9.1 Fornecimento e assentamento de colector (0,315m) em tubo de polietileno de alta densidade, PN10, incluindo todos os trabalhos acessórios e complementares necessários.

7.12.1 Execução sumidouro com grade de ferro (classe D400 com dispositivo anti-roubo) de 0,60x0,35m, c/ sifão, incluindo todos os fornecimentos e trabalhos complementares necessários.

7.13.1 Fornecimento e assentamento de tampas de caixas de inspecção de diâmetro útil 60 cm, da classe D400, Modelo Lisboa, incluindo trabalhos de correcção do aro e assentamento, em ferro fundido.

8.1.1 Fornecimento e marcação no pavimento com Sprayplástico, de acordo com indicação da Fiscalização, incl. Pré-marcação e todos os trabalhos necessários, com diferentes larguras de traços: 0,12m; 0,15m; 0,20m; 0,25m e 0,30m.

8.2.6 Fornecimento e marcação no pavimento com tinta termoplástica branca, incl. pré-marcação e todos os trabalhos necessários, dos seguintes traços: traço 0.20m; traço 0.30m; traço 0.50m (passadeiras e barras de STOP)

Os arredondamentos da pontuação final serão feitos até à segunda casa decimal.

Em caso de igualdade pontual e pós eventuais correcções ao valor das propostas dos concorrentes por parte do Júri do Procedimento, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:

- 1) Pelo arredondamento da pontuação final até à casa decimal onde se verifique o desempate;
- 2) O Concorrente que apresentar maior pontuação no factor 1 “Preço da Proposta”;
- 3) O Concorrente que apresentar maior pontuação no factor 2 “Equilíbrio dos Preços Propostos”;
- 4) O Concorrente que apresentar maior pontuação no subfactor 2.1 “Coerência dos Preços Propostos”;
- 5) O Concorrente que apresentar maior pontuação no subfactor 2.2 “Relevância dos Preços Propostos”;
- 6) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 4 “PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS”;
- 7) O Concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Capítulo 5 “PAVIMENTOS EM ZONAS PEDONAIS”;

15. Notificação da decisão de adjudicação, notificação para apresentação dos documentos de habilitação e dos documentos relativos ao Plano de Segurança e Saúde (Fase de Obra) e comunicação prévia:

15.1. A entidade que preside ao concurso, notifica o adjudicatário da decisão de adjudicação, solicitando ao mesmo que:

- a) Apresente os documentos de habilitação exigidos no ponto 15.2 deste Programa de Concurso;
- b) Preste caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do Código dos Contratos Públicos, de montante correspondente a 5% do preço contratual ou 10% se a adjudicação for feita a uma proposta de preço anormalmente baixo, no prazo máximo de 10 dias. Nos casos em que não seja exigível a prestação de caução, será esta substituída pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, no termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Confirme, no prazo máximo de 10 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

15.2. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) O alvará ou o título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar;
- d) Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos previstos no ponto 15.7 deste Programa de Concurso.

15.3. Para efeitos de apresentação do documento previsto na alínea c) do ponto anterior, o adjudicatário deverá ser detentor da:

- a) A 1ª subcategoria da 2ª categoria, a a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- b) As 1ª, 6ª, 8ª e 11ª subcategorias da 2ª categoria, as 9ª e 17ª subcategorias da 4ª categoria e a 2ª subcategoria da 5ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida do n.º 3 do artigo 81º do CCP e desde que não seja posto em causa o artigo 383º do referido código.

O concorrente pode recorrer a subempreiteiros, ficando a eles vinculado, por contrato, para a execução dos trabalhos correspondentes. Nesse caso, deve apresentar os alvarás ou títulos de registo da titularidade dos subempreiteiros possuidores das autorizações respetivas, os quais tem de ser acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

15.4. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, consoante o caso, deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

15.5. Os documentos a que se refere o número anterior não são exigíveis a concorrentes nacionais de outro Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, quando nesse

Estado aqueles documentos não sejam emitidos, devendo porém ser substituídos por uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que os documentos em causa não são emitidos nesse Estado.

15.6. A entidade que preside ao concurso pode sempre solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º, n.º1 alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

15.7. O Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra:

- a) O adjudicatário deve entregar, no prazo fixado na notificação de adjudicação, o Plano de Segurança e Saúde para a execução de Obra, resultante do desenvolvimento e especificação do PSS – Fase de Projeto integrante do Concurso e adequado à obra posta a concurso.
- b) O referido Plano de Segurança e Saúde é aprovado pela entidade adjudicante. Verificando-se a sua não aprovação, pela entidade adjudicante e cumpridas que sejam as formalidades legais aplicáveis, sem que os vícios ou incorreções tenham sido sanadas, entende-se que para efeito de habilitação do adjudicatário, o documento é inexistente e consequentemente facto gerador de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

15.8. Elementos para a Comunicação Prévia à IGT de Abertura do Estaleiro:

O adjudicatário deve entregar no ACTO DE CONSIGNAÇÃO os elementos informativos constantes do Anexo VI – Modelo 1 do Programa de Concurso;

O adjudicatário deve, ainda, entregar as seguintes declarações, conforme minuta do Anexo VI do Programa de Concurso:

- Declaração da Entidade Executante – Modelo 2;
- Declaração do Representante da Entidade Executante – Modelo 3;
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada identificando o Estaleiro e as datas previsíveis de início e termo dos trabalhos – Modelo 4.

16. Apresentação dos Documentos de Habilitação por Agrupamentos:

16.1. No caso da adjudicação ser feita a um Agrupamento seguir-se-ão as seguintes regras:

- a) Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do ponto 15.2 devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem apresentar o respectivo alvará ou título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., o agrupamento aproveita das habilitações de cada um dos seus membros os quais no seu conjunto ou individualmente devem perfazer todas as habilitações previstas nas alíneas a) e b) do ponto 15.3;
- c) Os documentos referidos nos pontos 15.3 a 15.5 devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade.

16.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 15.5 do Programa de Concurso.

17. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação e seu Idioma:

17.1. Os documentos de habilitação são apresentados em língua portuguesa ou, se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, estarem acompanhados de tradução devidamente legalizada, sob pena de caducidade da adjudicação.

17.2. Os documentos deverão ser apresentados, até ao fim do prazo fixado na respetiva notificação, no endereço identificado no ponto 1.4 deste Programa de Concurso.

17.3. Para os documentos referidos na alínea b) e c) do ponto 15.2, quando se encontrem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário indicar à entidade adjudicante o endereço e o sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que aqueles estejam em língua portuguesa.

17.4. Desde que devidamente fundamentada, o órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário a apresentação de originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, nos termos do ponto 17.1 do Programa de Concurso.

18. Notificação da apresentação dos Documentos de Habilitação:

A entidade que preside ao concurso notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibiliza-os para consulta na morada indicada no ponto 1.4. deste Programa de Concurso.

19. Causas de caducidade da adjudicação:

19.1. Sem prejuízo do disposto no ponto 19.2 e de outras situações previstas no Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado na respetiva notificação;
- b) Não apresentação ou não aprovação do Plano de Segurança e Saúde – Fase de Obra, nos termos do ponto 15.7 deste Programa de Concurso;
- c) Não apresentação dos documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados da tradução devidamente legalizada, consoante os casos;
- d) Não prestação da caução por facto imputável ao adjudicatário;
- e) Não confirmação dos compromissos, nos termos do artigo 92.º do Código dos Contratos Públicos;
- f) Não outorga do contrato, por facto imputável ao adjudicatário;
- g) Pela não associação dos membros de um agrupamento, na modalidade exigida no ponto 5.3 deste Programa de Concurso;
- h) Pela falsidade de documentos e declarações apresentados.

19.2. Quando as situações anteriores se verificarem por facto não imputável ao adjudicatário, a entidade que preside ao concurso concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

19.3. A entidade que preside ao concurso comunica ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P a caducidade da adjudicação.

20. Modo de Prestação da Caução:

- 20.1.** Nos 10 dias a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deve prestar a caução exigida no ponto 15.1, alínea b) do Programa de Concurso e comprovar essa situação junto da entidade que preside ao concurso, sob pena de caducidade da adjudicação e comunicação ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.
- 20.2.** A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos Pública, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso.
- 20.3.** As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.
- 20.4.** O adjudicatário que preste caução sob a forma de garantia bancária deve escolher uma das minutas de garantia bancária constantes no Anexo VII deste Programa de Concurso. Uma minuta corresponde ao tipo de garantia bancária sem prazo e a outra ao de garantia bancária automaticamente renovável. Para efeitos do cálculo do prazo inicial apostado neste segundo tipo de garantia bancária, determina-se que este corresponde ao dobro do prazo fixado para a execução do contrato de empreitada ou, caso esse prazo seja inferior a 6 (seis) meses, ao prazo de 1 (um) ano, por forma a acautelar todas as eventuais vicissitudes que possam ocorrer e atrasem a execução da empreitada.

Ao prazo contabilizado nos termos atrás referidos, acresce o maior prazo legal de garantia que seja aplicável à empreitada. A título de exemplo, uma empreitada cujo prazo de execução seja de 1 (um) ano e cujo maior prazo legal de garantia aplicável seja de 5 (cinco) anos, terá de apor como prazo na garantia bancária automaticamente renovável 7 (sete) anos. Se tendo decorrido o prazo fixado na garantia bancária, o contrato de empreitada ainda não estiver integralmente executado ou ainda não tiver decorrido o seu período de garantia ou tendo decorrido esse período foram atempadamente detetados defeitos da responsabilidade do empreiteiro justificativos da sua não liberação, a garantia bancária renovar-se-á automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, promovendo-se a sua extinção quando aquelas situações deixarem de subsistir.

21. Celebração do Contrato:

- 21.1.** Após a prestação da caução e aprovação da minuta do contrato, pelo órgão competente para a decisão de contratar, a entidade que preside ao concurso notifica-a ao adjudicatário para que este, no prazo máximo de 5 dias, apresente o que tiver por conveniente.

- 21.2.** A minuta do contrato considera-se tacitamente aceite se o adjudicatário nada disser dentro do prazo referido em 21.1.
- 21.3.** Em caso de reclamação da minuta por parte do adjudicatário, a entidade que preside ao concurso, nos 10 dias a contar da receção da reclamação, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à sua rejeição.
- 21.4.** Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de autorizações necessárias para a apresentação a concurso, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

22. Outorga do Contrato:

- 22.1.** A outorga do contrato deverá ter lugar nos 30 dias contados da data da aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão sobre eventual reclamação, mas nunca antes dos prazos estipulados nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
- 22.2.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, perdendo o adjudicatário, a favor da entidade adjudicante, a caução prestada e sendo tal situação comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, IP.
- 22.3.** Se a não outorga do contrato for imputável à entidade adjudicante, e sem prejuízo de poder exigir a sua celebração judicialmente, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo a entidade adjudicante liberar a caução, sem prejuízo do direito a indemnizar o adjudicatário por todas as despesas e encargos que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e prestação da caução.
- 22.4.** Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

23. Legislação aplicável:

Em tudo o omissso no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXOS E MODELOS

ANEXO I

**[Artigo 57.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 8.1, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a).....

b).....

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condena dos por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] ("):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da

adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....(local), (data), [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

NOTA: A redação da alínea f) do ponto 4 foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO II

[Ponto 8.1, alínea b) do Programa de Concurso]

Identificação da empresa concorrente (ou das empresas concorrentes, no caso de se tratar de Agrupamento), declara que os atributos da sua proposta são os seguintes:

1. O valor da proposta é de € (valor numérico e por extenso), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, que já inclui o suprimento dos erros e omissões aceites, no valor de € (valor numérico e por extenso), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
2. O prazo de execução da obra é de (numérico e por extenso) dias, acrescidos de (numérico e por extenso) dias para a manutenção dos espaços verdes, conforme plano de trabalhos anexo à proposta. (SE APLICÁVEL)
3. Memória Descritiva do Modo de Execução da Empreitada (SE APLICÁVEL)
4. Plano de Trabalhos, Plano de Meios Técnicos/Equipamentos e Plano de Mão-de-Obra/Meios Humanos. (SE APLICÁVEL)
5. Plano de Remoção de Amianto. (SE APLICÁVEL)
6. Outros...

NOTA: Para o correto preenchimento deste anexo, o concorrente deverá verificar o critério de adjudicação aplicável à empreitada.

ANEXO III

[Modelo relativo à Declaração de Compromisso, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, para cumprimento da alínea g) Ponto 8.1 do Programa de Concurso]

F.....(indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma e sede), titular do Alvará de Construção (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros aprovados do Estado)(indicar o número), contendo a(s) autorização(ções) (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do anúncio, datado de, obriga-se ao desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

Data:

Assinatura:

ANEXO V

**[Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos
e Ponto 15.2, alínea a) do Programa de Concurso, com as alterações do Decreto-Lei nº 149/2012,
de 12 de julho]**

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código(6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (não aplicável).
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

NOTA: A redação da alínea c) foi ajustada, uma vez que a que está dada pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho não se encontra correta.

ANEXO VI

Modelo n.º 1

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

1 – DATA DA COMUNICAÇÃO: _____

2 – ESTALEIRO:

ENDEREÇO:

3 – NATUREZA E UTILIZAÇÃO PREVISTA PARA A OBRA:

4 – DONO DA OBRA:

NOME:

ENDEREÇO:

5 – AUTOR (ES) DO PROJECTO:

NOME:

ENDEREÇO:

6 – ENTIDADE EXECUTANTE:

NOME:

ENDEREÇO:

7 – FISCAL (IS) DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

8 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO
EMPREENHIMENTO

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

9 – COORDENADOR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

10 – DIRECTOR TÉCNICO DA EMPREITADA

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

11 – REPRESENTANTE DA ENTIDADE EXECUTANTE

NOME:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

12 – DATAS PREVISÍVEIS DE INÍCIO E TERMO DOS TRABALHOS NO ESTALEIRO (A INDICAR PELO EMPREITEIRO)

INÍCIO: ____/____/____

DATA DE TERMO: ____/____/____

13 – CRITÉRIO DE ENVIO DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA:

- ☐ UM PRAZO TOTAL SUPERIOR A 30 DIAS E, EM QUALQUER MOMENTO, A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE MAIS DE 20 TRABALHADORES;
- ☐ UM TOTAL DE 500 DIAS DE TRABALHO, CORRESPONDENTE AO SOMATÓRIO DOS DIAS DE TRABALHO PRESTADO POR CADA UM DOS TRABALHADORES.

14 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES INDEPENDENTES NO ESTALEIRO: _____

15 – IDENTIFICAÇÃO DOS SUBEMPREITEIROS JÁ SELECIONADOS:

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____

Nota: Poderão ser feitas as alterações e/ou atualizações posteriores que se desejarem por parte do Dono de Obra com a condicionante de atualizar a informação afixada no estaleiro e a informação veiculada à entidade fiscalizadora do trabalho.

Modelo n.º 2
DECLARAÇÃO
(Entidade Executante)

(Nome da Empresa)
Pessoa Coletiva n.º, com sede em,
..... e escritório em
..... telefone n.º e fax n.º
....., declara para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29
de Outubro, na qualidade de adjudicatário, da empreitada com a
designação.....que o estaleiro
será localizado em, com o
início de trabalhos previsto para// e o termo previsto para//
..... .

Lisboa,

Assinatura,

(Carimbo)

Modelo n.º 3
DECLARAÇÃO
(Representante da Entidade Executante)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º....., residente
em..... Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Representante da Entidade Executante (empregado), da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para// e o termo previsto para//

Lisboa,

Assinatura,

Modelo n.º 4
DECLARAÇÃO
(Diretor Técnico da Empreitada)

(Nome)....., portador do Bilhete de Identidade n.º
....., emitido empelo Arquivo de Identificação de..... e Contribuinte
n.º, residente
em.....Código
Postal n.º....., telefone n.º..... e Fax n.º....., declara para os
devidos efeitos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, na
qualidade de Diretor Técnico da Empreitada, da empreitada com a
designação....., que o estaleiro será localizado em
....., com o início de
trabalhos previstos para/....../..... e o termo previsto para/....../.....

Lisboa,

Assinatura,

ANEXO VII

(Artigo 90.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos e Ponto 20.2 e 20.4 do Programa de Concurso)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Sem prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (Com prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) (doravante, a “Ordenante”) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Ordenante assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia constitui uma garantia a solicitação permanente, mantendo-se em vigor nos estritos termos aqui previstos, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias ou da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Banco pela Ordenante, da liquidação ou dissolução da Ordenante, da nomeação de um administrador de insolvência ou liquidatário judicial para toda ou qualquer parte do seu património, ou da emissão de decisão a declarar a insolvência.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma tem o prazo de duração de ... anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, mantendo-se em vigor até à sua extinção.

A Garantia caducará apenas na data em que seja entregue, pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Ordenante, ao Banco, documento assinado pelo Diretor do Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Lisboa com o teor do documento que consta como Anexo, nada mais podendo ser exigido ao Banco pela Câmara Municipal de Lisboa a partir dessa data.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de guia de depósito
(dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a empreitada de, para os efeitos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

DELIBERAÇÃO Nº 320/AML/2017

Proposta nº 541/CM/2017 – Proposta 541/CM/2017 - Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos para Aquisição de Equipamento Informático, com os serviços de instalação associados, nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

Aprovado por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PCP/ BE/ PEV/ PAN/ PNP/ 6 IND – **Abstenção:** PSD/ CDS-PP/ MPT

Proposta nº 541/2017

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a assunção de encargos plurianuais (2018) no procedimento de concurso público com publicidade internacional, para a “Aquisição de Equipamento Informático, com os serviços de instalação associados” – processo nº 46/CPI/DA/CCM/2016.

Pelouro: Sistemas de Informação

Serviços: DSI

Considerando que:

1. Em reunião de Câmara de 13 de julho de 2016 foi aprovada a proposta nº 354/2016, subscrita pelos Vereadores João Paulo Saraiva e Jorge Máximo, na qual foi autorizado o início do procedimento de concurso público com publicidade internacional, para a aquisição de Equipamento Informático, com os serviços de instalação associados – processo nº 46/CPI/DA/CCM/2016, com fundamento no disposto na alínea b) do n.º 1 e d) do número 2, ambos do artigo 16º e alínea b) do nº 1 do artigo 20º, todos do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), na redação em vigor;
2. Em reunião de Assembleia Municipal de 26 de julho de 2016 foi previamente autorizada a assunção de compromisso e encargo futuro para o ano de 2017 – Deliberação nº 290/AML/2016, com base na proposta acima referida, com fundamento nas alíneas f) e ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

- 3.** Em reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2017, por via da Proposta nº 73/2017, foi aprovada a adjudicação da aquisição de bens ao concorrente ITEN SOLUTIONS – Sistemas de Informação, S.A., pelo preço contratual de 1.695.000,00€ (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no valor de 389.850,00€ (trezentos e oitenta e nove mil e oitocentos e cinquenta euros), perfazendo o valor global de 2.084.850,00€ (dois milhões e oitenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta euros);
- 4.** Na sequência da autorização da adjudicação, foi celebrado o contrato de aquisição nº 17037533 e em cumprimento do previsto no nº 1 do artigo 46º da Lei nº 98/97, foi o processo enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em 8 de maio de 2017;
- 5.** A despesa resultante desta aquisição teve o enquadramento orçamental no Código do Plano: A2.P005.01; Orgânica: L07.00; Económica: 07.01.07.01, do orçamento em vigor e teve o cabimento nº 5317001575 para o ano económico de 2017;
- 6.** Em 31 de maio de 2017, foram solicitados esclarecimentos pelo Tribunal de Contas e na sequência da resposta dos serviços, foi o processo novamente devolvido pelo referido tribunal, no âmbito das diligências instrutórias para efeitos de junção da autorização da Assembleia Municipal para assunção de encargos plurianuais para o ano de 2018, nos termos do disposto no artigo 6º, nº1, alínea c) da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, assim como, nova informação de compromissos de verba e de disponibilidade de tesouraria devidamente adequadas à repartição de encargos resultante do contrato;
- 7.** Aquando da elaboração das peças do procedimento, os serviços tinham a intenção de vir a receber todos os equipamentos objeto do mesmo no decorrer de 2017 e, nessa medida, realizar todos os pagamentos inerentes no presente ano.
- 8.** Atenta a manifesta premência na aquisição destes bens e a declaração emitida pela empresa adjudicatária, na qual assume a disponibilidade e o compromisso de proceder à entrega e à instalação da totalidade dos equipamentos até ao final de dezembro de 2017, esta intenção mantém-se.
- 9.** Tal fato foi comunicado em resposta à última diligência instrutória realizada Tribunal de Contas e foi junta ao processo a declaração da entidade adjudicatária;
- 10.** Aguarda-se pronúncia do Tribunal de Contas sobre a resposta dos serviços entretanto enviada, contudo, tendo em consideração esta sua última solicitação bem como o tempo decorrido desde a abertura do procedimento e o prazo definido de entrega dos bens na Cláusula 3ª e no número 5.2 das Cláusulas Técnicas do caderno de encargos do presente procedimento, entende-se ser de submeter a autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º

da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação em vigor, a assunção de compromissos plurianuais para 2018

11.A submissão de uma nova repartição de encargos faz-se para adequação do processo à questão levantada no âmbito do Visto Prévio, caso a declaração da entidade adjudicatária, entretanto submetida, não seja aceite como suficiente para manter a atual previsão de execução a 100% ainda no corrente ano, como é considerado exequível e desejável pelos serviços envolvidos prevenindo sequentes atrasos adicionais caso se verifique ser condição para a obtenção do Visto;

12.A presente Proposta deverá ser submetida a autorização da Assembleia Municipal sob condição, ou seja, para ser efetivada apenas no caso de não vir a ser acolhida pelo Tribunal de Contas a resposta enviada pelos serviços no âmbito do visto prévio em tramitação.

Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar:

Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, com repartição de encargos para os anos de 2017 e 2018, abrangida pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho:

1. A autorização da repartição de encargos e assunção de compromisso plurianual para 2018, no âmbito do concurso público com publicidade internacional para a “Aquisição de Equipamento Informático, com os serviços de instalação associados”, pelos seguintes valores:

- *Ano de 2017: 847.500,00€ (oitocentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;*
- *Ano de 2018: 847.500,00€ (oitocentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.*

Condicionada à evolução do processo em Visto Prévio, considerando-se sem efeito, caso não se verifique ser necessária a sua efetivação naquele âmbito, em face da possibilidade aberta pela entidade adjudicatária de garantir integralmente o fornecimento em causa ainda no corrente ano e reconhecida que é necessidade de dispor destes equipamentos com toda a brevidade possível.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 68/P/2017

Delegação e subdelegação de competências - Férias

Considerando a ausência do Senhor Vereador José Paixão Moreira Sá Fernandes, entre os dias 6 e 7 de setembro de 2017, bem como a necessidade de assegurar o normal exercício das competências no mesmo delegadas e subdelegadas, através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio de 2015, publicado no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação dada pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, delego e subdelego aquelas competências, durante o referido período, no Senhor Vereador José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, ao abrigo do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 34.º e no n.º 2 do artigo 36.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em vigor.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2017/09/05.

O Presidente,
(a) *Fernando Medina*

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO

DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Relação com o Município, Dr.ª Sandra Godinho (SG/DMC/DRM) (ao abrigo da subdelegação de competências obtida pelo Despacho n.º 1/SG/DMC/2017, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1207, de 2017/04/06):

- 10 425/OTR - Marine Clémence Héloise Castelo Boudsocq - Rua de Sant'Ana (Santana), à Lapa, 202/210 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 606/OTR - Sara Almeida Henriques Carvalho da Silva - Rua da Emenda, 28/36 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

- 10 608/OTR - Sara Almeida Henriques Carvalho da Silva - Rua da Emenda, 28/36 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 636/OTR - Entrepasto - Gestão e Participações (SGPS), S. A. - Largo da Academia Nacional de Belas-Artes (antigo Largo da Biblioteca Pública), 7/13 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 429/OTR - Marine Clémence Héloise Castelo Boudsocq - Rua de Sant'Ana (Santana), à Lapa, 202/210 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 427/OTR - Marine Clémence Héloise Castelo Boudsocq - Rua de Sant'Ana (Santana), à Lapa, 202/210 - Por despacho dado em 2017/09/13. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 876/OTR - Maria de Lurdes dos Santos Pais de Oliveira Gonçalves - Rua Francisco Pereira de Sousa, 4/4-A - Por despacho dado em 2017/09/14. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 875/OTR - Maria de Lurdes dos Santos Pais de Oliveira Gonçalves - Rua Francisco Pereira de Sousa, 4/4-A - Por despacho dado em 2017/09/14. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 814/OTR - Pedro Gautier Cancela de Abreu - Avenida Álvares Cabral, 32, 5.º esquerdo e 6.º esquerdo - Por despacho dado em 2017/09/14. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 958/OTR - Imobiliária Lisanjos, Ltd.ª - Avenida Almirante Reis, 67-A/67-J - Por despacho dado em 2017/09/15. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*
- 10 778/OTR - Heitor Freire Cabral - Rua das Trinas, 61 (Vila Doroteia, 25/29) - Por despacho dado em 2017/09/15. - *Com os seguintes fundamentos:*

- Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10313/OTR - Lérias e Fórmulas, Ltd.ª - Travessa do Combro, 26 - Por despacho dado em 2017/09/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10 592/OTR - A. J. Z. - Projetos e Construções, Ltd.ª - Rua Heliodoro Salgado, 7 - Por despacho dado em 2017/09/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10 319/OTR - Bankter, Imobiliária, Ltd.ª - Rua de Santo António, à Estrela, 22/32 - Por despacho dado em 2017/09/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10 593/OTR - A. J. Z. - Projetos e Construções, Ltd.ª - Rua Heliodoro Salgado, 17 - Por despacho dado em 2017/09/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10771/OTR - Parimob - Investimentos Imobiliários, S.A. - Rua do Loreto, 52/64 - Por despacho dado em 2017/09/18. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10770/OTR - Parimob - Investimentos Imobiliários, S.A. - Rua do Loreto, 52/64 - Por despacho dado em 2017/09/18. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 11 059/OTR - Imoconsagri - Investimentos Imobiliários, Ltd.ª - Avenida João Crisóstomo, 81 - Por despacho dado em 2017/09/19. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 11 125/OTR - Marilen - Consultoria e Administração de Imóveis, Sociedade Unipessoal - Rua Dr. Almeida Amaral, 10-A/10-B - Por despacho dado em 2017/09/19. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10 194/OTR - Serenityleagues, Ltd.ª - Avenida de Roma, 13/15-D - Por despacho dado em 2017/09/19. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 9544/OTR - José Augusto Santos da Silva Marques (C.C.H.) - Rua Almeida Brandão, 12-A - Por despacho dado em 2017/09/19. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 11 219/OTR - Gonzalez, Teixeira & Seoane, Ltd.ª - Rua das Portas de Santo Antão, 150/152 - Por despacho dado em 2017/09/20. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 10 508/OTR - Casas de São Bento - Administração de Imóveis, Ltd.ª - Rua de São Bento, 333/335-A - Por despacho dado em 2017/09/20. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 11 223/OTR - Fundo de Investimento Imobiliário Fundicentro - Rua António Alçada Baptista, lote 6 - Por despacho dado em 2017/09/21. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 11 341/OTR - Setecamp - Sociedade Imobiliária, S. A. - Rua de Campolide, 351/351-G - Por despacho dado em 2017/09/21. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

DIREÇÃO MUNICIPAL

FINANÇAS

Despacho n.º 4/DMF/2017

Atendendo à minha ausência por motivo de férias, no período de 25 a 29 de setembro de 2017, designo para me substituir, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo, o diretor do Departamento de Contabilidade, Dr. Carlos Gabriel.

Lisboa, em 2017/09/22.

A diretora municipal de Finanças,

(a) Paula Maria Reis Costa

DIREÇÃO MUNICIPAL

URBANISMO

DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO URBANA

DIVISÃO DE PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO

Atribuição de numeração de polícia

Deferidos

5079/DOC - Malhafixa, S. A. - Ao prédio - Obra n.º 67 777 - situado no Alto do Longo, foram atribuídos os n.ºs 1-A e 1 de polícia. **Observações:** Os antigos n.ºs 1, 2 e 3, pertencentes à Obra n.º 15 256, já não existem devido à demolição da mesma.

5277/DOC - Nuno Jorge Cardona Fazenda de Almeida. - Ao prédio - Obra n.º 59 960 - situado na Rua Albino Sousa Cruz n.ºs 10 e 12 (moradias geminadas), foi atribuído mais o n.º 12-A (moradia 397), ficando, portanto, o prédio com os n.ºs 10, 12 e 12-A.

5626/DOC - Paula Grigório. - Ao prédio - Obra n.º 30 062 - situado na Rua José Pinto Bastos n.º 25, foi atribuído mais o n.º 25-A, ficando o prédio com os n.ºs 25 e 25-A naquele arruamento.

Supressão de numeração de polícia

Deferido

5165/DOC - António Serrano Villacampa. - Ao prédio - Obra n.º 35 834 - situado na Rua de João Penha n.ºs 18, 20, 22, 24 e 26, foram suprimidos os n.ºs 20, 22 e 24, ficando, portanto, o prédio apenas com os n.ºs 18 e 26.

DIREÇÃO MUNICIPAL

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.ª Ana Esteves, de 2017/09/22, foi homologado Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução da «Empreitada n.º 39/DMPO/DPCE/16 - Prospeção geológica e geotécnica complementar no local da EB1 125 e JI Arq.º Gonçalo Ribeiro Telles», adjudicada à firma Geotest, Ltd.ª.

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Autos de consignação dos trabalhos

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.ª Ana Esteves:

Por despacho de 2017/09/13, o Auto de consignação dos trabalhos da «Empreitada n.º 42/DMPO/DPCE/15 - Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola Básica n.º 36, nos Olivais», adjudicada à firma Norcep - Construções, S. A.

Por despacho de 2017/09/13, o Auto de consignação dos trabalhos da «Empreitada n.º 31/DMPO/DPCE/DCE/17 - Requalificação dos espaços exteriores da EB1 n.º 72, na Estrela», adjudicada à firma CRP - Comércio e Reciclagem de Produtos, Ltd.ª.

Por despacho de 2017/09/15, o Auto de consignação dos trabalhos da «Empreitada n.º 32/DMPO/DPCE/DCE/17 - Inspeção e reparação das colunas de gás dos edifícios n.ºs 102 a 112 da Rua Damasceno Monteiro», adjudicada à firma Peninsulagás - Projetos e Instalações de Rede de Gás, Ltd.ª.

Auto de vistoria para efeitos de receção provisória - Não receção da obra

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.ª Ana Esteves:

Por despacho de 2017/09/13, o Auto de vistoria para efeitos de receção provisória - Não receção da obra da «Empreitada n.º 17/DMPO/DPCE/DPE/16 - Intervenção no muro da Rua Raul Proença - Espaço público», adjudicada à firma Cordivias, Engenharia, Ltd.ª.

Auto de vistoria para efeitos de receção provisória

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.ª Ana Esteves:

Por despacho de 2017/09/13, o Auto de vistoria para efeitos de receção provisória da «Empreitada n.º 17/DMPO/DPCE/DPE/16 - Intervenção no muro da Rua Raul Proença - Espaço público», adjudicada à firma Cordivias, Engenharia, Ltd.ª.

Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.ª Ana Esteves:

Por despacho de 2017/09/13, o Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução da «Empreitada n.º 27/DMPO/DCME/DCE/2014 - Recuperação, tratamento e pintura de fachada em edifícios municipais da Rua do Carmo, entre os n.ºs 79, 81, 87, 87-A, 87-B, 87-C e 87-D», adjudicada à firma J. Coutinho Vieira, Ltd.ª.

POLÍCIA MUNICIPAL

Editais n.º 08/PM/2017

Viaturas abandonadas

Faz-se saber que, nos termos dos artigos 163.º e seguintes do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro e pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, os veículos abaixo indicados, removidos para o Parque de Veículos Removidos da EMEL - Sete-Rios, em Lisboa, serão considerados abandonados e adquiridos por ocupação pela Câmara Municipal de Lisboa, se não forem levantados, no prazo de 45 dias, a contar da data da publicação do presente Edital:

Nome Proprietário	Local de remoção	Matrícula	Processo
Sonia Maisa Almeida Lima de Sousa	Azinhaga da Torrinha, Lisboa	88-70-DF	8479 VR 2017
Sergio Rodrigo Figueiredo Silva	Campo das Amoreiras, Lisboa	89-74-TB	8480 VR 2017
Nuno Humberto Lima Correia	Rua Nova do Calhariz, Lisboa	63-56-BQ	8487 VR 2017
Eduardo Manuel Tavares Martinho	Rua dos Sete Céus, Lisboa	91-39-JD	8523 VR 2017
Fernando António Porfírio Rodrigues	Rua João Amaral, Lisboa	12-JX-53	8528 VR 2017
Inês Saragoça Mendes de Carvalho Felgueiras	Rua Epifânio Dias, Lisboa	88-44-TN	8556 VR 2017
Ana Maria Pinheiro Nunes Miguel	Rua Dr. José Espírito Santo - Lisboa	83-04-DM	8559 VR 2017
Ana Cristina Alves Bonifácio	Largo Artur Bual - Lisboa	54-58-EL	8578 VR 2017
Desconhecido	Largo Artur Bual, Lisboa	78-50-AI	8579 VR 2017
Paula Duarte Silva Nunes de Almeida	Rua Carlos de Oliveira - Lisboa	22-75-VV	8581 VR 2017
Mads Hoff	Rua Sarmiento Beires, Lisboa	03-21-SR	8587 VR 2017
Viduarte Industria de Construção Civil Lda	Rua Ilha dos Amores - Lisboa	RS-45-44	8595 VR 2017
António de Sá Leonardo	Rua Dácio Costa - Quinta dos Alcoutins	QD-15-78	8600 VR 2017
Felisberto Correia Furtado	Rua Fernandes da Fonseca - Lisboa	85-73-NL	8612 VR 2017
Desconhecido	Rua Comandante Fontoura da Costa - Lisboa	79-09-RB	8633 VR 2017
Desconhecido	Rua Rodrigo da Fonseca - Lisboa	27-QT-40	8693 VR 2017
Desconhecido	Rua Francisco Mantero nº 12 - Lisboa	49-82-EU	8704 VR 2017

Lisboa, em 2017/07/31.

Pel'O comandante,

(a) *Luís António Cardoso Ribeiro* - Subintendente

DIREÇÃO MUNICIPAL

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 13/DMEVAE/2015, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Mudança de interessado de compartimento municipal (artigos T1.1.17 ou T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

20 458/CML - Clarisse Alexandrina de Oliveira Félix Carinha.

20 496/CML - Maria de Fátima Correia Nuncio de Carvalho Ramos Fernandes.

20 719/CML - Emílio Canelas Valongo Rodrigues.

20 877/CML - Maria Laura Ramos Rodrigues Camarinha Vicente.

20 959/CML - Fernanda Maria de Carvalho Barros.

20 960/CML - Filomena de Amorim Boginha.

Entrada de viatura em cemitério municipal

20 736/CML - Josefina Gomes Lopes.

21 026/CML - Maria Vizitação Pereira Marques de Almeida.

Averbamento de jazigo particular ou sepultura perpétua (artigo 63.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

11 798/CML - Paulo António Vasques Dias da Silva.

18 155/CML - Maria Teresa Martins Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira.

18 748/CML - Ana Maria Homem Leal de Faria e outros.

19 847/CML - Maria Paula Direito Medina Carreira.

20 149/CML - Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado e outra.

Averbamento e 2.ª via de título ou alvará (artigos 63.º e 53.º - n.º 4 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T7.6.2. e T7.6.2.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

13 732/CML - Maria Teresa Sacramento Monteiro Emauz Leite Ribeiro de Melo Portugal e outros.

CEMITÉRIO DO ALTO DE S. JOÃO

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/08 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1376 - Pedro Miguel Alpedriz Cerveira Nunes.

1377 - Olinda Rebelo Gomes Pires.

1378 - Adelaide da Conceição Fonseca Vidal.

1402 - Paula Cristina Reis Cardoso.

1403 - Maria Cassilda Vasques Duarte Cardoso.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1395 - Fernando José Henriques Marques.

1396 - Joaquim Augusto Vasconcelos de Freitas.

1397 - Maria Amélia Barata Nande Xavier.

1404 - Maria Telma Orvalho Borges Grandão.

Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1371 - Ana Catarina Carrelhas Marques Pastor Alexandre das Neves.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1415 - Lúcia Barata Domingues Antunes.

1426 - Paula Cristina Loureiro Carvalho Ferreira.

1427 - Maria Goretti Romão de Jesus.

1428 - Bruno Alexandre da Cunha Manuel.

1429 - Luís Manuel Pereira Martins.

1434 - Isabel Maria da Conceição Leitão da Silva.

1477 - Sandra Isabel Monteiro Gonçalves.

1478 - Luís José da Costa Proença Viegas.

1479 - Emília Maria Santana Peixe.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em columbário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1419 - Alice Andrade Moreira.

Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1398 - Lucinda Maria Vieira Alves Vinagreiro.

Gravação de epitáfio em jazigo particular (artigo 97.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.1. Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1400 - Maria de Jesus Marques.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/08 (no uso da subdelegação

de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1282 - Marie Isabelle Cremers Tavares.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1382 - Nuno Miguel Pereira de Brion.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DA AJUDA

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/08 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 4 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1384 - Natacha Maria Pereira Bagão Lopes.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1374 - Alberto Brito de Andrade.

1375 - Almerinda do Carmo Mateus Correia.

1385 - Rosa Maria Ramos Enes Rego.

Limpeza geral em sepultura perpétua (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1340 - Carlos Manuel Flor Diogo Henriques.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1328 - Marco António Rufino Brandão dos Santos.

1412 - Maria Isabel da Conceição Pinto Salgado de Oliveira.

1416 - Maria Teresa da Silva Abrantes Ribeiro.

1418 - Francisco José dos Santos Pereira.

1420 - José Joaquim Marques Nunes.

1457 - Carlos Alberto Alves do Branco.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1405 - Maria Clea Lúcia Fernandes.

Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1423 - Maria Raquel Carvalho Morão Ferreira da Silva.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

Retificações

No *Boletim Municipal* n.º 1229, de 7 de setembro 2017, a página 1947, onde se lê: Petições deferidas em 2017/08/25 - Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos 1.1.1 e T7.6.6 da TTPORM) - 1626 - Carlota Virgínia de Jesus Nabais de Sousa, deve ler-se: Petições deferidas em 2017/08/25 - Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos 1.1.1 e T7.6.6 da TTPORM) - 1262 - Carlota Virgínia de Jesus Nabais de Sousa.

No *Boletim Municipal* n.º 1229, de 7 de setembro 2017, a página 1947, onde se lê: Petições deferidas em 2017/08/25 - Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor) - 1320 - João Dias Tonel, deve ler-se: Petições deferidas em 2017/08/25 - Limpeza geral de jazigo particular (artigos 90.º e 91.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.9. da Tabela de Taxas Municipais em vigor) - 1330 - João Dias Tonel.

CEMITÉRIO DE BENFICA

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 4 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1383 - José Augusto Teixeira Varela.
1386 - José Miranda da Silva.
1387 - Carla Maria Vilarinho Moreno.
1390 - António Carlos Costa Nascimento.
1431 - Maria Fernanda Pereira Sousa.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1388 - Ana Paula de Paiva Gonçalves Coelho.
1389 - António Pires Ribeiro.
1391 - Maria do Céu Dias Martins.
1392 - Manuel de Sousa.
1407 - Maria Alice da Conceição Ribeiro Fidalgo.
1408 - Isaura Lopes de Oliveira Ressurreição.
1409 - Carlos Alberto Freire da Costa.
1430 - Maria Idalina Dias de Sousa Cândido.
1437 - António Bento Saraiva.
1438 - Maria do Nascimento dos Santos.
1439 - Maria do Carmo Jorge Brandão Matreno.
1440 - Ester da Conceição Rodrigues dos Santos Marques.
1441 - Manuel Jorge Romão de Sousa.
1442 - João Miguel Mateus Martinho.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em jazigo municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1394 - Maria Natália Carlos Ponces Felisberto.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1394 - Maria Gabriela Vieira Soares de Albergaria.
1436 - Diamantino Pires Vitória.

Gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1458 - Maria Olinda Ferreira da Silva.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/08 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1379 - Maria Irene Marques dos Santos.
1380 - Jorge Custódio Cardoso.
1381 - Fernando Carlos das Dores Costa.
1406 - Francisco José de Moura Sucena.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1433 - Isabel Maria Almeida Ferreira Travanca.
1443 - Margarida da Conceição Alves de Araújo Martins.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DO LUMIAR

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/06/23 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5A (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

987 - Maria Helena Afonso Pilar Vidal.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

960 - Maria Fernanda de Sabbo Soares Branco Tavares da Costa.
969 - Maria Alice Pereira Gordo da Costa.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/08 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1372 - Fernanda Maria Tostões Morais Ferreira.
1401 - Beatriz da Conceição Soares Quitério.

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 1 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1448 - Rafael Amad Chotumiã Abdurremane.
1452 - Valymahomed Abdul Rasac.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 4 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1445 - Sandra Maria D'Oliveira Casimiro.
1447 - João António dos Santos Oliveira.
1451 - José Carlos Ventura Abrantes.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1421 - Maria Alice da Mota Oliveira Gonçalves.
1422 - André Alexandre Sebastião Neves Marques.
1425 - Maria Teresa Abrantes Louro Santos Robles.
1446 - Felismina de Jesus de Oliveira Domingues Lamas.
1450 - Fernando José Antunes de Carvalho.
1454 - Maria Filomena de Azevedo Pereira.
1455 - Ricardo Manuel Carromeu Alfacedo.
1456 - Octávia Piedosa Barros de Alva Torres.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1417 - Maria de Fátima Andrade Miranda.
1453 - Maria Adosinda Lopes Romãozinho de Almeida Esteves.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DE CARNIDE

Petição deferida

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.^a Sara Gonçalves, de 2017/09/15 (no uso da subdelegação de competências dada pelo Despacho n.º 13/DMEVAE/15, de 2015/10/13, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1131, de 2015/10/22):

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em aeróbia municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1414 - Carlos Alberto Jeremias Pinto. - *A licença de obras, relativa à petição indicada, deverá ser paga na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário será a petição Arquivada, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.*

DIREÇÃO MUNICIPAL

HIGIENE URBANA

DEPARTAMENTO DE HIGIENE URBANA

Processos despachados

Deferidos

Pedidos de indemnização por danos em propriedade particular

21/PIND - Paulo Silva. - *Nos termos do despacho exarado pelo diretor do Departamento de Higiene Urbana, Eng.º Nuno Soares, em 2017/09/18, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 35 do Despacho n.º 6/DMHU/2017, de 14 de março, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1205, de 23 de março.*

24/PIND/16 - GM Transportes, Ltd.^a. - *Nos termos do despacho exarado pelo diretor municipal de Higiene Urbana, Eng.º Victor Vieira, em 18 de setembro de 2017, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 9 do Despacho n.º 112/P/2016, de 9 de dezembro, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1191, de 15 de dezembro.*

Arquivado

Pedido de indemnização por danos em propriedade particular

2/PIND - Maria Elisabete Piedade Victor Costa. - *Nos termos do despacho exarado pelo diretor do Departamento de Higiene Urbana, Eng.º Nuno Soares, em 15 de setembro de 2017, no uso das competências subdelegadas, nos termos do n.º 35 do Despacho n.º 6/DMHU/2017, de 14 de março, publicado no «Boletim Municipal» n.º 1205, de 23 de março de 2017.*

DIREÇÃO MUNICIPAL

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE E TRÁFEGO

Processos deferidos

Por despacho da diretora de departamento, Eng.^a Elisabete Carvalho Portalegre (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 1/DMMT/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1156, de 14 de abril de 2016):

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.^a emissão

13 503/CML - Táxis Sim Sim & Baguinho, Ltd.^a - Licença n.º 278. - *Nos termos da Informação n.º 1412/DMMT/DGMT/17.*

11 064/CML - Táxi Carinhas, Ltd.^a - Licença n.º 1198. - *Nos termos da Informação n.º 1385/DMMT/DGMT/17.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.^a emissão

16 075/CML - Luís & Vicente, Ltd.^a - Licença n.º 140. - *Nos termos da Informação n.º 1389/DMMT/DGMT/17.*

16 543/CML - Táxis Galisteu Ltd.^a - Licença n.º 339. - *Nos termos da Informação n.º 1365/DMMT/DGMT/17.*

19 801/CML - Táxis Luar de Âncora, Ltd.^a - Licença n.º 844. - *Nos termos da Informação n.º 1402/DMMT/DGMT/17.*

17 949/CML - Alves & Moreira, Ltd.^a - Licença n.º 1548. - *Nos termos da Informação n.º 1407/DMMT/DGMT/17.*

16 108/CML - Táxis David & Laurinda, Ltd.^a - Licença n.º 1728. - *Nos termos da Informação n.º 1413/DMMT/DGMT/17.*

18 183/CML - Táxis Pereirinha, Ltd.^a - Licença n.º 3368. - *Nos termos da Informação n.º 1368/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 3.^a emissão

15 007/CML - Táxis Manuel Caldeira, Ltd.^a - Licença n.º 223. - *Nos termos da Informação n.º 1411/DMMT/DGMT/17.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.^a emissão

14 795/CML - José Rosa Conceição - Táxis, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 63. - *Nos termos da Informação n.º 1390/DMMT/DGMT/17.*

16 175/CML - Auto Táxis Canto do Galo, Ltd.^a - Licença n.º 1218. - *Nos termos da Informação n.º 1405/DMMT/DGMT/17.*

17 276/CML - José Luís Pereira Alves - Licença n.º 1294. - *Nos termos da Informação n.º 1366/DMMT/DGMT/17.*

15 002/CML - Táxis Gordinho & Teixeira, Ltd.^a - Licença n.º 1529. - *Nos termos da Informação n.º 1384/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade e veículo - 4.^a emissão

17 893/CML - Táxis Manuel Caldeira, Ltd.^a - Licença n.º 1223. - *Nos termos da Informação n.º 1387/DMMT/DGMT/17.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 5.^a emissão

19 697/CML - Nuno & Ricardo Melo, Ltd.^a - Licença n.º 273. - *Nos termos da Informação n.º 1369/DMMT/DGMT/17.*

16 173/CML - Auto Táxis GSM, Ltd.^a - Licença n.º 525. - *Nos termos da Informação n.º 1406/DMMT/DGMT/17.*

13 308/CML - Auto Táxis Neves & Moreira, Ltd.^a - Licença n.º 931. - *Nos termos da Informação n.º 1392/DMMT/DGMT/17.*

16 066/CML - Auto Táxi Cabral & Filhos, Ltd.^a - Licença n.º 1180. - *Nos termos da Informação n.º 1386/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 5.^a emissão

19 995/CML - Longitudeláxia, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 347. - *Nos termos da Informação n.º 1401/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por alteração de designação - 5.^a emissão

18 184/CML - Táxis Vitória & Henriques, Ltd.^a - Licença n.º 3069. - *Nos termos da Informação n.º 1404/DMMT/DGMT/17.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 6.^a emissão

14 410/CML - Transportes F. M. Santos Lopes, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 1623. - *Nos termos da Informação n.º 1382/DMMT/DGMT/17.*

424/CML - Auto Táxis Santos & Horta, Ltd.^a - Licença n.º 2358. - *Nos termos da Informação n.º 1418/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 7.^a emissão

14 036/CML - Sol Lisboa, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 937. - *Nos termos da Informação n.º 1391/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 7.^a emissão

16 153/CML - Artur Santos & Fernando Cunha, Ltd.^a - Licença n.º 631. - *Nos termos da Informação n.º 1393/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de 2.^a via por furto

17 699/CML - Silva & Cristóvão, Ltd.^a - Licença n.º 507. - *Nos termos da Informação n.º 1367/DMMT/DGMT/17.*

Pedido de 2.ª via por extravio

19 628/CML - Táxis Cordeiro Ltd.ª - Licença n.º 1043.
- Nos termos da Informação n.º 1394/DMMT/DGMT/17.

Pedidos de atualização de dados (Renovação de alvará)

20 204/CML - Apostar Alto, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 114 - Por despacho dado em 2017/09/08.

20 553/CML - Táxis Casal da Ribeira, Ltd.ª - Licença n.º 705 - Por despacho dado em 2017/09/13.

20 348/CML - Táxis Mendes & Rodrigues, Ltd.ª - Licença n.º 709 - Por despacho dado em 2017/09/12.

20 273/CML - Auto Táxis Argolas, Ltd.ª - Licença n.º 800 - Por despacho dado em 2017/09/08.

20 610/CML - David Serra, Ltd.ª - Licença n.º 2721 - Por despacho dado em 2017/09/14.

20 858/CML - Táxis Figueiredo & Figueiredo, Ltd.ª - Licença n.º 3424 - Por despacho dado em 2017/09/19.

Revogação de despachos

Por despacho da diretora de departamento, Eng.ª Elisabete Carvalho Portalegre (no uso da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 1/DMMT/2016, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1156, de 14 de abril de 2016):

Arquivamento dos processos relativos aos pedidos de substituição de licença

6557/DMSC/03 - Táxis Sim Sim & Baguinho, Ltd.ª - Licença n.º 278.

No *Boletim Municipal* n.º 497, datado de 2003/08/28, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1435/DMMT/DGMT/17.

8710/DMSC/03 - Táxi Carinhas, Ltd.ª - Licença n.º 1198.

No *Boletim Municipal* n.º 497, datado de 2003/08/28, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1398/DMMT/DGMT/17.

41 400/DMSC/05 - Táxis Pereirinha, Ltd.ª - Licença n.º 3368.

No *Boletim Municipal* n.º 633, datado de 2006/04/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1378/DMMT/DGMT/17.

16 510/DMSC/07 - Luís & Vicente, Ltd.ª - Licença n.º 140.

No *Boletim Municipal* n.º 714, datado de 2007/10/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1430/DMMT/DGMT/17.

21 453/DMSC/07 - José Luís Pereira Alves - Licença n.º 1294.

No *Boletim Municipal* n.º 714, datado de 2007/10/25, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1379/DMMT/DGMT/17.

15 720/CML/09 - Táxis Galisteu, Ltd.ª - Licença n.º 339.

No *Boletim Municipal* n.º 807, datado de 2009/08/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1380/DMMT/DGMT/17.

19 380/CML/11 - Táxis David & Laurinda, Ltd.ª - Licença n.º 1728.

No *Boletim Municipal* n.º 930, datado de 2011/12/15, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1436/DMMT/DGMT/17.

13 976/CML/11 - Auto Táxis Cabral & Filhos, Ltd.ª - Licença n.º 1180.

No *Boletim Municipal* n.º 918, datado de 2011/09/22, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1399/DMMT/DGMT/17.

14 639/CML/11 - Táxis Gordinho & Teixeira, Ltd.ª - Licença n.º 1529.

No *Boletim Municipal* n.º 926, datado de 2011/11/17, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1396/DMMT/DGMT/17.

19 381/CML/11 - Auto Táxis Mineiro, Ltd.ª - Licença n.º 2750.

No *Boletim Municipal* n.º 945, datado de 2012/03/24, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1422/DMMT/DGMT/17.

24 144/CML/11 - Auto Táxi Rio Lucala, Ltd.ª - Licença n.º 1223.

No *Boletim Municipal* n.º 949, datado de 2012/04/26, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1397/DMMT/DGMT/17.

7190/CML/12 - Alves & Moreira, Ltd.ª - Licença n.º 1548.

No *Boletim Municipal* n.º 953, datado de 2012/05/24, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1423/DMMT/DGMT/17.

1396/CML/13 - Auto Táxis Ribeiro da Silva, Ltd.ª - Licença n.º 273.

No *Boletim Municipal* n.º 1000, datado de 2013/04/18, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1381/DMMT/DGMT/17.

22 959/CML/11 - Auto Táxis Canto do Galo, Ltd.ª - Licença n.º 1218.

No *Boletim Municipal* n.º 1005, datado de 2013/05/23, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1424/DMMT/DGMT/17.

3402/CML/13 - Amadeu & Piedade, Ltd.^a - Licença n.º 223.

No *Boletim Municipal* n.º 1006, datado de 2013/05/30, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1434/DMMT/DGMT/17.

16 068/CML/13 - Percurso Principal, Ltd.^a - Licença n.º 631.

No *Boletim Municipal* n.º 1036, datado de 2013/12/26, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1429/DMMT/DGMT/17.

32 379/CML/13 - José Rosa Conceição - Táxis, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 63.

No *Boletim Municipal* n.º 1043, datado de 2014/02/13, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1431/DMMT/DGMT/17.

392/CML/14 - Sol Lisboa, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 937.

No *Boletim Municipal* n.º 1052, datado de 2014/04/17, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1432/DMMT/DGMT/17.

17 448/CML/13 - Auto Táxis GSM, Ltd.^a - Licença n.º 525.

No *Boletim Municipal* n.º 1061, datado de 2014/06/19, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1426/DMMT/DGMT/17.

16 921/CML/14 - Táxis Vitória & Henriques, Ltd.^a - Licença n.º 3069.

No *Boletim Municipal* n.º 1073, datado de 2014/09/11, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1421/DMMT/DGMT/17.

11 067/CML/14 - Auto Táxis Neves & Moreira, Ltd.^a - Licença n.º 931.

No *Boletim Municipal* n.º 1076, datado de 2014/10/02, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1428/DMMT/DGMT/17.

9585/CML/15 - Auto Táxis Santos & Horta, Ltd.^a - Licença n.º 2358.

No *Boletim Municipal* n.º 1106, datado de 2015/04/30, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1437/DMMT/DGMT/17.

7940/CML - Auto Táxis Mineiro, Ltd.^a - Licença n.º 347.

No *Boletim Municipal* n.º 1212, datado de 2017/05/11, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1427/DMMT/DGMT/17.

1973/CML - Transportes F. M. Santos Lopes, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 1623.

No *Boletim Municipal* n.º 1212, datado de 2017/05/11, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1395/DMMT/DGMT/17.

15 898/CML - Táxis Luar de Âncora, Ltd.^a - Licença n.º 844.

No *Boletim Municipal* n.º 1226, datado de 2017/08/17, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 1425/DMMT/DGMT/17.

Retificações

No *Boletim Municipal* n.º 1230, a página 1993, onde se lê: 6676/DMSC/03 - Auto Táxis Fitrote, Ltd.^a - Licença n.º 240, deve ler-se: 6676/DMSC/03 - A. R. Bento, Ltd.^a - Licença n.º 240.

No *Boletim Municipal* n.º 1230, a página 1993, onde se lê: 27 552/CML/14 - Táxis Paulos & Susana, Ltd.^a - Licença n.º 1089, deve ler-se: 27 552/CML/14 - Táxis Paulos & Susana, Ltd.^a - Licença n.º 1423.

No *Boletim Municipal* n.º 1230, a página 1993, onde se lê: 15 900/CML/14 - Táxis Casablanca, Ltd.^a - Licença n.º 6, deve ler-se: 15 900/CML/15 - Táxis Casablanca, Ltd.^a - Licença n.º 6.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

Auto de vistoria para efeito de receção provisória

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.^a Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 83/P/2015, de 30 de julho de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1119, de 30 de julho de 2015):

Por despacho de 2017/09/19, foi homologado o Auto de vistoria para efeito de receção provisória da «Empreitada n.º 22/UCT/2017 - Requalificação do espaço público na Rua Francisco Stomp, no âmbito do Plano de Pormenor de Alvalade XXI», adjudicada à entidade Ferreira - Construção, S. A.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES

Auto de consignação dos trabalhos

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.^a Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 83/P/2015, de 30 de julho de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1119, de 30 de julho de 2015):

Por despacho de 2017/09/22, foi homologado o Auto de consignação dos trabalhos da «Empreitada n.º 3/UCT/

/DO/DEMIEM/17 - Remodelação do sistema de tratamento de ar novo do sistema AVAC do Edifício Municipal do Campo Grande, 25 - Substituição da UTAN4», adjudicada à entidade SOTÉCNICA - Sociedade Eletrotécnica, S. A.

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

DIVISÃO DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO LOCAL

Processos despachados

Por despacho do diretor de Departamento, Dr. Tiago Ramos:

Deferidos

324/CSE - F - José Daniel Pinto - Pedido de permuta do lugar n.º 17/C para o lugar n.º 15/C - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 38 713/DPDL/GESTURBE/2017.*

336/CSE - F - João Carlos Rafael Balão - Pedido de reatribuição da licença de ocupação - Lugar n.º 106/G - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 38 812/DPDL/GESTURBE/2017.*

340/CSE - F - Elsa Maria Pacheco Olival Balau Lopes - Pedido de permuta do lugar n.º 57/59/C para o lugar n.º 17A/B - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 39 456/DPDL/GESTURBE/2017.*

341/CSE - F - Luís Miguel Soares - Pedido de aumento de espaço comercial - Lugar n.º 76/C - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 40 203/DPDL/GESTURBE/2017.*

342/CSE - F - Harminder Singh - Pedido de aumento de espaço comercial - Lugar n.º 80/C - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 40 201/DPDL/GESTURBE/2017.*

5729/EXP - Ritualfiction, Ltd.ª - Cessão de posição contratual para Livre Oásis, Ltd.ª - Rua da Praia da Vitoria, junto ao Hotel Evolution. - *Nos termos da Informação n.º 31 645/DPPEP/GESTURBE/2017.*

5736/EXP - Ritualfiction, Ltd.ª - Cessão de posição contratual para Livre Oásis, Ltd.ª - Rua Fontes Pereira de Melo - Picoas. - *Nos termos da Informação n.º 31 701/DPPEP/GESTURBE/2017.*

Por despacho da chefe de divisão (subdelegação de acordo com o Despacho n.º 4/UCT/DEPEP/2015, de 30 de dezembro de 2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1141, 4.º Suplemento):

Deferido

333/CSE - F - Luísa Maria Vicente Lopes - Pedido de permuta do espaço comercial - Lugar n.º 90/IX para o lugar 82/II - Feira da Ladra. - *Nos termos da Informação n.º 38 286/DPDL/GESTURBE/2017.*

Indeferido

325/CSE - F - Maria Teresa Alves Santos - Pedido de aumento de espaço comercial - Lugar n.º 109/E - Feira do Relógio. - *Nos termos da Informação n.º 37 261/DPDL/GESTURBE/2017.*

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NORTE

BRIGADA LX NORTE

Despacho n.º 5/UCT/UITN/BLXN/2017

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade das funções e competências que me foram atribuídas, nomeadamente:

Competências inerentes à minha função de chefe de divisão da Brigada LX Norte, da Unidade de Intervenção Territorial Norte, nos termos do Despacho n.º 43/P/2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1111, de 04/06;

De acordo com as atribuições da Unidade Orgânica Flexível Brigada LX Norte (Divisão), publicadas no artigo 4.º, Aviso n.º 5552/2015, publicado no «Diário da República», 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio.

Subdelego, nos termos do artigo 42.º do CPA, as minhas competências na seguinte técnica superior:

- Arq.ª Ângela Maria Calado Rodrigues.

As referidas competências ficam subdelegadas durante o período de gozo de férias, compreendido entre os dias 28 e 29 do mês setembro de 2017.

Lisboa, em 2017/09/22.

A chefe de divisão,
(a) Sandra Somsen

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL ORIENTAL

BRIGADA LX ORIENTAL

Auto de vistoria para efeito de receção definitiva parcial n.º 1

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.ª Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 83/P/2015, de 30 de julho de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1119, de 30 de julho de 2015):

Por despacho de 2017/09/22, foi homologado o Auto de vistoria para efeito de receção definitiva parcial n.º 1 da «Empreitada n.º 1/UCT/UITOR/2015 - Obras de

conservação e manutenção dos madeiramentos do Jardim Garcia da Orta, Talhão de Coloane», adjudicada à entidade Lourenda - Construção Civil, Unipessoal, Ltd.^a.

Auto de vistoria para efeito de consignação da obra

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.^a Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 83/P/2015, de 30 de julho de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1119, de 30 de julho de 2015):

Por despacho de 2017/09/22, foi homologado o Auto de vistoria para efeito de consignação da obra da «Empreitada n.º 20/UCT/UITOR/2017 - Melhoramento das acessibilidades e mobilidade na Rua Luiz Pacheco», adjudicada à entidade Tosvec.

Auto de vistoria para efeito de receção provisória

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.^a Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 83/P/2015, de 30 de julho de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1119, de 30 de julho de 2015):

Por despacho de 2017/09/22, foi homologado o Auto de vistoria para efeito de receção provisória da «Empreitada n.º 48/UCT/UITOR/2016 - Obras de conservação e manutenção e melhoria de acessibilidades de pavimentos no Bairro das Amendoeiras na Zona Oriental da cidade», adjudicada à entidade TOSVEC - Sociedade de Empreitadas e Construções, Ltd.^a.

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO

Processos arquivados

Por despacho da diretora de departamento da UITCH, de 2015/11/13 (por subdelegação de competências constante no Despacho n.º 8/UCT/2015, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1136, de 26 de novembro de 2015):

655/RLU - Rua da Lapa, 69-A - Por despacho dado em 2017/07/25. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do*

artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

660/RLU - Travessa dos Fiéis de Deus, 39/41 - Por despacho dado em 2017/07/27. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

663/RLU - Rua do Norte (Bairro Alto), 117/119 - Por despacho dado em 2017/07/27. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

354/RLU/12 - Pátio Sedas (Rua de Campo de Ourique, 224), 1/3-A - Por despacho dado em 2017/08/22. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

690/RLU - Rua dos Cordoeiros, 28/32 - Por despacho dado em 2017/08/29. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

692/RLU - Travessa do Oleiro, 11/15 - Por despacho dado em 2017/08/29. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

713/RLU - Rua do Vale, 3/3-A - Por despacho dado em 2017/09/01. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). Arquive-se o processo e posterior envio à DAM.*

13/RLU/13 - Rua da Atalaia, 74/76 - Por despacho dado em 2017/07/27. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 112.º de Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 (CPA). À Secretaria para atualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.*

**OS INTERESSADOS
PODERÃO CONSULTAR
OS RESPECTIVOS
PROCESSOS**

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Modelo de Anúncio do Concurso Público

Declaração de prorrogação de prazo de Anúncio

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE:

NIF e designação da entidade adjudicante:

500051070 - Município de Lisboa.

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local.

Endereço: Edifício Central do Município, Campo Grande, 25 - 6.º piso, bloco A.

Código postal: 1749-099.

Localidade: Lisboa.

Endereço eletrónico: dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

2 - OBJETO DO CONTRATO:

Designação do contrato: Concessão, com financiamento, conceção, projeto, construção/reabilitação, conservação e exploração de bens imóveis do Município de Lisboa, no âmbito do «Programa Renda Acessível», sítios na Rua Gomes Freire - Processo n.º 49/CPI/DA/CCM/2017.

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

9.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

Academia de Informática (<http://www.acingov.pt/acingov/>).

Link de contexto: <http://www.acingov.pt>.

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO «DIÁRIO DA REPÚBLICA»:

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim.

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Aviso de prorrogação de prazo - Por deliberação do júri de 2017/09/22, foram retificadas as peças do procedimento, ao abrigo do disposto no artigo 50.º, n.º 3 do Código

dos Contratos Públicos (CCP) e ao abrigo do artigo 64.º, n.º 3 do CCP foi prorrogado o prazo inicial fixado para a apresentação das propostas, indicado no DRE n.º 164, II Série, de 2017/08/25 (Anúncio do Procedimento do DRE n.º 7282/2017 e no JOUE 2017/S 164-338161, de 2017/08/29). Assim, por motivos de prorrogação, o prazo de apresentação das propostas termina às 19h00 do dia 2017/10/25, ficando designado o dia 2017/10/26, pelas 10h00, para abertura das propostas e demais formalidades. Por força do determinado no artigo 64.º, n.º 4 do CCP publica-se o presente aviso, estando a ata do Júri acessível na plataforma eletrónica "AcinGov". Regime de contratação: Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01.

18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO:

Nome: *Maria de Fátima Enteiriço da Costa*.

Cargo: Chefe de divisão da Central de Compras Municipal.

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1217/UCT/UITC/2017

Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por minha solicitação foi realizada, em 2017/03/21, uma vistoria à Igreja, sito na Rua de São José, no âmbito do processo n.º 270/RLU/2017, tendo sido preteridos todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 8 do mesmo artigo.

2 - Da vistoria resultou a elaboração do Auto n.º 278/AUT/UITC/GESTURBE/2017, tendo sido constatada:

- Necessidade de ser colocada uma pala de proteção a toda a volta da torre da Igreja, de modo a evitar que as coberturas da Igreja e dos edifícios contíguos possam ser atingidas pela queda de materiais provenientes da mesma, designadamente das paredes e da cornija;
- Por questões de segurança, deverão ser removidos, provisoriamente, os sinos da torre da Igreja, à exceção do sino virado para a Rua de São José (sino de maior dimensão), enquanto não forem executados os trabalhos de reparação e de consolidação das paredes onde encastram os referidos sinos;
- Ainda por questões de segurança, enquanto não forem efetuados os trabalhos de reparação e de consolidação das paredes dos vãos onde encastram os sinos, bem como

os trabalhos de reparação da cornija e do paramento exterior da torre, não deverão por questões de segurança ser utilizados os seguintes espaços:

- Igreja de São José, situada na Rua de São José;
- Quarto da trapeira confinante com a torre da Igreja (contíguo à casa de banho), do último andar da Rua de São José, 96;
- Zona do quarto confinante com a torre da Igreja, situada por baixo do vão de iluminação/ventilação do teto/cobertura, do 3.º andar da Rua da Fé, 55.

d) A necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

Não foram efetuadas as fichas de avaliação do estado de conservação do edifício, em virtude da vistoria ter sido realizada com preterição de formalidades, tendo apenas incidido sobre as zonas do edifício estruturalmente afetadas por forma a identificar as patologias que necessitam de uma intervenção urgente e inadiável, pelo que a sua avaliação apenas poderia fazer referência ao nível de anomalia de alguns elementos funcionais, podendo ter como consequência a atribuição de um nível de conservação que não refletisse o real estado do imóvel.

3 - Na sequência da referida vistoria, bem como da audiência prévia, efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 201/07/13, exarado na Informação n.º 31 516/INF/UITC/GESTURBE/2016:

- a) A remoção, provisoriamente, dos sinos da torre da Igreja, à exceção do sino virado para a Rua de São José (sino de maior dimensão), enquanto não forem executados os trabalhos de reparação e de consolidação das paredes onde encastram os referidos sinos, com o prazo de 15 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da data de notificação e com o prazo de 15 dias úteis para a sua conclusão;
- b) A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da data de notificação e com o prazo de 120 dias úteis para a sua conclusão.

4 - A decisão constante do presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

5 - Foi notificado(a) o(a) mandatário(a) da Igreja de São José dos Carpinteiros, para a remoção, provisoriamente, os sinos da torre da Igreja, à exceção do sino virado para a Rua de São José (sino de maior dimensão) e para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos no ponto 3.

6 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

7 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, acompanhado de cópia do documento de identificação do técnico autor de projeto, cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto e declaração válida da associação profissional do técnico autor de projeto, reconhecendo a qualificação para a responsabilidade assumida;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P., acompanhado do seguro de responsabilidade civil e do seguro de acidentes de trabalho;
- Apresentar livro de obra e plano de segurança e saúde;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, deverá ser entregue projeto de ocupação de via pública nos Serviços de Atendimento, para obter a respetiva licença.

8 - Mais se informa de que:

- Caso não cumpra, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 391/AML/2016, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1193, de 2016/12/29;
- Igualmente, enquanto não forem concluídas as referidas obras, o valor anual da Taxa Municipal de Proteção Civil é de 0.3 %, conforme previsto no n.º 2 do artigo 63.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

9 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 anos ou 5, respetivamente;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

10 - Sem prejuízo do exposto, deve continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsável por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2017/09/05.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1261/UCT/UITCH/2017

Torna-se público terem sido notificados os proprietários e arrendatários do prédio, sito na Rua do Vigário, 62 a 66, de que:

- 1 - Foi determinada a posse administrativa do prédio em referência para execução coerciva pela Câmara Municipal de Lisboa das obras correspondentes às medidas cautelares intimadas aos proprietários e às quais os mesmos não deram cumprimento;
- 2 - Foram, ainda, os proprietários notificados de, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, terem sido notificados os arrendatários do imóvel para procederem ao depósito das rendas à ordem da Câmara Municipal de Lisboa;

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2017/09/15 e exarado na Informação n.º 41 948/ /INF/UITCH/GESTURBE/2017, constante do processo n.º 694/RLU/2017, com base nos seguintes fundamentos:

- Nos artigos 91.º e 107.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem à Câmara competência para tomar posse administrativa do imóvel, para o efeito de mandar proceder à execução imediata das obras, cujos prazos de início ou de conclusão fixados não tenham sido cumpridos;
- No incumprimento da intimação que lhe foi notificada através do Ofício n.º 10717/OFI/UITCH/GESTURBE/2017, de 2017/08/25;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

4 - Considerando a urgência na decisão, face ao risco para a segurança de pessoas e bens, não houve lugar a audiência de interessados da tomada de posse administrativa, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 124.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01;

5 - Mais se torna público que, de acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 08/08, para a execução das obras, foi elaborado um orçamento e definido o seu custo no valor de 6000 euros (seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

6 - Ao valor das obras será acrescentado o valor correspondente aos alojamentos necessários para a execução das obras, de acordo com o artigo 108.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;

7 - No final das obras será apresentada aos proprietários a respetiva conta, que servirá de título executivo, na falta de pagamento voluntário, de acordo com o artigo 108.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

Lisboa, em 2017/09/18.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1263/UCT/UITCH/2017

Intimação para execução de medidas cautelares e obras de conservação urgentes

Torna-se público de que:

1 - Em 2017/09/01, o Serviço Municipal de Proteção na sequência da ocorrência com o Registo n.º 201711841, sobre derrocada de parte do revestimento da caixa de escada entre

o r/c e o 1.º andar do imóvel, sito na Rua Possidónio da Silva, 22, solicitou o agendamento e a comparência de uma equipa técnica para a realização urgente de uma vistoria, sendo por minha determinação, de 2017/09/01, realizada no mesmo dia, uma vistoria ao referido edifício, tendo-se constatado de acordo com o descrito no Auto de vistoria (841/AUT/UITCH/GESTURBE/2017), que consta do Processo n.º 715/RLU/2017, que:

O prédio é recuperável;

A derrocada ocorreu apenas entre o r/c e 1.º andar, deixando à vista a fragilidade/apodrecimento da estrutura de madeira e muitos elementos de alvenaria desagregados, contudo suspensos por se encontrarem ainda agarrados à tubagem da instalação de água e à estrutura de madeira apodrecida, apresentando os mesmos risco eminente de queda. É de referir ainda que a redução da secção na zona aluída compromete a estabilidade na mesma parede ao nível dos andares superiores.

Como medidas cautelares deverá ser determinada:

- A contenção da parede de frontal, assim como o escoramento das escadas;
- A remoção imediata dos escombros e de todos os elementos que se encontram em risco de queda na caixa de escada.

Deverão, ainda, ser executadas urgentemente as obras de:

- Reconstrução/reforço das paredes de frontal afetadas pela derrocada, assim como a revisão da estrutura de madeira das escadas e a revisão/execução das instalações técnicas do edifício;
- Reparação dos cunhais, assim como a reparação das zonas com alvenaria desagregada e aluída da fachada posterior.

Para além dos trabalhos descritos no Auto de vistoria deverão ser igualmente efetuados todos os que no decorrer da obra se venham a verificar necessários e corrigidas as deficiências, de forma a garantir as condições de segurança e de salubridade do edifício.

Verificou-se ainda a total inexistência de condições de segurança para a permanência de pessoas no imóvel até serem repostas todas as condições de segurança e de habitabilidade.

2- Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários do imóvel para:

- Executarem as medidas cautelares constantes dos pontos 3.1 e 3.2 do Auto de vistoria necessárias à correção das deficiências, com o prazo de 15 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão;
- Executarem urgentemente as obras constantes dos pontos 4.1 e 4.2 do Auto de vistoria necessárias à correção das deficiências, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 90 dias úteis para a sua conclusão.

3- A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2017/09/14, exarado na Informação n.º 40536/INF/UITCH/GESTURBE/2017, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete à Câmara competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação, necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

4- Atendendo à urgência na atuação, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a segurança de pessoas e bens:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 8 do mesmo artigo.

5- Foram, ainda, notificados os proprietários de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado, será instaurado processo de contraordenação nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

6- Mais se notificou os interessados da total inexistência de condições mínimas de segurança e salubridade para a permanência de pessoas no edifício, até serem repostas todas as condições de segurança e habitabilidade.

7- Informou-se, ainda, de que:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 391/AML/2016, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1193, de 2016/12/29;

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2017/09/20.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1271/UCT/UITCH/2017

Indeferimento de pedido de prorrogação de prazo

Torna-se público de que:

Nos termos e para os efeitos do artigo 114.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foram notificados os proprietários dos imóveis, sítos na Avenida 24 de Julho, 134/142-F, Travessa da Cruz da Rocha, 1 e Travessa da Cruz da Rocha, 1-A, de que o pedido de prorrogação de prazo de 40 dias úteis para o início das obras intimadas e solicitado pelos proprietários do edifício da Travessa da Cruz da Rocha, 1, constante do processo 538/RLU/2017, foi Indeferido.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2017/09/14, exarado na Informação n.º 40967/INF/UITCH/GESTURBE/2017, ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

Atendendo à urgência na decisão com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a segurança de pessoas e bens, decorrente da situação de insegurança descrita no Auto de vistoria, não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 7 janeiro.

Lisboa, em 2017/09/21.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1277/UCT/UITCH/2017

Indeferimento de pedido de prorrogação de prazo

Torna-se público de que:

Nos termos e para os efeitos do artigo 66.º do Código de Procedimento Administrativo, foi notificado o Representante Legal da Sociedade proprietária do imóvel, sito na Travessa de Santo António, a Santos, 24, de que o pedido de prorrogação de prazo para início das obras por 6 meses, e constante do processo 1037/RLU/2013, foi Indeferido.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2017/09/14, exarado na Informação n.º 39375/INF/UITCH/GESTURBE/2017, ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

Lisboa, em 2017/09/22.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1283/UCT/UITCH/2017

Intimação para execução de obras de conservação, reabilitação, reposição do local de acordo com o projeto aprovado e atribuição dos níveis de conservação

Torna-se público de que:

1 - Por determinação do então chefe da Divisão Centro Histórico - Campo de Ourique/Lapa, Arq.º António Pessoa, de 2015/02/04, foi realizada uma vistoria ao edifício, sito na Rua Vicente Borga, 31/31-A, em 2016/10/06, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria (Parecer n.º 1153/AUT/UITCH/GESTURBE/2016), e respetivas fichas de avaliação do estado de conservação e que constam do Processo n.º 222/RLU/2015:

a) Atribuído:

- O nível de conservação ao edifício, frações e espaços funcionalmente distintos que foram vistoriados.

b) Constatado:

- A necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas;

- A necessidade de executar obras de reabilitação para correção das deficiências descritas, por forma a restituir as características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva da fração do r/c do n.º 31-A, cujo nível de conservação apurado é de 2;
- A existência de obras de alteração não licenciadas e/ou em violação das normas legais e regulamentares aplicáveis.

2 - Na sequência da referida vistoria foram:

a) Atribuídos os níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e nas respetivas fichas de avaliação:

- *Avaliação do edifício (Partes comuns):*

- Ficha 3679;
- Nível de conservação: 3;
- Estado de conservação: Médio.

- *Avaliação do fogo correspondente ao r/c do n.º 31-A:*

- Ficha 3679-246643;
- Nível de conservação: 2;
- Estado de conservação: Mau.

- *Avaliação do fogo correspondente ao 1.º andar do n.º 31:*

- Ficha 3679-246641;
- Nível de conservação: 3;
- Estado de conservação: Médio.

- *Avaliação do fogo correspondente ao 2.º andar do n.º 31:*

- Ficha 3679-246642;
- Nível de conservação: 3;
- Estado de conservação: Médio.

b) Determinado intimar o proprietário do imóvel para:

- Executar as obras de conservação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 10 meses para a sua conclusão;
- Executar as obras de reabilitação necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria por forma a restituir as características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, da fração do r/c do n.º 31-A, cujo nível de conservação apurado é de 2, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 10 meses para a sua conclusão;
- Executar as obras necessárias à reposição do local de acordo com o projeto aprovado e de acordo com as normas legais e regulamentares por forma a corrigir as desconformidades descritas no ponto 7 do Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 10 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2017/09/14, exarado na Informação n.º 39 824/INF/UITCH/GESTURBE/2017, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Nos artigos 6.º e 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e respetiva regulamentação;
- No artigo 35.º, n.º 2, alínea k) ii da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do artigo 106.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efetuadas sem licença;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 e do n.º 3 do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

4 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Foi, ainda, notificado de que:

- Caso não cumpra, no prazo estabelecido, o determinado, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual;
- Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

6 - Informou-se, ainda, de que:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 391/AML/2016, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1193, de 2016/12/29;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbana, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2017/09/25.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

AVISOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 65/2017

Abertura do procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo com problemas de dependências

O Departamento para os Direitos Sociais (DDS), da Câmara Municipal de Lisboa, torna pública a abertura de procedimento concursal para atribuição de financiamento municipal a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo com a problemática das dependências, previsto no Programa Municipal para

a Pessoa Sem-Abrigo - PMPSA, aprovado pela Deliberação n.º 629/CM/2015, de 2015/10/28, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1132, de 2015/10/29, a desenvolver no concelho de Lisboa, nos termos das respetivas Regras concursais, aprovadas pela Deliberação n.º 544/CM/2017, de 2017/07/26, publicadas no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1223, seguidamente reproduzidas:

I - Destinatários do procedimento concursal:

Podem submeter candidaturas ao presente procedimento concursal as instituições particulares de solidariedade social e as que lhe são legalmente equiparadas, bem como as associações, fundações e outras pessoas coletivas privadas de âmbito social sem fins lucrativos.

É permitida a apresentação de candidaturas conjuntas, cumpridas que individualmente estejam as condições gerais de acesso, considerando-se as entidades que as apresentam solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas perante o Município, para todos os efeitos.

II - Condições gerais de acesso:

As condições de acesso são as exigidas no artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML), publicado no 7.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 771, de 27 de novembro de 2008, devendo, obrigatoriamente, os candidatos estar inscritos na base de dados referida no artigo 6.º daquele Regulamento ou formalizar inscrição na mesma, nos termos ali previstos.

III - Área geográfica a abranger pelo projeto:

O projeto submetido a Concurso deve abranger, exclusivamente, o território da cidade de Lisboa, de acordo com o arrendamento que se revelar disponível.

IV - Âmbito e condições do projeto:

O projeto submetido a Concurso deve, sob pena de exclusão, contemplar a totalidade das intervenções previstas no Anexo I às presentes Regras, com observação dos termos e condições respetivos.

O projeto deve ter a duração de 12 meses.

V - Limites e condições de financiamento:

O limite máximo de financiamento a atribuir ao projeto vencedor no âmbito do presente procedimento corresponde a 146 000 euros (cento e quarenta e seis mil euros).

São elegíveis as despesas previstas no Anexo II às presentes Regras desde que, constando do orçamento que integra a candidatura, sejam necessárias à execução do projeto e que com ele tenham ligação direta. Excecionalmente, podem

vir a ser consideradas elegíveis para comparticipação, em sede de avaliação dos relatórios finais de execução física e financeira, outras despesas consideradas, cumulativamente, imprevisíveis e essenciais à boa execução dos projetos, não podendo ocorrer, em caso algum, ampliação do montante do apoio financeiro inicialmente atribuído.

O financiamento obedece ao seguinte plano de pagamentos:

- a) 1.ª prestação, correspondente a 60 % do montante total, após outorga do respetivo Contrato-programa;
- b) 2.ª prestação, correspondente a 20 %, após validação da avaliação intermédia da execução física do projeto;
- c) 3.ª prestação, correspondente a 20 %, após validação do relatório final de execução física e financeira, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa.

Verificando-se desvio ou incumprimento meramente parcial na execução da componente física do projeto, resultante de ato ou facto não imputável a título doloso ou negligente, pode ser determinada retenção de verbas por liquidar ou até devolução parcial de verbas já transferidas de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as Partes, sendo levada em consideração tanto a parte da componente física que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.

Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização de despesas orçamentadas, ou o recebimento de outros apoios não declarados aquando da apresentação do pedido, podem importar igualmente à retenção ou devolução de verba na proporção da respetiva execução.

A constatação de sobreposição de financiamento público ao projeto importa a redução do financiamento municipal a conceder ou mesmo já concedido, de forma a evitar duplo financiamento.

VI - Período de apresentação da candidatura:

O período dentro do qual pode ser apresentada a candidatura inicia-se no dia seguinte ao da publicação do respetivo Aviso em *Boletim Municipal* e termina decorridos 15 (quinze) dias úteis.

VII - Formalização da candidatura:

A candidatura é formalizada através do preenchimento do formulário constante do Anexo III às presentes Regras e é obrigatoriamente acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- 1 - Fotocópia dos documentos que comprovem a constituição regular da entidade, dos respetivos Estatutos e ainda da ata de eleição dos Órgãos Sociais em exercício;
- 2 - Certidões comprovativas da situação tributária e contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social, respetivamente, válidas à data, ou autorização para consulta desta matéria;

3 - Fotocópia dos relatórios de atividade e contas do exercício económico do ano anterior, bem como da respetiva ata de aprovação no caso de esta já ter ocorrido até ao termo do prazo previsto para apresentação de candidaturas;

4 - Memória descritiva do projeto candidato, onde conste:

- a) Descrição pormenorizada do projeto, com referência a objetivos gerais e específicos, metas e resultados esperados;
- b) Experiência de intervenção específica em anos anteriores no Modelo *Housing First*, na área dos sem-abrigo com problemas de Dependências, com referência aos resultados obtidos;
- c) Parcerias garantidas e/ou previstas para o projeto;
- d) Recursos humanos (currículos com menção expressa da qualificação académica dos técnicos que vão integrar o projeto);
- e) Meios logísticos a afetar (veículos, meios de comunicação móveis, entre outros).

5 - Orçamento discriminado do projeto.

Sem prejuízo de poder também ser usada durante a fase de monitorização da execução do projeto, a informação constante da memória descritiva e do orçamento destina-se primariamente à avaliação das candidaturas, sendo os candidatos exclusivamente responsáveis pela sua perfeição e exatidão.

O formulário de candidatura e os documentos que o acompanham são entregues no Departamento para os Direitos Sociais, sito no Campo Grande, 25, 7.ª-A - 1749-099 Lisboa, ou remetidos para dds@cm-lisboa.pt.

Os candidatos ficam obrigados à prestação de esclarecimentos e à apresentação de documentos adicionais que se revelem necessários à correta avaliação das candidaturas, no prazo máximo de 10 dias úteis após notificação para o efeito, constituindo a recusa fundamento bastante para a exclusão daquelas.

As notificações são efetuadas por correio registado remetido para a morada indicada na candidatura e/ou para o respetivo endereço eletrónico, com comprovativo de entrega, quando indicado.

VIII - Seleção de candidaturas:

A apreciação das candidaturas é efetuada e valorada de acordo com os seguintes critérios de seleção, tendo presentes as ponderações constantes do Anexo VI às presentes Regras:

- a) Qualidade da candidatura;
- b) Experiência em intervenções similares;
- c) Consistência do projeto de gestão;
- d) Capacidade da Equipa Técnica, demonstrada através dos respetivos currículos;
- e) Capacidade logística (viaturas e outros meios afetos ao projeto).

A verificar-se empate nas pontuações preferirão os projetos que, tendo merecido avaliação positiva em projetos de *Housing First* na área de intervenção dos Sem-Abrigo com problemas de Dependências, nos últimos três anos (2014 a 2016).

A decisão final compete à Câmara Municipal de Lisboa, nos termos legais.

IX - Monitorização do projeto:

A monitorização dos projetos compete à CML, devendo para o efeito cada entidade vencedora remeter mensalmente à Equipa do Programa Municipal para as Pessoas Sem-Abrigo (PMPSA) do Departamento para os Direitos Sociais, por correio eletrónico ou em suporte de papel, o modelo constante no Anexo IV às presentes Regras, devidamente preenchido.

X - Instrumento de concretização do financiamento:

Os termos e condições de financiamento do projeto vencedor constarão de Contrato-programa conforme Anexo V às presentes Regras.

XI - Prorrogação da execução inicial do projeto:

Sem prejuízo do referido no ponto IV das presentes Regras quanto à duração do projeto, que corresponde a um ano, a execução do mesmo pode ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, até ao limite de 3 (três) anos, dependendo tal prorrogação, cumulativamente, de avaliação positiva efetuada pelo Serviço Municipal competente, de dotação orçamental que permita o cumprimento das normas legais relativas à assunção de compromissos financeiros e ainda de deliberação da Câmara Municipal que expressamente a determine.

Lisboa, em 2017/09/27.

O Vereador,
(a) *João Afonso*

ANEXO I

1 - Intervenções pretendidas:

- a) Garantir o acesso às pessoas sem abrigo com dependências associadas, a uma habitação individualizada e integrada na comunidade, até ao limite de 25 (vinte e cinco) vagas;
- b) Apoiar pessoas em situação de sem abrigo preferencialmente com problemas de Dependências, no arrendamento e manutenção de uma habitação individualizada estável e integrada na comunidade, disponibilizando ainda um conjunto diversificado de serviços de suporte no contexto habitacional e ligados com outros recursos da comunidade;
- c) Apoiar os participantes no sentido de assegurar a manutenção e a estabilidade dessas soluções habitacionais;
- d) Promover a redução de comportamentos de risco associado ao consumo de substâncias psicoativas e etílicas;
- e) Promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos participantes do projeto;
- f) Promover e acompanhar o desenvolvimento de outros projetos individuais ao nível educacional ou de emprego, promotores de uma maior participação social e de autonomia dos participantes no projeto;
- g) Remeter mensalmente a ficha de monitorização da movimentação de utentes;
- h) Enviar mensalmente os relatórios das reuniões com os utentes;
- i) Reunir trimestralmente com os técnicos que monitorizam o projeto da equipa PMPSA/CML.

2 – Horário pretendido: 24 horas por dia, 365 dias por ano.

3 – Recursos humanos e formação:

O Projeto tem como objetivo proporcionar uma habitação individualizada e integrada na comunidade a pessoas em situação de sem abrigo com problemas de dependências, disponibilizando apoio ao arrendamento e proporcionando um conjunto diversificado de serviços de suporte individualizados no contexto habitacional e na comunidade.

A Equipa Técnica de Acompanhamento garante a manutenção das habitações, serviços de suporte individual e habitacional disponíveis 24 horas por dia / 365 dias por ano, acompanhamento no contexto residencial (mínimo 1 visita semanal), redução de riscos e minimização de danos associados ao consumo de substâncias, bem como o apoio continuado e de longo prazo.

Esta Equipa apoia os participantes do projeto na procura e escolha de habitação na negociação e contratualização com os senhorios, na gestão e manutenção habitacional (confeção de refeições, limpeza da casa, roupa, compras, etc), na obtenção de apoios sociais (identificação e desbloqueamento de apoios como: rendimento social de inserção, pensão social e outros), na ligação aos recursos e serviços da comunidade (supermercados, transportes, serviços de saúde, centros desportivos e lazer), nos cuidados pessoais e de saúde (identificação de prioridades e acompanhamento aos serviços competentes), na elaboração dos planos de desenvolvimento individuais - PDI (definição e concretização de projetos ao nível profissional, educacional, de formação, atividades desportivas ou outras).

A Equipa Técnica de Acompanhamento deve ser constituída, pelo menos, por 3 técnicos superiores com formação na área das Ciências Sociais e Humanas (preferencialmente com formação em Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Antropologia ou Educação Social).

4 - Para efeitos de avaliação da execução física das intervenções pretendidas serão considerados os seguintes indicadores:

- Manter sempre a taxa de ocupação das habitações individualizadas, entre os 75% e os 100%;
- O nº de casas arrendadas deve ser superior a 70% das vagas;
- Proporcionar a, pelo menos, 80 % dos participantes no projeto a inclusão num programa de suporte, com recursos da comunidade, nomeadamente ao nível ocupacional, cívico, educacional ou de emprego;

- Remeter atempadamente à orgânica Equipa do PMPSA /CML responsável pelo acompanhamento do projeto, os elementos relativos à monitorização mensal obrigatória;
- A Equipa técnica deve acompanhar no domicílio, todos os utentes, no mínimo, uma vez por semana;
- A Equipa técnica deve reunir com todos os participantes no projeto, para a reflexão e avaliação, elaborando relatório, com periodicidade mínima semanal;
- Avaliar anualmente, através de questionário facultado pela orgânica da CML responsável pelo acompanhamento do projeto, a satisfação e a qualidade de vida dos utentes.

ANEXO II

DESPESAS ELEGÍVEIS

RH*	3 técnicos
Casas	Renda, electricidade e água
	Reparações e equipamentos
	Seguro (incêndio)
Funcionamento	Comunicações
	Despesas Administrativas
	Deslocações
	Contabilidade

*RH-previsto para 25 utentes

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

Procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo com problemas de Dependências

Designação da entidade concorrente: _____

Personalidade Jurídica: _____

Morada/sede: _____ Código Postal: _____ - _____

Localidade: _____ Freguesia _____ Telefone fixo: _____

Telemóvel: _____ Endereço Eletrónico para Notificações: _____

NIF/NIPC: _____ N.º de registo na BDAA: _____

A representada do (s) declarante (s) obriga-se a executar a totalidade das intervenções referidas no Anexo I às Regras do Procedimento Concursal em epígrafe, nos precisos termos e condições ali previstos.

Documentos anexos ao presente formulário:

☐ Fotocópia dos documentos que comprovem a constituição regular da entidade, dos respetivos Estatutos e ainda da ata de eleição dos Órgãos Sociais em exercício

☐ Certidões comprovativas da situação tributária e contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social, respetivamente, válidas nesta data, ou autorização para consulta desta matéria

☐ Fotocópia dos relatórios de atividade e contas do exercício económico do ano anterior, bem como da respetiva ata de aprovação no caso de esta já ter ocorrido até ao termo do prazo previsto para apresentação de candidaturas

☐ Memória descritiva da proposta candidata (com os elementos exigidos nas Regras do Procedimento)

☐ Orçamento discriminado do projeto

☐ Outros _____

Lisboa, ____/____/____

O(s) representante(s) legal (ais) da entidade concorrente,

ANEXO IV

(Tabela de monitorização trimestral a que se refere o Ponto IX das Regras do Procedimento)



Mês de _____ 2017

Instituição: _____

[illegible]

Nº de vagas a / / 2017	
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

* Entradas

*** Saídas**

* Entrada e saída no decorrer do mesmo mês.

ANEXO V
(Modelo de contrato-programa)

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro;

e

O ..., pessoa coletiva n.º ..., com sede em ..., representado por ... e por ..., na qualidade de ... e ..., respetivamente, ambos com poderes para o efeito e adiante designado como Segundo(a) Outorgante,

É celebrado o presente contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato-Programa

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio financeiro para a execução do Projeto, no âmbito do **Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo - PMPSA**, a realizar no Município de Lisboa, nos termos da candidatura apresentada pelo(a) Segundo(a) Outorgante ao procedimento concursal respetivo que faz parte integrante do presente contrato-programa.

Cláusula 2ª

Apoio Financeiro

1. O Primeiro Outorgante atribui ao (à) Segundo(a) Outorgante o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante total de ...€, de acordo com o plano de pagamentos previsto no número 3 da presente cláusula.
2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no orçamento apresentado pelo(a) Segundo(a) Outorgante em sede do pedido.
3. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) 1ª Prestação, correspondente a 60% do montante total, após outorga do respetivo contrato-programa;
 - b) 2ª Prestação, correspondente a 20 %, após validação da avaliação intermédia da execução física do projeto;

- c) 3^a Prestação, correspondente a 20 %, após validação do relatório final de execução física e financeira, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa.

Cláusula 3^a

Indicadores do Projeto

Na avaliação da execução física do projeto serão tidos em conta os indicadores constantes do ponto 4 do Anexo I do Aviso de abertura do procedimento concursal.

Cláusula 4^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cumprir as condições e os prazos de pagamento estipulados;
- b) Acompanhar a execução do projeto.

Cláusula 5^a

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante

- a) Executar o projeto apoiado nos termos e condições aprovados;
- b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- c) Apresentar um relatório intermédio com explicitação dos resultados alcançados, no prazo de 15 dias a contar no final do 1º semestre do projeto;
- d) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa, no prazo de 30 dias a contar da conclusão do projeto;
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Agir em conformidade com os objectivos do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo (PMPSA) e em articulação direta com o Núcleo de Planeamento e Intervenção à Pessoa Sem-Abrigo (NPISA);
- i) Remeter mensalmente a ficha de monitorização da movimentação de utentes;
- j) Enviar mensalmente os relatórios das reuniões com os utentes;
- k) Reunir trimestralmente com os técnicos que monitorizam o projeto da Equipa PMPSA/CML;
- l) Cumprir as demais obrigações que decorram do estabelecido no Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016-2018 (PMPSA);
- m) Publicitar a atividade objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo | Câmara Municipal de Lisboa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.

Cláusula 6ª

Auditoria

O projeto apoiado nos termos do presente contrato-programa pode ser sujeito a auditoria a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo o(a) Segundo(a) Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 7ª

Revisão ao Contrato-Programa

O presente contrato-programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 8ª

Incumprimento, Rescisão e Sanções

1 - O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

2 - Quando o incumprimento, sendo meramente parcial, resultar de ato ou facto não imputável ao Segundo Outorgante a título doloso ou negligente, pode ser determinada pelo Primeiro Outorgante a retenção de verbas por liquidar ou a devolução parcial de verbas já transferidas de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as partes, sendo levada em consideração tanto a parte da componente física que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.

3 - Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização, pelo Segundo Outorgante, de despesas orçamentadas, ou o recebimento de outros apoios não declarados aquando da apresentação do pedido, podem igualmente importar a retenção ou devolução de verba na proporção da respetiva execução.

4 - O incumprimento do presente contrato-programa pode constituir impedimento para a apresentação de novos pedidos de apoio por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

Cláusula 9ª

Vigência do Contrato-Programa

1 - O presente contrato-programa inicia-se com a sua celebração e vigorará por 12 meses, sem prejuízo das obrigações que devem persistir para além desse período.

2 - A renovação do presente contrato-programa apenas pode ter lugar nos termos previstos nas regras do procedimento concursal para atribuição do apoio.

3 – Com a entrada em vigor do presente contrato-programa ficam automaticamente revogados quaisquer outros contratos-programa, protocolos ou acordos celebrados pelas partes para os mesmos fins.

Cláusula 10ª
Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa aplica-se, subsidiariamente, o disposto nas regras do procedimento concursal para atribuição do apoio (incluindo anexos), no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa e na demais legislação geral ou especial que ao caso caiba.

Lisboa, de de 2017

O Primeiro Outorgante
O Vereador

O(a) Segundo(a) Outorgante

João Afonso

ANEXO IV

AVALIAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA FINANCIAMENTO DO HOUSING FIRST PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO COM A PROBLEMÁTICA DAS DEPENDÊNCIAS

PROCESSO N.º
ENTIDADE CANDIDATA -

Candidatura	Valor
Orçamento Total	
Orçamento Elegível	

1 - Critério de Valoração

Qualidade da candidatura	Valoração Quantitativa	Obs.
A candidatura contempla, para além das exigidas nas regras do procedimento, outras intervenções complementares	1	
A candidatura contempla, apenas, as intervenções exigidas nas regras do procedimento	0,5	

2 - Critério de Selecção

2.1 - Experiência na Intervenção	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
A entidade tem experiência superior a 5 anos com as pessoas em situação de sem-abrigo com problemática de Dependências	5	27,5%		
A entidade tem experiência superior a 3 anos com as pessoas em situação de sem-abrigo com problemática de Dependências	4			
A entidade tem experiência superior a 1 ano com as pessoas em situação de sem-abrigo com problemática de Dependências	3			
A entidade não tem experiência	0			

2.2 - Consistência do Projecto de Gestão ^{a)}	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" => 65% e "Recursos Humanos"=>30%	5	29,5%		a) Com referência aos recursos humanos contratados
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" < 65% ou "Recursos Humanos" < 30%	3			
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" < 50%	0			

2.3 - Capacidade da equipa técnica de acompanhamento ^{b)}	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Todos os RH com formação em áreas preferenciais	5	25,50%		b) Por referência ao ponto 3, do Anexo I
Pelo menos um RH com formação em área preferencial	3			
Só RH com formação em áreas não preferenciais	1			

2.4 - Capacidade Logística	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Tem viatura e meios de comunicação móveis afectos ao projecto	5	17,50%		
Não tem viatura mas tem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	3			
Tem viatura mas não tem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	1			
Não tem viatura nem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	0			

Classificação final do projecto	0,00
--	-------------

Fórmula: (1) x [(2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4)]

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 66/2017

Abertura do procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de doença mental

O Departamento para os Direitos Sociais (DDS), da Câmara Municipal de Lisboa, torna pública a abertura de procedimento concursal para atribuição de financiamento municipal a um projeto no âmbito do *Modelo Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de doença mental, previsto no Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo - PMPSA, aprovado pela Deliberação n.º 629/CM/2015, de 2015/10/28, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1132, de 2015/10/29, a desenvolver no concelho de Lisboa, nos termos das respetivas Regras concursais, aprovadas pela Deliberação n.º 545/CM/2017, de 2017/07/26, publicadas no 3.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1223, seguidamente reproduzidas:

I - Destinatários do procedimento concursal:

Podem submeter candidaturas ao presente procedimento concursal as instituições particulares de solidariedade social e as que lhe são legalmente equiparadas, bem como as associações, fundações e outras pessoas coletivas privadas de âmbito social sem fins lucrativos.

É permitida a apresentação de candidaturas conjuntas, cumpridas que individualmente estejam as condições gerais de acesso, considerando-se as entidades que as apresentam solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas perante o Município, para todos os efeitos.

II - Condições gerais de acesso:

As condições de acesso são as exigidas no artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML), publicado no 7.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 771, de 27 de novembro de 2008, devendo, obrigatoriamente, os candidatos estar inscritos na base de dados referida no artigo 6.º daquele Regulamento ou formalizar inscrição na mesma, nos termos ali previstos.

III - Área geográfica a abranger pelo projeto:

O projeto submetido a Concurso deve abranger, exclusivamente, o território da cidade de Lisboa, de acordo com o arrendamento que se revelar disponível.

IV - Âmbito e condições do projeto:

O projeto submetido a Concurso deve, sob pena de exclusão, contemplar a totalidade das intervenções previstas no Anexo I às presentes Regras, com observação dos termos e condições respetivos.

O projeto deve ter a duração de 12 meses.

V - Limites e condições de financiamento:

O limite máximo de financiamento a atribuir ao projeto vencedor no âmbito do presente procedimento corresponde a 146 000 euros (cento e quarenta e seis mil euros).

São elegíveis as despesas previstas no Anexo II às presentes Regras desde que, constando do orçamento que integra a candidatura, sejam necessárias à execução do projeto e que com ele tenham ligação direta. Excecionalmente, podem vir a ser consideradas elegíveis para comparticipação, em sede de avaliação dos relatórios finais de execução física e financeira, outras despesas consideradas, cumulativamente, imprevisíveis e essenciais à boa execução dos projetos, não podendo ocorrer, em caso algum, ampliação do montante do apoio financeiro inicialmente atribuído.

O financiamento obedece ao seguinte plano de pagamentos:

- a) 1.ª prestação, correspondente a 60 % do montante total, após outorga do respetivo Contrato-programa;
- b) 2.ª prestação, correspondente a 20 %, após validação da avaliação intermédia da execução física do projeto;
- c) 3.ª prestação, correspondente a 20 %, após validação do relatório final de execução física e financeira, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa.

Verificando-se desvio ou incumprimento meramente parcial na execução da componente física do projeto, resultante de ato ou facto não imputável a título doloso ou negligente, pode ser determinada retenção de verbas por liquidar ou até devolução parcial de verbas já transferidas de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as Partes, sendo levada em consideração tanto a parte da componente física que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.

Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização de despesas orçamentadas, ou o recebimento de outros apoios não declarados aquando da apresentação do pedido, podem importar igualmente à retenção ou devolução de verba na proporção da respetiva execução.

A constatação de sobreposição de financiamento público ao projeto importa na redução do financiamento municipal a conceder ou mesmo já concedido, de forma a evitar duplo financiamento.

VI - Período de apresentação da candidatura:

O período dentro do qual pode ser apresentada a candidatura inicia-se no dia seguinte ao da publicação do respetivo Aviso em *Boletim Municipal* e termina decorridos 15 (quinze) dias úteis.

VII - Formalização da candidatura:

A candidatura é formalizada através do preenchimento do formulário constante do Anexo III às presentes Regras e é obrigatoriamente acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- 1 - Fotocópia dos documentos que comprovem a constituição regular da entidade, dos respetivos Estatutos e ainda da ata de eleição dos Órgãos Sociais em exercício;
- 2 - Certidões comprovativas da situação tributária e contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social, respetivamente, válidas à data, ou autorização para consulta desta matéria;
- 3 - Fotocópia dos relatórios de atividade e contas do exercício económico do ano anterior, bem como da respetiva ata de aprovação no caso de esta já ter ocorrido até ao termo do prazo previsto para apresentação de candidaturas;
- 4 - Memória descritiva do proposta candidata, onde conste:

- a) Descrição pormenorizada do proposta, com referência a objetivos gerais e específicos, metas e resultados esperados;
- b) Experiência de intervenção específica em anos anteriores no Modelo *Housing First*, na área dos sem-abrigo, preferencialmente com problemas de saúde mental, com referência aos resultados obtidos;
- c) Parcerias garantidas e/ou previstas para o projeto;
- d) Recursos humanos (currículos com menção expressa da qualificação académica dos técnicos que vão integrar o projeto);
- e) Meios logísticos a afetar (veículos, meios de comunicação móveis, entre outros).

- 5 - Orçamento discriminado do projeto.

Sem prejuízo de poder também ser usada durante a fase de monitorização da execução do projeto, a informação constante da memória descritiva e do orçamento destina-se primariamente à avaliação das candidaturas, sendo os candidatos exclusivamente responsáveis pela sua perfeição e exatidão.

O formulário de candidatura e os documentos que o acompanham são entregues no Departamento para os Direitos Sociais, sito no Campo Grande, 25, 7.º-A - 1749-099 Lisboa, ou remetidos para dds@cm-lisboa.pt.

Os candidatos ficam obrigados à prestação de esclarecimentos e à apresentação de documentos adicionais que se revelem necessários à correta avaliação das candidaturas, no prazo máximo de 10 dias úteis após notificação para o efeito, constituindo a recusa fundamento bastante para a exclusão daquelas.

As notificações são efetuadas por correio registado remetido para a morada indicada na candidatura e/ou para o respetivo endereço eletrónico, com comprovativo de entrega, quando indicado.

VIII - Seleção de candidaturas:

A apreciação das candidaturas é efetuada e valorada de acordo com os seguintes critérios de seleção, tendo presentes as ponderações constantes do Anexo VI às presentes Regras:

- a) Qualidade da candidatura;
- b) Experiência em intervenções similares;
- c) Consistência do projeto de gestão;
- d) Capacidade da Equipa Técnica, demonstrada através dos respetivos currículos;
- e) Capacidade logística (viaturas e outros meios afetos ao projeto).

A verificar-se empate nas pontuações preferirão os projetos que, tendo merecido avaliação positiva em projetos de *Housing First* na área de intervenção dos Sem-Abrigo com problemas de doença mental, nos últimos três anos (2014 a 2016).

A decisão final compete à Câmara Municipal de Lisboa, nos termos legais.

IX - Monitorização do projeto:

A monitorização dos projetos compete à CML, devendo para o efeito cada entidade vencedora remeter mensalmente à Equipa do Programa Municipal para as Pessoas Sem-Abrigo (PMPSA), do Departamento para os Direitos Sociais, por correio eletrónico ou em suporte de papel, o modelo constante no Anexo IV às presentes Regras, devidamente preenchido.

X - Instrumento de concretização do financiamento:

Os termos e condições de financiamento do projeto vencedor constarão de Contrato-programa conforme Anexo V às presentes Regras.

XI - Prorrogação da execução inicial do projeto:

Sem prejuízo do referido no ponto IV das presentes Regras quanto à duração do projeto, que corresponde a um ano, a execução do mesmo pode ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, até ao limite de 3 (três) anos, dependendo tal prorrogação, cumulativamente, de avaliação positiva efetuada pelo Serviço Municipal competente, de dotação orçamental que permita o cumprimento das normas legais relativas à assunção de compromissos financeiros e ainda de deliberação da Câmara Municipal que expressamente a determine.

Lisboa, em 2017/09/27.

O Vereador,

(a) João Afonso

ANEXO I

1 - Intervenções pretendidas:

- a) Garantir o acesso às pessoas sem abrigo, preferencialmente com problemas de doença mental, a uma habitação individualizada e integrada na comunidade, até ao limite de 25 (vinte e cinco) vagas;
- b) Apoiar pessoas em situação de sem abrigo preferencialmente com problemas de doença mental, no arrendamento e manutenção de uma habitação individualizada estável e integrada na comunidade, disponibilizando ainda um conjunto diversificado de serviços de suporte no contexto habitacional e ligados com outros recursos da comunidade;
- c) Apoiar os participantes no sentido de assegurar a manutenção e a estabilidade dessas soluções habitacionais;
- d) Promover a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos participantes do projeto;
- e) Promover e acompanhar o desenvolvimento de outros projetos individuais ao nível educacional ou de emprego, promotores de uma maior participação social e de autonomia dos participantes no projeto;
- f) Enviar mensalmente os relatórios das reuniões com os utentes;
- g) Reunir trimestralmente com os técnicos que monitorizam o projeto da equipa CML/PMPSA.

2 – Horário pretendido: 24 horas por dia, 365 dias por ano.

3 – Recursos humanos e formação:

O Projeto tem como objetivo proporcionar uma habitação individualizada e integrada na comunidade a pessoas em situação sem abrigo, preferencialmente com problemas de doença mental, disponibilizando apoio ao arrendamento e proporcionando um conjunto diversificado de serviços de suporte individualizados no contexto habitacional e na comunidade.

A Equipa Técnica de Acompanhamento garante a manutenção das habitações, serviços de suporte individual e habitacional disponíveis 24 horas por dia/365 dias por ano, acompanhamento no contexto residencial (mínimo 1 visita semanal), bem como o apoio continuado e de longo prazo.

Esta Equipa apoia os participantes do projeto na procura e escolha de habitação na negociação e contratualização com os senhorios, na gestão e manutenção habitacional (confeção de refeições, limpeza da casa, roupa, compras, etc), na obtenção de apoios sociais (identificação e desbloqueamento de apoios como: rendimento social de inserção, pensão social ou outros), na ligação aos recursos e serviços da comunidade (supermercados, transportes, serviços de saúde, centros desportivos e de lazer), nos cuidados pessoais e de saúde (identificação de prioridades e acompanhamento aos serviços competentes), na elaboração dos planos de desenvolvimento individuais - PDI (definição e concretização de projetos ao nível profissional, educacional, de formação, atividades desportivas ou outras).

A Equipa Técnica de Acompanhamento deve ser constituída, pelo menos, por 3 técnicos superiores com formação na área das Ciências Sociais e Humanas (preferencialmente com formação em Serviço Social, Psicologia, Sociologia, Antropologia ou Educação Social).

4 - Para efeitos de avaliação da execução física das intervenções pretendidas serão considerados os seguintes indicadores:

- Manter sempre a taxa de ocupação das habitações individualizadas, entre os 75% e os 100%;
- O nº de casas arrendadas deve ser superior a 70% das vagas;
- Proporcionar a, pelo menos, 80 % dos participantes no projeto a inclusão num programa de suporte, com recursos da comunidade, nomeadamente ao nível ocupacional, cívico, educacional ou de emprego;
- Remeter atempadamente à orgânica Equipa do PMPSA/CML responsável pelo acompanhamento do projeto os elementos relativos à monitorização mensal obrigatória;
- A Equipa técnica deve acompanhar no domicílio, todos os utentes, no mínimo, uma vez por semana;
- A Equipa técnica deve reunir com todos os participantes no projeto, para a reflexão e avaliação, elaborando relatório, com periodicidade mínima semanal;
- Avaliar anualmente, através de questionário facultado pela orgânica da CML responsável pelo acompanhamento do projeto, a satisfação e a qualidade de vida dos utentes.

ANEXO II

DESPESAS ELEGÍVEIS

RH*	3 técnicos
Casas	Renda, electricidade e água
	Reparações e equipamentos
	Seguro (incêndio)
Funcionamento	Comunicações
	Despesas Administrativas
	Deslocações
	Contabilidade

*RH-previsto para 25 utentes

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

Procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a um projeto no âmbito do Modelo *Housing First* para pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de Saúde Mental

Designação da entidade concorrente: _____

Personalidade Jurídica: _____

Morada/sede: _____ Código Postal: _____ - _____

Localidade: _____ Freguesia _____ Telefone fixo: _____

Telemóvel: _____ Endereço Eletrónico para Notificações: _____

NIF/NIPC: _____ N.º de registo na BDAA: _____

A representada do (s) declarante (s) obriga-se a executar a totalidade das intervenções referidas no Anexo I às Regras do Procedimento Concursal em epígrafe, nos precisos termos e condições ali previstos.

Documentos anexos ao presente formulário:

☐ Fotocópia dos documentos que comprovem a constituição regular da entidade, dos respetivos Estatutos e ainda da ata de eleição dos Órgãos Sociais em exercício

☐ Certidões comprovativas da situação tributária e contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social, respetivamente, válidas nesta data, ou autorização para consulta desta matéria

☐ Fotocópia dos relatórios de atividade e contas do exercício económico do ano anterior, bem como da respetiva ata de aprovação no caso de esta já ter ocorrido até ao termo do prazo previsto para apresentação de candidaturas

☐ Memória descritiva da proposta candidata (com os elementos exigidos nas Regras do Procedimento)

☐ Orçamento discriminado do projeto

☐ Outros _____

Lisboa, ____/____/____

O(s) representante(s) legal (ais) da entidade concorrente,

ANEXO V
(Modelo de contrato-programa)

Entre:

O **Município de Lisboa**, pessoa coletiva n.º 500051070, sediado na Praça do Município, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, adiante abreviadamente designado por CML e aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de Dezembro;

e

O ..., pessoa coletiva n.º ..., com sede em ..., representado por ... e por ..., na qualidade de ... e ..., respetivamente, ambos com poderes para o efeito e adiante designado como Segundo(a) Outorgante,

É celebrado o presente contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato-Programa

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio financeiro para a execução do Projeto, no âmbito do **Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo - PMPSA**, a realizar no Município de Lisboa, nos termos da candidatura apresentada pelo(a) Segundo(a) Outorgante ao procedimento concursal respetivo que faz parte integrante do presente contrato-programa.

Cláusula 2ª

Apoio Financeiro

1. O Primeiro Outorgante atribui ao (à) Segundo(a) Outorgante o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante total de ...€, de acordo com o plano de pagamentos previsto no número 3 da presente cláusula.
2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no orçamento apresentado pelo(a) Segundo(a) Outorgante em sede do pedido.
3. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) 1ª Prestação, correspondente a 60% do montante total, após outorga do respetivo contrato-programa;
 - b) 2ª Prestação, correspondente a 20 %, após validação da avaliação intermédia da execução física do projeto;

- c) 3^a Prestação, correspondente a 20 %, após validação do relatório final de execução física e financeira, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa.

Cláusula 3^a

Indicadores do Projeto

Na avaliação da execução física do projeto serão tidos em conta os indicadores constantes do ponto 4 do Anexo I do Aviso de abertura do procedimento concursal.

Cláusula 4^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cumprir as condições e os prazos de pagamento estipulados;
- b) Acompanhar a execução do projeto.

Cláusula 5^a

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante

O (A)Segundo (a) Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Executar o projeto apoiado nos termos e condições aprovados;
- b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- c) Apresentar um relatório intermédio com explicitação dos resultados alcançados, no prazo de 15 dias a contar do final do 1º semestre do projeto;
- d) Apresentar um relatório final com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa, no prazo de 30 dias a contar da conclusão do projeto;
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Agir em conformidade com os objectivos do Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo (PMPSA) em articulação direta com o Núcleo de Planeamento e Intervenção à Pessoa Sem-Abrigo (NPISA);
- i) Remeter mensalmente a ficha de monitorização da movimentação de utentes;
- j) Enviar mensalmente os relatórios das reuniões com os utentes;
- k) Reunir trimestralmente com os técnicos que monitorizam o projeto, da Equipa PMPSA/CML;
- l) Cumprir as demais obrigações que decorram do estabelecido no Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016-2018 (PMPSA);
- m) Publicitar a atividade objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo | Câmara Municipal de Lisboa e inclusão dos respetivos logótipos, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.

Cláusula 6ª

Auditoria

O projeto apoiado nos termos do presente contrato-programa pode ser sujeito a auditoria a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo o(a) Segundo(a) Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 7ª

Revisão ao Contrato-Programa

O presente contrato-programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 8ª

Incumprimento, Rescisão e Sanções

1 - O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.

2 - Quando o incumprimento, sendo meramente parcial, resultar de ato ou facto não imputável ao Segundo Outorgante a título doloso ou negligente, pode ser determinada pelo Primeiro Outorgante a retenção de verbas por liquidar ou a devolução parcial de verbas já transferidas de forma a repor o equilíbrio financeiro nas prestações de ambas as partes, sendo levada em consideração tanto a parte da componente física que fica por executar como os objetivos que ficam por atingir.

3 - Os desvios no cumprimento da componente financeira, designadamente decorrentes da não realização, pelo Segundo Outorgante, de despesas orçamentadas, ou o recebimento de outros apoios não declarados aquando da apresentação do pedido, podem igualmente importar a retenção ou devolução de verba na proporção da respetiva execução.

4 - O incumprimento do presente contrato-programa pode constituir impedimento para a apresentação de novos pedidos de apoio por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

Cláusula 9ª

Vigência do Contrato-Programa

1 - O presente contrato-programa inicia-se com a sua celebração e vigorará por 12 meses, sem prejuízo das obrigações que devem persistir para além desse período.

2 - A renovação do presente contrato-programa apenas pode ter lugar nos termos previstos nas regras do procedimento concursal para atribuição do apoio.

3 – Com a entrada em vigor do presente contrato-programa ficam automaticamente revogados quaisquer outros contratos-programa, protocolos ou acordos celebrados pelas partes para os mesmos fins.

Cláusula 10ª

Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa aplica-se, subsidiariamente, o disposto nas regras do procedimento concursal para atribuição do apoio (incluindo anexos), no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa e na demais legislação geral ou especial que ao caso caiba.

Lisboa, de de 2017

O Primeiro Outorgante

O(a) Segundo(a) Outorgante

ANEXO IV

AVALIAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA FINANCIAMENTO DO HOUSING FIRST PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO, PREFERENCIALMENTE COM PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

PROCESSO N.º
ENTIDADE CANDIDATA -

Candidatura	Valor
Orçamento Total	
Orçamento Elegível	

1 - Critério de Valoração

Qualidade da candidatura	Valoração Quantitativa	Obs.
A candidatura contempla, para além das exigidas nas regras do procedimento, outras intervenções complementares	1	
A candidatura contempla, apenas, as intervenções exigidas nas regras do procedimento	0,5	

2 - Critério de Selecção

2.1 - Experiência na Intervenção	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
A entidade tem experiência superior a 5 anos com as pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de saúde mental	5	27,5%		
A entidade tem experiência superior a 3 anos com as pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de saúde mental	4			
A entidade tem experiência superior a 1 ano com as pessoas em situação de sem-abrigo, preferencialmente com problemas de saúde mental	3			
A entidade não tem experiência	0			

2.2 - Consistência do Projecto de Gestão ^{a)}	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" => 65% e "Recursos Humanos"=>30%	5	29,5%		a) Com referência aos recursos humanos contratados
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" < 65% ou "Recursos Humanos"< 30%	3			
Estrutura de custos: "Rendas+Consumos (eletricidade, água e gás)" < 50%	0			

2.3 - Capacidade da equipa técnica de acompanhamento ^{b)}	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Todos os RH com formação em áreas preferenciais	5	25,50%		b) Por referência ao ponto 3, do Anexo I
Pelo menos um RH com formação em área preferencial	3			
Só RH com formação em áreas não preferenciais	1			

2.4 - Capacidade Logística	Valoração Quantitativa	Ponderação	Valoração após ponderação	Obs.
Tem viatura e meios de comunicação móveis afectos ao projecto	5	17,50%		
Tem viatura mas não tem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	3			
Não tem viatura mas tem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	1			
Não tem viatura nem meios de comunicação móveis afectos ao projecto	0			

Classificação final do projecto	0,00
---------------------------------	------

Fórmula: (1) x [(2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4)]

EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Edital n.º 207/2017

Notificação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo

Pelo presente informa-se V. Ex.ª que o Município de Lisboa cedeu, a título meramente precário, o espaço municipal sito na Rua do Vale Formoso de Cima, 173, destinado exclusivamente a café, nos termos da declaração de precariedade outorgada em 12 de setembro de 1985. Considerando que:

- i) As cedências a título precário dos bens do domínio privado municipal consubstanciam atos administrativos precários, não constitutivos de direitos, proferidos no âmbito de um poder discricionário, podendo cessar a qualquer momento;
- ii) A observância do incumprimento reiterado quanto ao pagamento devido pela ocupação, violando assim o disposto nos pontos 1 e 7 da referida declaração, constitui fundamento para a cessação imediata da cedência precária.

Assim, fica V. Ex.ª notificada de que, nos termos do despacho, do Senhor Vereador Arquiteto Manuel Salgado, de 12 de dezembro de 2016, foi determinada a cessação imediata da cedência precária em apreço, por incumprimento das cláusulas contratuais supramencionadas, pretendendo este Município reaver o espaço livre e totalmente desocupado de pessoas e bens.

Nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, dispõe V. Ex.ª de 10 (dez) dias úteis para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o assunto.

Mais se informa que o presente processo, com a Referência n.º 24 789/CML/16, poderá ser consultado na Divisão de Gestão de Contratos, sita no Campo Grande, 25, 3.º piso, bloco C, nos dias úteis, entre as 9 e as 17 horas, mediante marcação prévia, através dos seguintes contactos telefónicos: 21 798 84 44 - 21 798 89 14 ou pelo endereço eletrónico: dmgp.dgc@cm-lisboa.pt.

Lisboa, em 2017/09/22.

O diretor municipal (no exercício das competências previstas no artigo 26.º da Orgânica dos Serviços Municipais, publicada no «Diário da República», 2.ª série, de 21 de maio de 2015 e das demais competências subdelegadas pelos Despachos n.º 69/P/2015 e n.º 80/P/2015, publicados nos *Boletins Municipais* de 23 e 30 de julho, respetivamente),

(a) *António Inácio de Carvalho Furtado*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Edital n.º 208/2017

Notificação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo

Considerando que:

- 1 - A Câmara Municipal de Lisboa é legítima proprietária da fração «E», Escritório 1, piso 0, bloco A, do edifício sito na Avenida das Forças Armadas, lote 3 (Loja/Escritório);
- 2 - A Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu um Protocolo de Cedência desta fração municipal em 5 de abril de 2016 com a empresa Planedia Portugal, Ltd.ª;
- 3 - As cedências a título precário dos bens do domínio privado municipal consubstanciam atos administrativos precários, não constitutivos de direitos, proferidos no âmbito de um poder discricionário, podendo cessar a qualquer momento, conforme evidenciado na Cláusula Segunda do supramencionado Protocolo;
- 4 - Estabelece a Cláusula Oitava a obrigatoriedade de «pôr em funcionamento as instalações no prazo de seis meses a partir da data da assinatura do presente Protocolo, sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pelo Município de Lisboa», facto esse que não se verificou;
- 5 - Determina a Cláusula Nona que o incumprimento de qualquer das obrigações constantes do presente Protocolo confere ao Município de Lisboa «o direito de fazer cessar o presente acordo, com a inerente desocupação do espaço cedido»;
- 6 - Não se conseguiu de outra forma entrar em contacto com a empresa que assinou o Protocolo.

Notificam-se todos os interessados que a Câmara Municipal de Lisboa considera que o referido Protocolo se encontra caducado, por força das cláusulas contratuais supramencionadas, pretendendo este Município reaver o espaço livre e totalmente desocupado de pessoas e bens até ao dia 20 de outubro de 2017.

A Câmara Municipal de Lisboa irá promover a desocupação total do local, designadamente procedendo à remoção de todos os bens que porventura se encontrem dentro do espaço municipal, informando-se que os Serviços Municipais não se responsabilizam por quaisquer danos que possam ser produzidos na retirada de bens/objetos ali abandonados.

Mais se informa que qualquer questão relativa a esta Loja deverá ser endereçada à Divisão de Gestão de Contratos, da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, sita no Edifício do Campo Grande, 25, 3.º piso, bloco C, ou por contacto através dos telefones 217 988 444 ou 217 988 494.

Lisboa, em 2017/09/25.

O diretor municipal (no exercício das competências previstas no artigo 26.º da Orgânica dos Serviços Municipais, publicada no «Diário da República», 2.ª série, de 21 de maio de 2015 e das demais competências subdelegadas pelos Despachos n.º 69/P/2015 e n.º 80/P/2015, publicados nos *Boletins Municipais* de 23 e 30 de julho, respetivamente),

(a) *António Inácio de Carvalho Furtado*

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt